



**UNIFACS**  
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**CARLOS AUGUSTO ALVES MARX**

**ANÁLISE CRIMINAL:  
A COMPREENSÃO DA CRIMINALIDADE EM SALVADOR**

Salvador  
2018

**CARLOS AUGUSTO ALVES MARX**

**ANÁLISE CRIMINAL:  
A COMPREENSÃO DA CRIMINALIDADE EM SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carolina de Andrade Spinola.

Salvador  
2018

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities.

Marx, Carlos Augusto Alves

Análise criminal: a compreensão da criminalidade em Salvador. / Carlos Augusto Alves Marx.- Salvador, 2018.

175 f. : il.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Carolina de Andrade Spinola.

1. Criminalidade – Salvador - Bahia. 2. Violência – aspectos sociais – Brasil. 3. Análise criminal. I. Spinola, Carolina de Andrade, orient. I. Título.

CDD: 338.98142

CARLOS AUGUSTO ALVES MARX

ANÁLISE CRIMINAL:  
A COMPREENSÃO DA CRIMINALIDADE EM SALVADOR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano, UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, pela seguinte banca examinadora:

Carolina de Andrade Spinola – Orientadora \_\_\_\_\_  
Doutora em Geografia pela Universidade de Barcelona, UB, Espanha  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

José Gileá de Souza \_\_\_\_\_  
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano (UNIFACS)  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Carlos Alberto Costa Gomes \_\_\_\_\_  
Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Brasil  
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Salvador, 28 de março de 2018.

Ao reconhecer a solidariedade de pessoas que são verdadeiros instrumentos de Deus para me abençoar, especialmente a minha família, e as incríveis intervenções e bênçãos em minha vida, dedico este trabalho ao meu Senhor Jesus!

## AGRADECIMENTOS

A realização de um sonho tão marcante permeia algumas descobertas, destacando-se a certeza de que a conclusão deste mestrado foi uma vitória construída pelo somatório de manifestações de amor e de solidariedade de pessoas e de instituições muito especiais para mim.

Antes de tudo ao meu gracioso Deus, por ter me concedido os meios e por ter me apresentado às pessoas que direta ou indiretamente participaram desta conquista, por ter me concedido forças e inspiração para a conclusão deste curso e por ter me abençoado de uma maneira que só quem está em espírito pode entender. Tenho vivenciado e experimentado o amor *ágape*.

À minha amada esposa, Ana Paula Marx, pelo companheirismo, paciência, auxílio e amor. Tenho o privilégio de ter ao meu lado o amor de minha vida e uma mulher incrivelmente especial.

Aos meus pais, os melhores que um filho poderia sonhar em ter, Carlos e Cida Marx, por terem abdicado de seus sonhos em prol das conquistas dos filhos, pelo incondicional apoio e pelo amor, pelo indescritível amor...

Ao meu irmão e grande amigo Hugo Marx e a minha cunhada Nilma Marx pela amizade, pela fraternidade, pelos incentivos e pela compreensão. Vocês são muito especiais.

À minha irmã Mari, pela constante disponibilidade em dedicar amor e compreensão.

Às minhas tias Jandira e Narcisa pela indescritível solidariedade.

Aos meus sogros, Carlos Mendes e Tereza Pereira, e aos meus cunhados, especialmente Ana Lúcia, por todo carinho dispensado.

À minha orientadora, a Professora Dr.<sup>a</sup> Carolina Spinola, pela confiança dedicada, pelos ensinamentos construídos e pelas oportunidades durante a trajetória.

Aos Professores Dr. José Gileá e Costa Gomes pelas orientações e contribuições à pesquisa.

Ao Maj PM Hilton Reis, por ter me apresentado ao PPDRU, pelos ensinamentos e conselhos e, sobretudo, pelo apoio incondicional.

Aos colegas de curso Leonardo Siqueira, Tiago, Monique e Helder, pelos gestos de solidariedade e pela amizade a mim confiada.

Aos entrevistados pela disponibilidade, sinceridade e entrega ao trabalho.

Aos policiais militares lotados na 53<sup>a</sup> CIPM/Mata de São João, especialmente ao Ten PM Venícius Silva e ao SD PM Nadson Barbosa, pelo auxílio e amizade.

Aos Professores Dr. Noélio e Carolina Spinola, Laumar Neves, Costa Gomes, Edivaldo Boaventura e Renato Reis, por oportunizarem a construção de conhecimentos e à experimentação de vivências inesquecíveis.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo incentivo ao desenvolvimento deste trabalho.

À Universidade Salvador (UNIFACS), por proporcionar um Programa de Pesquisa tão inspirador.

## RESUMO

A presente dissertação objetivou avaliar padrões, tendências e sazonalidades referentes aos homicídios ocorridos em Salvador, entre 2012 e 2016, a partir da aplicação da Análise Criminal Estratégica. Foi adotada como metodologia a Teoria Fundamentada nos Dados, lastreada em duas fases: inicialmente numa coleta eminentemente quantitativa e, posteriormente, em entrevistas semiestruturadas, propiciando o processo de codificação e de categorização que culminou numa teoria substantiva capaz de explicar e de contextualizar o fenômeno estudado. O paradigma que norteou a pesquisa foi o funcionalista, numa concepção pós-positivista, sendo produzido conhecimento sistematizado numa dimensão utilitarista. A associação e o emprego da Análise Criminal com a Teoria Fundamentada nos Dados delinearam-se como uma trajetória eficaz para a gestão da segurança pública e para o desenvolvimento regional. No lapso temporal da pesquisa, em Salvador, adotando-se o tipo penal homicídio como categoria de análise, foram identificados os bairros que abarcaram os maiores índices, foi realizada a caracterização socioeconômica desses bairros, foi delineada a temporalidade dos homicídios, o perfil das vítimas e dos algozes, a principal motivação e a tendência de previsão linear de acréscimo desse crime, categorias que permitiram um entendimento da dinâmica criminal na cidade. A teoria produzida foi denominada teoria do *status* criminógeno: integrar uma gangue de rua vinculada ao narcotráfico ou consumir entorpecentes em bairros carentes da cidade de Salvador simboliza *status* social num paradigma que configura a violência como instrumento de imposição de poder.

**Palavras-chave:** Análise Criminal. Teoria Fundamentada nos Dados. Homicídios. Salvador.



## ABSTRACT

The present dissertation had as objective to evaluate models, trends and seasonalities related to homicides that occurred in Salvador, between 2012 and 2016, from the application of the Strategic Criminal Analysis. It was used as methodology the Grounded Theory backed on two phases: initially in an eminently quantitative collection and, posteriorly, in semi-structured interviews, propitiating the codification process and categorization that culminated in a substantive theory able to explaining and contextualizing the studied phenomenon. The paradigm that guided the research was the functionalist, in a post-positivist conception, producing systematized knowledge in an utilitarian dimension. The association and using of the Criminal Analysis with the Grounded Theory was delineated as an effective trajectory for the management of the public security and for regional development. In the research temporal lapse, in Salvador city, adopting the homicide criminal type as an analysis category, the neighborhoods that includes the highest indices were identified, the social and economic characterization of these neighborhoods was accomplished, the homicide temporality was delineated, the victims profile and of the murder, the main motivation and the tendency of linear prediction of the increase of this crime, categories that allowed an understanding of the criminal dynamic in the city. The produced theory was named like criminogenic status theory: to integrate a street gang linked to trafficking drugs or consuming narcotics in needy neighbourhoods of Salvador city symbolizes social status in a paradigm that configures the violence like a power imposition instrument.

**Keywords:** Criminal Analysis. Grounded Theory. Homicide. Salvador.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador em 2012 .....	97
Figura 2 - Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador em 2013 .....	98
Figura 3 - Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador em 2014 .....	99
Figura 4 - Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador em 2015 .....	100
Figura 5 - Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador em 2016 .....	101
Figura 6 - Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador entre 2012 e 2016 .....	102

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Homicídios ocorridos em Salvador entre 1971 e 1980 .....	51
Gráfico 2 – Homicídios ocorridos em Salvador entre 1981 e 1990 .....	53
Gráfico 3 – Homicídios ocorridos em Salvador entre 1991 e 2000 .....	54
Gráfico 4 – Homicídios ocorridos na Bahia entre 1999 e 2009 .....	55
Gráfico 5 – Homicídios ocorridos em Salvador entre 2001 e 2009 .....	56
Gráfico 6 – Linha de tendência linear dos homicídios ocorridos em Salvador entre 2012 e 2016 .....	57
Gráfico 7 – Linha de tendência linear dos homicídios ocorridos em Salvador entre 1971 e 2015 .....	58
Gráfico 8 – Linha de tendência polinomial do segundo grau dos homicídios registrados em Salvador entre 2012 e 2016 .....	58
Gráfico 9 - Homicídios por hora em Salvador, entre 2012 e 2016.....	107
Gráfico 10 - homicídios por dias da semana em Salvador, entre 2012 e 2016 .....	108
Gráfico 11 - homicídios por mês em Salvador, entre 2012 e 2016 .....	108
Gráfico 12 - homicídios por data em Salvador, entre 2012 e 2016.....	109
Gráfico 13 - Sexo das vítimas de homicídios em Salvador, entre 2012 e 2016 .....	110
Gráfico 14 - Idade das vítimas de homicídios em Salvador, entre 2012 e 2016 .....	111
Gráfico 15 - Linha de tendência linear dos homicídios ocorridos em Salvador, entre 1971 e 2016 .....	140

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Memorando sobre a categoria “espacialização dos homicídios em Salvador” .....	96
Quadro 2 - Memorando sobre a categoria “caracterização dos bairros com maiores índices de homicídios em Salvador” .....	103
Quadro 3 - Processo de codificação baseado em Carvalho, Almeida e Azevedo (2001).....	103
Quadro 4 - Processo de codificação baseado em Pereira, Silva e Carvalho (2017).....	104
Quadro 5 - Processo de codificação baseado em Spínola (2015).....	105
Quadro 6 - Processo de codificação baseado em Souza (2000) .....	106
Quadro 7 - Memorando sobre a categoria “identificando quando ocorreram os homicídios em Salvador” .....	107
Quadro 8 - Memorando sobre a categoria “caracterizando as vítimas dos homicídios em Salvador” .....	110
Quadro 9 - Memorando sobre a categoria: “qual a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador?” .....	112
Quadro 10 - Codificação baseada em referências bibliográficas .....	112
Quadro 11 - Memorando sobre a audiência pública “Cajazeiras superando as violências”...	115
Quadro 12 - Entrevista 01.....	117
Quadro 13 - Entrevista 02.....	121
Quadro 14 - Entrevista 03.....	123
Quadro 15 - Entrevista 04.....	125
Quadro 16 - Entrevista 05.....	128
Quadro 17 - Memorando sobre a categoria “identificando a tendência dos homicídios em Salvador” .....	139
Quadro 18 - Diagrama referente à aplicação da TFD na ACE dos homicídios registrados em Salvador entre 2012 e 2016 .....	145

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de Salvador entre 1950 e 2010.....	45
Tabela 2 - A relação entre homicídios registrados, população e a taxa para cada 100.000 habitantes na Bahia, entre 1999 e 2009 .....	55
Tabela 3 - A relação entre homicídios registrados, população e a taxa de para cada 100.000 habitantes em Salvador, entre 1999 e 2009 .....	56
Tabela 4 - Índices de criminalidade em Salvador por 1.000 habitantes entre 1993 e 1999 .....	59
Tabela 5 - Taxa de homicídios por área para cada 100 mil habitantes.....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACA	Análise Criminal Administrativa
ACE	Análise Criminal Estratégica
ACT	Análise Criminal Tática
AISP	Área Integrada de Segurança Pública
CeMAED	<i>El Centro Municipal de análisis estratégico de los delitos y la violencia</i>
CF	Constituição Federal
CIPM	Companhia Independente da Polícia Militar
FBI	<i>Federal Bureau of Investigation</i>
GT	<i>Grounded Theory</i>
IACA	Associação Internacional de Análise Criminal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHA	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado a Desigualdade
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PMBA	Polícia Militar da Bahia
PNDU	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RA	Região Administrativa
RISP	Região Integrada de Segurança Pública
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SIM	Sistema de Informações Médicas
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TFD	Teoria Fundamentada nos Dados

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 ANÁLISE CRIMINAL .....</b>	<b>21</b>
2.1 HISTÓRICO DA ANÁLISE CRIMINAL .....	22
2.2 DEFINIÇÃO DE ANÁLISE CRIMINAL .....	27
2.4 O CRIME EM SALVADOR.....	41
2.5 ESPAÇO, DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA .....	60
<b>3 METODOLOGIA: TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS.....</b>	<b>75</b>
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO .....	75
3.2 CARACTERIZAÇÃO.....	79
3.3 A TFD LASTREADA EM FONTES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS .....	88
<b>4 ANÁLISE CRIMINAL ESTRATÉGICA DELINEADA PELA TFD .....</b>	<b>95</b>
4.1 SATURAÇÃO TEÓRICA .....	95
4.2 CATEGORIAS CONSTRUÍDAS.....	96
<b>4.2.1 Espacialização dos homicídios: onde ocorreram? .....</b>	<b>96</b>
<b>4.2.2 Caracterização espacial: como são esses espaços?.....</b>	<b>102</b>
<b>4.2.3 Identificação Temporal dos homicídios: quando ocorreram? .....</b>	<b>106</b>
<b>4.2.4 Quem são as vítimas? .....</b>	<b>109</b>
<b>4.2.5 Qual a principal causa para a ocorrência desses homicídios? .....</b>	<b>111</b>
<b>4.2.6 Qual a tendência? .....</b>	<b>139</b>
<b>4.2.7 A teoria substantiva construída .....</b>	<b>140</b>
<b>4.2.8 A relação da teoria formulada com as teorias existentes .....</b>	<b>146</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>152</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>157</b>
<b>APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS BAIRROS DE SALVADOR COM A POPULAÇÃO CORRESPONDENTE .....</b>	<b>166</b>
<b>APÊNDICE B - RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS QUE NÃO CORRESPONDIAM A UM BAIRRO DA MALHA ADOTADA COM O BAIRRO SELECIONADO.....</b>	<b>170</b>
<b>APÊNDICE C - CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ASSOCIAR O ENDEREÇO AO BAIRRO .....</b>	<b>173</b>
<b>APÊNDICE D - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS .....</b>	<b>174</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Uma das mais significativas preocupações da população brasileira neste início de século XXI decorre da insegurança pública. O número crescente de ilícitos, as crises no sistema penitenciário e a sensação de impunidade revelam uma sociedade com medo, reticente e preocupada, caracterizada como criminógena e que constata índices de homicídios alarmantes em seu território.

Urge a necessidade da academia se debruçar sobre este quadro, buscando entendê-lo, elencando todos os fatores e atores envolvidos. Está claro que se trata de uma problemática complexa e que demanda uma análise polissêmica, holística, para que sejam delineadas possibilidades de mitigação e de resolução desta eminente preocupação social.

A atual crise de segurança vivenciada assevera a necessidade de soluções factíveis e urgentes, que sejam capazes de construir uma cultura de paz, uma eficaz prevenção ao crime. Neste cenário a Análise Criminal representa um conjunto de teorias e técnicas cientificamente comprovadas, capazes de indicar pontos nevrálgicos, crises sistêmicas e possíveis soluções. Trata-se da aplicação de uma teoria para subsidiar a compreensão da criminalidade num dado território.

Esta pesquisa demonstra a clara sensação de insegurança dos residentes em Salvador e posiciona a Análise Criminal como uma propícia teoria para possibilitar a compreensão da criminalidade na cidade. A urgência por soluções em segurança pública impulsiona a produção acadêmica e a configura como de extrema relevância social e como imprescindível veículo de fomento ao desenvolvimento regional.

Esses estudos sistemáticos que derivam da criminalidade e a posicionam como cerne perpassam pela conceituação de elementos espaciais, pela análise temporal e pela confluência do desenvolvimento - em todas as suas dimensões - e da segurança, numa percepção abrangente e capaz de promover aspectos avaliativos e vieses de solução, imbricando tais conceitos neste quadro teórico.

A cidade em análise, Salvador, capital do estado da Bahia, apresenta uma realidade repleta de desigualdades socioeconômicas - com profundos problemas na distribuição de renda, possui inúmeras áreas caracterizadas por ocupações irregulares e aglomerados subnormais, apresenta números alarmantes de desemprego e o seu miolo e o seu subúrbio são carentes de infraestrutura e de serviços públicos condizentes (SPINOLA, 2015).



Para a consecução do planejado nesta dissertação, buscando-se subsidiar a Análise Criminal, foi empregada a metodologia denominada GT (*Grounded Theory*), que possui como tradução mais comum entre os autores a expressão “Teoria Fundamentada nos Dados” (TFD). Os seus fundadores, Glaser e Strauss (1967) e os seus principais expoentes configuraram esta metodologia como uma tentativa de romper o paradigma positivista de meados do século pretérito, propondo um caminho diferente para a pesquisa, em que a formulação de hipóteses lastreadas em teorias formais consagradas foram substituídas pela elaboração de conceitos e categorias num processo de codificação, para a construção de uma teoria substantiva que emergisse dos dados, num profundo processo de análise decorrente da indução e da abdução.

Nesta pesquisa a TFD foi empregada, numa primeira fase, com lastro em dados quantitativos e em pesquisas empíricas já realizadas na cidade em foco, sobretudo em aspectos socioeconômicos e criminais, rompendo uma tradição firmada que defende um uso exclusivo desta metodologia com base em dados que afluíssem de métodos qualitativos. Numa segunda fase, buscando responder as questões não abrangidas pela codificação dos dados quantitativos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

O paradigma que norteou a pesquisa foi o funcionalista, numa concepção pós-positivista, abrangendo uma contundente sistematização dos dados coletados no processo de análise, buscando, mediante uma objetividade dos procedimentos, produzir conhecimento para subsidiar a gestão da segurança pública, numa dimensão utilitarista e realista.

Esta pesquisa contempla a temática segurança social numa relação direta e necessária com o desenvolvimento regional. Dantas e Souza (2004) asseguram que não há condições de haver o desenvolvimento econômico sem as garantias básicas de segurança. Este item aflora como fundamental para diversos aspectos nas dimensões sociais e econômicas, tendo implicações diretas e indiretas no turismo, no comércio, na formatação arquitetônica das residências, nas migrações populacionais, entre outros. Os autores alertam para a atual crise global de insegurança e sobre o crescimento do crime nas últimas décadas.

A TFD como uma metodologia empregada para a aplicação da Análise Criminal Estratégica possibilitou um processo eficaz de codificação e conceituação, fundamentando uma teoria substantiva emersa dos dados quantitativos e qualitativos coletados, formatando uma trajetória de pesquisa capaz de analisar um problema complexo em segurança pública, numa série longa de crimes.

O quadro teórico estabelecido e a metodologia delineada visaram subsidiar análises sobre as especificidades da criminalidade na cidade de Salvador, sobre o que caracteriza o crime e o que explica o seu desenvolvimento, destacando os parâmetros indispensáveis para uma Análise Criminal pertinente. Buscou-se um entendimento sobre a dinâmica criminal na área da pesquisa mediante a elaboração de uma teoria substantiva que abarcasse as motivações e as circunstâncias principais, perpassando pelas categorias de análise.

Diante do quadro teórico exposto emerge como tema norteador desta pesquisa: Análise Criminal Estratégica aplicada aos homicídios registrados em Salvador no lapso temporal compreendido entre 2012 e 2016. Ressalta-se que a Análise Estratégica é uma tipologia da Análise Criminal que se delinea numa série longa e crônica de dados, assim, o lapso temporal em questão, composto por cinco anos, possibilita a sua aplicação. A escolha do período deriva da disponibilidade dos dados no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública (SSP) da Bahia, que divulga dados consolidados por dia a partir do final de 2011.

O cerne desta dissertação, o problema que direcionou as análises decorrentes da aplicação da Análise Criminal Estratégica mediante a TFD é: como avaliar padrões, tendências e sazonalidades referentes aos homicídios em Salvador a partir da aplicação da Análise Criminal no período entre 2012 e 2016?

A Análise Criminal já compõe um conhecimento estruturado cientificamente, em suas teorias e técnicas. Buscou-se, nesta pesquisa, compreender a criminalidade mediante a aplicação desse arcabouço teórico reconhecido pela academia. O território escolhido foi a cidade de Salvador, capital da Bahia. Destarte, eis o objetivo geral da presente dissertação: avaliar padrões, tendências e sazonalidades referentes aos homicídios em Salvador a partir da aplicação da Análise Criminal no período entre 2012 e 2016.

Para o alcance deste objetivo e para direcionar a pesquisa foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar padrões, tendências e sazonalidades criminais em Salvador a partir do emprego da teoria fundamentada nos dados. Desta forma foi possível associar a metodologia escolhida à Análise Criminal, indicando-se as circunstâncias em que ocorrem os homicídios na cidade, numa perspectiva de subsidiar o processo de gestão da segurança pública.
- b) Explicar a relação dos homicídios em Salvador com os bairros da cidade. Possibilitou-se assim a identificação de onde ocorreram esses crimes e da

caracterização socioeconômica e criminal desses espaços, tendo-se escolhido a divisão por bairros para tal.

- c) Formular uma teoria substantiva criminal em Salvador, como resultado do processo de codificação e de conceituação desenvolvido numa TFD.

Ressalta-se que este quadro teórico e o desenvolvimento desta pesquisa afluíram do cenário caracterizado por números significativos de violência neste início de século. A Secretaria de Segurança Pública da Bahia (2015) divulgou que entre os dias primeiro de janeiro de 2012 e trinta de junho de 2015, 20.882 (vinte mil oitocentas e oitenta e duas) pessoas foram vítimas de mortes violentas, incluindo homicídio, latrocínio e lesão corporal seguida de morte, apenas na Bahia. Em Salvador, entre janeiro de 2012 e dezembro de 2016 (SSP, 2017), foram 6.664 (seis mil seiscentos e sessenta e quatro) casos.

No Brasil, entre 1996 e 2006, o número total de homicídios registrados pelo Sistema de Informações Médicas (SIM) passou de 38.888 (trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e oito) para 46.660 (quarenta e seis mil, seiscentos e sessenta). Em 2002, a taxa de homicídios para cada cem mil habitantes no Brasil era superior a 328% da mundial, incluindo as localidades em conflito, em guerra (COSTA GOMES, 2008).

Em 2015 ocorreram 59.080 (cinquenta e nove mil e oitenta) homicídios no país, equivalendo a uma taxa de 28,9 casos para cada 100.000 habitantes. Entre 2005 e 2007 os homicídios variaram entre 48.000 (quarenta e oito mil) e 50.000 (cinquenta mil). Nas regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil o crescimento deste índice, neste lapso temporal, foi significativamente acentuado. Na Bahia houve, no mesmo período, um aumento de 89,6% dos homicídios para cada 100.000 habitantes, sendo registrada uma taxa de 39,5 em 2015, quando esta representava 20,9 em 2005. Em números absolutos o aumento foi de 108,7% na década em destaque (CERQUEIRA, 2017).

Pode-se afirmar veementemente que a sociedade baiana está estarecida e insegura. Demanda-se da academia a necessidade de estudos que permitam identificar e analisar fatores potencializadores e propor soluções viáveis para um Estado Democrático de Direito (ALEXY, 2008; SARLET, 2011), apartados de generalizações e absolvidos de um sobrepujamento de cenários repletos de atos violentos.

É neste contexto que se projeta aplicar as teorias e técnicas da Análise Criminal na cidade de Salvador, buscando-se compreender a criminalidade na capital baiana, estabelecendo padrões e tendências de violência e criminalidade, para subsidiar o aparato

estatal na promoção de políticas públicas condizentes. Ressalta-se que, embora consolidada cientificamente, os estudos atuais sobre a Análise Criminal indicam a necessidade de pesquisas complementares e sinalizam inúmeras possibilidades de sua aplicação, decorrentes de um marco teórico ainda pouco explorado (SILVA, 2015).

Sendo a segurança pública uma evidente preocupação para o Estado da Bahia e para a sua capital, a aplicação de uma pesquisa científica lastreada em uma teoria consolidada assume singular relevância acadêmica e social, na medida em que se possibilitará construir conclusões lastreadas em padrões e tendências sobre a criminalidade capazes de indicar soluções e medidas preventivas, trajetórias já evidenciadas em outros países, com resultados assaz significativos.

Justifica-se ainda que o desenvolvimento regional está diretamente imbricado com as questões de segurança pública. A atração de capital externo, o comportamento dos índices econômicos, a especulação imobiliária, o turismo, a projeção de eventos, enfim, diversos elementos desta construção dependem da paz social.

Costa Gomes (2008) ressalta que os custos da criminalidade são altos para a sociedade, exemplificando as indicações do Banco Interamericano de Desenvolvimento, mediante estimativas conservadoras, de que estes custos representavam 5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Rio de Janeiro em 1995 (BID), 3% do PIB de São Paulo em 1997 (apud KHAN, 1999) e 4,5 bilhões de reais para a Bahia em 2006 (apud BASTOS, 2006). Aplicar a Análise Criminal e compreender a criminalidade em Salvador permitirá a potencialização da sensação de segurança e indicará possibilidades para a economia da cidade.

O entendimento de Martins e Silva (2013) indica que a crise de segurança vivenciada no Brasil, sobretudo nas grandes capitais, não é de responsabilidade exclusiva das Secretarias de Segurança Pública, embora o senso comum aponte as polícias como únicas ou maiores responsáveis pelo contexto atual. Os autores afirmam que é necessária a construção de novos conceitos e a aplicação de técnicas e ferramentas mais eficazes no combate à criminalidade por parte dos órgãos policiais.

A importância da Análise Criminal é ressaltada por Miranda (2004), como uma possibilidade de demonstrar o trabalho policial para a sociedade, permitir uma melhor fiscalização social desse trabalho e subsidiar a gestão pública. Para tal consecução será necessário preparar os agentes policiais para o domínio das técnicas de geoprocessamento e a

manipulação dos *softwares* estatísticos, perpassando pela sensibilização dos agentes sobre a real possibilidade de profissionalização das atividades inerentes à Segurança Pública.

Frisa-se que a aplicação da denominada Teoria Fundamentada nos Dados, segundo Tarozzi (2011), prescinde da formulação de hipóteses, haja vista se constituir de uma metodologia que busca delinear um caminho diferente para a pesquisa, contrapondo o paradigma positivista predominante em meados do século XX. A escolha de uma teoria consagrada pela academia para aplicação, comparando-se os resultados às hipóteses elaboradas, é substituída por um complexo processo de construção de uma teoria substantiva, fundamentada pela análise dos dados.

Assim, esta pesquisa, em seu desenvolvimento e aplicação, foi estruturada da seguinte maneira: o segundo capítulo abrange o histórico, a definição e a tipologia da Análise Criminal, a caracterização do local da pesquisa, a cidade de Salvador – incluindo aspectos inerentes à criminalidade – e os conceitos espaciais, de desenvolvimento e segurança. Tal configuração mostrou-se fundamental e precedente ao delineamento da metodologia, que ocorreu no terceiro capítulo, abordando o histórico, a caracterização e a aplicação da Teoria Fundamentada nos Dados. Enfim, foi estruturado o quarto capítulo para aplicar a Análise Criminal Estratégica (ACE) pelo emprego da TFD, sendo delineado o processo de codificação e de conceituação, elaborando a teoria substantiva que emergiu desta pesquisa, findando-se o trabalho com as considerações finais sobre os achados no quinto capítulo.

Importante asseverar que o segundo capítulo não tem por escopo esgotar as discussões que permeiam uma revisão da literatura de uma pesquisa, mas tão somente objetiva posicionar e fundamentar alguns conceitos, contextos históricos e caracterizações imprescindíveis para subsidiar a compreensão do local da pesquisa, da metodologia empregada e da aplicação da ACE lastreada pela TFD. Após a estruturação da teoria substantiva foram realizadas novas análises e discussões, possibilitando a construção de comparações e de contextualizações com as teorias formais consagradas na academia.

## 2 ANÁLISE CRIMINAL

A Análise Criminal tem sido apresentada em pesquisas na área de segurança, seja pública ou privada, em diversos países do mundo, incluindo Estados Unidos, Inglaterra e Canadá, como um marco teórico capaz de evidenciar padrões, tendências e sazonalidades do crime, mediante o emprego de métodos científicos. Ela representa a ciência sendo aplicada em função de uma das maiores preocupações mundiais para o século XXI: a violência - demonstrada por guerras, atos terroristas e índices alarmantes de criminalidade em diversas áreas do planeta.

Diante do cenário da criminalidade no Brasil e em suas principais cidades neste início de século XXI, que inclui homicídios e atos de extrema crueldade nos presídios, além de dados volumosos referentes a crimes violentos em áreas públicas, é imprescindível que sejam adotados processos de prevenção e contenção em segurança pública, ainda que sejam disponibilizados recursos inferiores ao demandado.

A Análise Criminal, em seus processos e possibilidades, emerge como um real mecanismo de aplicação de achados científicos ao fenômeno criminal, sendo um marco teórico capaz de potencializar resultados, mesmo diante de recursos escassos, de direcionar a aplicação de operações policiais e de efetivos nos horários e locais de maior demanda, o que produzirá resultados mais precisos e uma redução orçamentária (horas extras, por exemplo) e, quando necessário, alocar recursos de forma coerente, tendo como consequências a sensação de segurança e a consolidação de ambientes seguros.

O profissional analista criminal, neste contexto, tem como função precípua subsidiar o processo de tomada de decisão, munindo de informações e de análises o gestor responsável, para que o processo gerencial do fenômeno criminal ocorra baseado em processos científicos. Este profissional será capaz de resolver problemas, de realizar pesquisas e de atuar como uma espécie de conselheiro, lastreado nos resultados analíticos.

A *Fundación Paz Ciudadana* (2016) indica como benefícios do emprego da Análise Criminal a sua importância singular para às organizações, o fato dela poder envolver diferentes atores, inclusive instituições de segurança e justiça, além da latente necessidade da gestão em obter informações para poder estabelecer programas, estratégias e medidas de prevenção.

Esmiuçar o estado da arte desse campo de estudo e delinear novas pesquisas são ações fundamentais para o seu desenvolvimento. Neste trabalho serão apresentados o histórico, a definição, a tipologia atual e a aplicação da Análise Criminal dos homicídios em Salvador, capital da Bahia, uma cidade com índices recentes alarmantes. Ressalta-se que o marco teórico que norteia esta pesquisa possibilita uma série de aplicações de análise, para diversos tipos de crimes e em diferentes contextos. Seu delineamento e aplicação correspondem ao objetivo geral ora planejado.

## 2.1 HISTÓRICO DA ANÁLISE CRIMINAL

Busca-se, nesta pesquisa, aplicar a ACE em associação com a metodologia TFD para a elaboração de uma teoria substantiva sobre a criminalidade em Salvador. Nesta trajetória é fundamental caracterizar, conceituar e contextualizar a Análise Criminal, percurso que aflora a importância da apresentação, ainda que resumida, do histórico deste marco teórico.

Neste século XXI a Análise Criminal estruturou-se em um campo de estudo, em um marco teórico que objetiva subsidiar a gestão da segurança pública de um dado território, empregando métodos estatísticos, softwares adequados e profissionais de diversas áreas do saber. Embora tenha sido apenas no século XX que o termo “Análise Criminal” tenha sido evidenciado academicamente [em 1963, por Wilson], Bruce (2012) explica que a aplicação de seus métodos, mesmo que sem a devida estruturação científica, datam de mais de dois séculos atrás.

A história da Análise Criminal, segundo Bruce (2012), começa a ser identificada por volta de 1800, em Londres, quando a polícia local buscou estabelecer padrões de criminalidade decorrentes de processos estatísticos para conter a criminalidade e os seus índices até então crescentes. Ressalta-se que August Vollmer, quando chefiou a Polícia de Berkeley, Califórnia, entre 1905 e 1932, foi o pioneiro na estruturação da Análise Criminal com inovações (rádios de polícia e impressões digitais), mapeamento de crimes com pinos e a revisão sistemática de relatórios.

August Vollmer, reconhecido como o propulsor da gestão científica da atividade policial nos Estados Unidos, concentrou-se em analisar a regularidade de crimes, em tabular ocorrências policiais de uma determinada área e em estabelecer locais de maior ou menor risco para a consumação de um crime. Orlando Winfield Wilson deu continuidade aos estudos iniciados por Vollmer, sucedendo-o na cátedra de administração policial na Universidade da

Califórnia, e John Edgard Hoover dirigiu o *Federal Bureau of Investigation* (FBI), compondo esta Instituição entre 1924 e 1972, promovendo o emprego de modernas técnicas investigativas e estabelecendo uma diferença mais detalhada entre inteligência e investigação (DANTAS ; SOUZA, 2004).

Bruce (2012) esmiúça o histórico da Análise Criminal, desde a sua origem até a sua consolidação como marco teórico. Contudo, o autor explica que as práticas que a compõem, ainda que sem a necessária estruturação científica, são inerentes à atividade policial e ao profissional de segurança pública. Certamente um policial saberá responder quais os crimes mais comuns em sua área de atuação, quais os horários de maior incidência e qual o perfil das vítimas. Ressalta-se que tais aferições estariam desestruturadas e isoladas, não assumindo as potencialidades necessárias para subsidiar a gestão da segurança pública. O que torna a Análise Criminal um campo do conhecimento com potencialidade para a contenção do crime é o seu emprego sistemático, organizado, associado a teorias criminais, numa abordagem polissêmica e interdisciplinar.

É evidente que numa conversa informal com um policial com circunscrição em alguns bairros de Salvador ele saberá informar os locais mais perigosos, os principais tipos de crime que ocorrem, talvez até mesmo os horários desses crimes. Mas essas informações estariam sistematizadas? Comporiam um processo de gestão da segurança pública ou um plano de gestão? Representariam uma potencialização de ações para a redução criminal? A resposta a essas questões compõem alguns dos desafios da Análise Criminal.

Boba (2001) descreve um resumo histórico sobre o mapeamento do crime. Nos primórdios de 1800 teóricos sociais produziram pontos de símbolo único e construíram mapas de áreas graduadas; em 1900 o Departamento de Polícia da cidade de Nova York utilizou os mapas do pino; na década de 1920 sociólogos da Universidade de Chicago estabeleceram mapas de crime e delinquência; na década de 1960 foram registrados os primeiros mapas do crime gerados por computador; duas décadas depois já havia a disponibilidade de computadores de mesa para gerar mapeamento, ainda que com qualidade limitada; e na década seguinte, a de 1990, já era possível a integração de sistemas e dados sobre a criminalidade.

Desta forma, Dantas e Souza (2004) argumentam que a gestão da Segurança Pública no Brasil recebe influência decisiva dos Estados Unidos, exemplificando a implementação no país da filosofia de policiamento comunitário, da doutrina de policiamento orientado por



problemas (CLARKE; ECK, 2003) e do policiamento orientado pela inteligência, todos de origem estadunidense. Em que pese os Estados Unidos sejam o país que estruturou as teorias e técnicas da Análise Criminal, países como Canadá, Austrália e Inglaterra já as aplicam na gestão da segurança pública e privada.

O citado policiamento comunitário visa reduzir a criminalidade e o medo do crime, mediante uma aproximação da polícia com a comunidade como resultado de uma ampliação e de uma reformulação do trabalho policial, tendo como fundamentos as parcerias comunitárias [em que pessoas são convocadas para discutirem a prática do policiamento], a resolução dos problemas da comunidade e o gerenciamento da mudança estrutural da polícia ostensiva. (GONDIM ; VAREJÃO, 2007)

É uma filosofia e uma estratégia da organização policial que objetiva convocar os cidadãos a participarem das discussões em torno da segurança pública local. Baseia-se num processo de confiança mútua e requer o envolvimento de agentes de segurança preparados e conscientes deste conceito, além de cidadãos cômicos de seus deveres. Essa parceria objetiva resolver os problemas de insegurança daquela comunidade e melhorar a imagem institucional. Neste processo é indispensável que os atores sociais envolvidos entendam que os seus objetivos são egrégios e comuns.

Este modelo de policiamento ganhou notoriedade nas décadas de 1970 e 1980 em países da América do Norte e Europa Ocidental, além do Japão, que tem atividades de policiamento comunitário datadas do final do século XIX. Segundo Skolnick e Bayley (2002) o desenvolvimento do policiamento comunitário depende de quatro inovações, incluindo a prevenção ao crime baseada nas necessidades da comunidade, a reorientação do policiamento para mobilizar a comunidade e os serviços não emergenciais, a descentralização do comando policial por áreas e a inclusão de pessoas civis no planejamento, na execução e na avaliação das atividades inerentes ao policiamento.

Já o policiamento orientado à resolução de problemas foi implementado originalmente nos Estados Unidos, no início da década de 1970, buscando mitigar a criminalidade em função das demandas das comunidades. Ele se baseia em pilares que originaram a sigla IARA, significando as ações: identificar os problemas a serem resolvidos numa dada comunidade; analisar as suas principais causas; responder criativamente aos problemas identificados e avaliar os impactos em parceria com a comunidade. Para Skolnik e Bayley (2002) esta modalidade de policiamento consiste em um programa que engloba o que a

polícia precisa fazer, suplantando a conotação de mera orientação ou a dedicação a uma tarefa específica.

Dantas e Souza (2004) posicionam a Análise Criminal como um marco teórico, caracterizado como a coleta sistemática e a análise de informações referentes à criminalidade, em busca de padrões criminais e de correlações entre autores e crimes, subsidiando, assim, o dimensionamento de recursos, a gestão quanto ao patrulhamento e a investigação policial. Explicam que os britânicos, iniciando por Henry Fielding [1707-1754], que registraram os primeiros trabalhos para subsidiar a Segurança Pública com informações processadas, estruturadas, de fonte confiável, fomentando ainda as denúncias sobre crimes pelo público em geral.

Os citados autores determinam que os fundamentos da Análise Criminal dependem de volumes consideráveis de dados criminais, acumulados e sistematizados, ferramentas que permitam o processamento e a análise dessas informações e agentes policiais devidamente capacitados para exercerem as funções de Análise Criminal e Inteligência Policial. Acrescentam sobre a importância dos países estruturarem bases de dados nacionais como matéria-prima da Análise, citando os Estados Unidos como referência neste quesito e estabelecem a finalidade da Análise Criminal, delineando-a como a produção de conhecimento para a identificação de parâmetros geográficos e temporais da criminalidade.

Neste trabalho foram analisados os homicídios registrados na cidade de Salvador entre 2012 e 2016, o que se configura como um volume significativo de dados a serem estudados. Mas houve uma dificuldade para a coleta dos dados disponíveis, em virtude da reduzida oferta de publicações oficiais sobre o crime na Bahia, além da inexistência de interconexões entre os dados disponibilizados.

A profissão de analista criminal cresceu consideravelmente a partir dos anos 1970, principalmente pelas contribuições decorrentes da atividade em inúmeros departamentos de polícia, sobretudo nos Estados Unidos. Bruce (2012) acrescenta que o apogeu da Análise Criminal ocorreu nos anos 1990, merecendo destaque a formação da Associação Internacional de Analistas Criminais (IACA) em 1990 e a disponibilização de uma tecnologia capaz de viabilizar o mapeamento do crime, além de um volume de obras de destaque, como a de autoria de Goldstein (1990). O Reino Unido e o Chile (com a *Fundacion Paz Ciudadana*) posteriormente passaram a produzir um volume de análises considerável, assumindo uma notoriedade internacional.

Existem exemplos consagrados de sucesso de boas práticas decorrentes da aplicação da Análise Criminal. A *Fundación Paz Ciudadana* (2016) cita *El Centro Municipal de análisis estratégico de los delitos y la violencia* (CeMAED), iniciado em 2014, inserido no Plano Estratégico de Mar Del Plata (2013-2030), que vem realizando diversos tipos de análises com o emprego de dados demográficos, econômicos e policiais, tendo como enfoque a criação de um novo corpo de polícia.

Outro exemplo de êxito é o *Observatorio de Seguridad Ciudadana de la Cámara de Comercio de Bogotá*, datado de 1996. Este adotou como linha de trabalho focar em 12 delitos considerados de alta relevância, de importante impacto. Em parceria com a Polícia Nacional da Colômbia este Observatório obtém informações e produz análises para subsidiar políticas públicas.

No Brasil, a Análise Criminal já está consagrada, sobretudo pelos trabalhos acadêmicos do Professor e Pesquisador João Apolinário da Silva, que aplicou as suas técnicas, lastreado nas teorias criminológicas existentes, para indicar padrões de crescimento da violência em Salvador nas duas últimas décadas do século XX (SILVA, 2004), para evidenciar a criminalidade nas cidades centrais da Bahia (SILVA, 2010) e para estruturar e classificar a Análise Criminal no Brasil (SILVA, 2015).

Silva (2004) demonstrou que as transformações socioeconômicas e urbanas em grandes cidades brasileiras como Salvador (espaço de sua pesquisa), Rio de Janeiro e São Paulo ocorreram de forma confluyente às transformações da criminalidade, no período compreendido entre as duas últimas décadas do século XX, sinalizando para o aumento da insegurança e dos índices criminais, independente dos esforços das Instituições Policiais. Essas décadas foram mais violentas que as anteriores, houve uma mudança das práticas criminosas e a capital baiana não abarcava mais lugares considerados seguros.

Há de se destacar, também, as contribuições e pesquisas significativas realizadas pelo Observatório de Segurança Pública da Bahia, dirigido pelo Professor e Pesquisador Costa Gomes entre 2006 e 2016 e assumido pelo Professor Apolinário da Silva, em 2017.

Uma vez delineado o histórico da Análise Criminal no país é crucial defini-la, expondo inclusive os contornos que já configuraram o seu conceito e como este foi se aperfeiçoando a partir das pesquisas científicas desenvolvidas.

## 2.2 DEFINIÇÃO DE ANÁLISE CRIMINAL

A definição da Análise Criminal perpassa pelo emprego de tecnologias de análise, mediante o geoprocessamento e a utilização de softwares adequados, para evidenciar padrões, tendências e sazonalidades da criminalidade, buscando subsidiar a gestão pública na questão da Segurança Pública. A partir da regularidade dos registros de ocorrências policiais a Análise Criminal busca conter o avanço da criminalidade mediante o planejando do policiamento, seja preventivo ou repressivo.

Analisar, para Boba (2001) – no contexto da criminalidade – significa utilizar diversas fontes de informação para responder determinadas perguntas, a exemplo de onde um problema está acontecendo e por que, quem são os autores e quem são as pessoas ou instituições afetadas, quando e qual a forma em que ele se desenvolve. É subdividir o problema para entendê-lo a partir das respostas sobre as partes que o compõem.

Sobre o conceito de Análise Criminal vale destacar a sua evolução histórica, perpassando pelas seguintes formulações:

É o estudo sistemático de problemas de crime e desordem, bem como outras questões relacionadas com a polícia, incluindo avaliação das variáveis sociodemográficas, espaciais e temporais e outros fatores para auxiliar a polícia na prisão de delinquentes, redução de crimes e desordem, prevenção e avaliação da criminalidade. (BOBA, 2005, p.6).

Boba (2005) é certamente uma autora clássica da Análise Criminal. Seu conceito foi histórica e academicamente decisivo para o desenvolvimento deste marco teórico. Ocorre que sua definição é restritiva quanto às potencialidades de análise, tornando-se incoerentes com a atual tipologia. Antes de 2017: Análise Criminal Estratégica, Tática, Administrativa, de Operações, Investigativa e de Inteligência. A partir do mencionado ano, Boba (2017) atualizou a tipologia em Análise Criminal Estratégica, Tática, Administrativa e de Inteligência. Para Bruce (2012, p. 13) a Análise Criminal:

É um conjunto sistemático de processos analíticos direcionados à prestação de informações oportunas e pertinentes em relação aos padrões de crime, suas correlações e tendências, a fim de auxiliar o pessoal que atua de forma operacional e administrativa no planejamento e aplicação de recursos mínimos para a prevenção e repressão de atos criminosos, auxiliando o processo de investigação, prisões e apuração de casos.

Esta definição já representa uma generalização mais abrangente à formulada por Boba (2005), possibilitando uma maior amplitude de aplicação da Análise Criminal, de forma mais coerente com a classificação adotada até 2017. Ademais, os termos “conjuntos sistemáticos de processos analíticos” e “padrões de crime, suas correlações e tendências” denotam a importância do emprego adequado das ferramentas tecnológicas necessárias para a construção das análises e o sentido a ser delineado para os resultados alcançados, sobretudo para os agentes policiais que planejarão a sua atuação profissional lastreados nessas análises. Para Silva (2015, p. 26), Análise Criminal:

É um conjunto sistemático de processos analíticos direcionados à construção de informações oportunas e pertinentes em relação aos padrões de crime, suas correlações e tendências, a fim de auxiliar as operações policiais, as ações administrativas e planejamento estratégico de aplicação de recursos públicos para a prevenção e repressão de atos criminosos.

Este é o conceito adotado por esta pesquisa, considerado o mais completo, abrangente e em coerência com a tipologia da Análise Criminal adotada a partir de Boba (2017), que a divide em Análise Estratégica, Tática, Administrativa e de Inteligência.

Fundamentado o conceito principal deste trabalho é coerente definir outros termos operacionais englobados pelo marco teórico em voga. Dantas e Souza (2004) explicam que o termo padrão, em Análise Criminal, delinea-se pela repetição de uma variável de um delito em outras ocorrências num período de tempo e que a expressão tendência sinaliza uma propensão quantitativa geral de um fenômeno, como o aumento, a diminuição ou a estabilização de um delito específico em uma série histórica e em uma área geográfica.

Informação é definida por Miranda (2004) como um conjunto de dados ou fatos sobre algo decorrente de uma relação do sujeito com o mundo exterior, tendo como propósito tornar público os fatos. Dados, para a autora, são representações de fatos ou elementos de informações que irão subsidiar a análise, principalmente pelo emprego da estatística, que é de suma importância para a visibilidade do trabalho policial e a consequente fiscalização e cobrança da sociedade e do poder público por resultados, além de fornecer elementos para um planejamento universalista das políticas públicas de segurança.

Um dos focos da Análise Criminal é prevenir o crime. A perspectiva utilitarista deste trabalho se consubstancia no objetivo de subsidiar a gestão da segurança pública indicando como, onde e de que forma ocorrem os homicídios em Salvador, qual o perfil das vítimas e qual o contexto que caracteriza a criminalidade, possibilitando a elaboração de planos estratégicos e a adoção de ações preventivas. Neste diapasão, a *Fundación Paz Ciudadana*

(2016), citando a Oficina das Nações Unidas contra as drogas e os delitos ocorrida em 2010, distingue a prevenção em social, comunitária e situacional.

A prevenção social ocorre quando há uma redução dos fatores considerados marginalizantes, sendo estes considerados potencializadores da prática criminal. Assim, o acesso a bens sociais como segurança, saúde, educação teriam como efeito a prevenção ao cometimento do delito. A prevenção comunitária ocorre quando as pessoas que sofrem privações ou que possuem um baixo nível de coesão social são atendidas em conformidade com as suas demandas. Por fim, a prevenção situacional se manifesta com a mitigação das oportunidades e dos incentivos aos transgressores, maximando os riscos de serem descobertos e punidos.

Outra classificação da prevenção, defendida pela *Fundación Paz Ciudadana* (2016), define-a em primária - quando dirigida a grupos da população com o fito de potencializar os fatores que indicam uma proteção às pessoas de serem vítimas de um delito e reduzir os fatores de risco (aumento da vigilância formal e informal, por exemplo), em prevenção secundária – estratégia que objetiva evitar a violência em grupos de alto risco, e em prevenção terciária, que visa tratar o infrator, busca a sua reinserção social, além de reduzir danos e evitar a reincidência (focar em lugares com alta concentração delitiva, por exemplo).

Sendo uma área específica da Administração que gere a Segurança Pública de um determinado território, a Análise Criminal visa:

Esmiuçar os eventos sociais que estão diretamente relacionados à ocorrência do crime e, em particular, examinar cada evento criminoso para buscar os detalhes de seu episódio para determinar o perfil completo de cada ocorrência e verificar se há conexões entre os diversos tipos de crimes. (SILVA, 2015, p. 25).

A Análise Criminal é estruturada para identificar padrões de crimes e, mediante a aplicação de tecnologias de análise, possibilitar respostas e um subsídio para os profissionais responsáveis pela gestão da segurança de uma determinada área. Seu emprego requer uma multiplicidade de perfis profissionais e utiliza metodologias quantitativas – para examinar dados - e qualitativas, abarcando a investigação do local de crime, relatos das vítimas, a análise do conteúdo, entre outros. Sua multiplicidade se justifica ainda pela utilização de conhecimentos em diversos ramos acadêmicos, como em Geografia, Psicologia, Sociologia, Direito, Matemática, Estatística e Criminologia.

O estudo do crime é o objeto de pesquisa da Análise Criminal. A necessária abordagem multidisciplinar envolve o emprego de métodos quantitativos e qualitativos, envolvendo profissionais de diversas áreas do saber. Na aplicação dos métodos quantitativos destaca-se a econometria, a estatística e o georreferenciamento. Para os qualitativos evidenciam-se a investigação do local de crime, análise de conteúdo e interpretação de narrativas de relatórios policiais. Por fim, a Análise Criminal ainda se estrutura como um processo que possibilita a constante avaliação da própria atividade policial e das ações estatais, mediante o emprego de suas técnicas para a aferição da produtividade, da eficácia e do emprego do policiamento (BOBA, 2001).

Expostas a definição da Análise Criminal e como ela se configurou historicamente é oportuno explicar que o seu emprego, a interpretação dos dados e as análises construídas não são padronizadas, não podem ser protocolizadas. Diversos fatores influenciarão o processo de análise, e devem ser interpretados em conformidade com a definição do marco teórico e dos princípios inerentes. Não quer dizer que se trata de um conjunto de processos livres, decorrentes de um desenvolvimento exclusivamente criativo e variável. Importa que caracterizações econômicas, sociais, culturais, políticas e históricas sejam consideradas, buscando-se possibilitar um processo analítico que seja capaz de identificar padrões, tendências e sazonalidades que fundamentem a tomada de decisão na esfera da gestão e da governança da segurança pública.

A sazonalidade, neste contexto, engloba uma série de situações relevantes a serem avaliadas. O período do ano, por exemplo, pode representar uma mudança na quantidade de crimes. No período de férias escolares, coincidente a um maior número de viagens, pode aumentar o número de roubos a turistas nos destinos turísticos, a quantidade de arrombamentos e furtos nas suas residências vazias e o registro de acidentes de trânsito nas estradas, que sofrerão um aumento de fluxo de motoristas, por vezes inexperientes.

Desta forma a Análise Criminal deve se basear em variáveis compatíveis no aspecto comparativo, como lapsos temporais equivalentes, a exemplo da relação entre crimes ocorridos em um ano inteiro em comparação ao mesmo período pretérito. Uma análise entre roubos a turistas registrados no verão em um destino turístico caracterizado pela frequência a praias e a programações similares em relação ao outono, neste mesmo local, certamente oferecerá resultados incoerentes e enviesados.

O mesmo rigor deve abranger as áreas de análise. Uma comparação de um bairro com uma cidade não será capaz de produzir resultados capazes de demonstrar uma tendência criminal, exceto se for realizado com um objetivo específico e direcionado. As áreas de referência devem ser proporcionais em caracterizações de toda ordem, incluindo aspectos econômicos, históricos, sociais e culturais.

Para o delineamento de qualquer análise sobre o crime é fundamental uma boa fonte de dados ou/e informações, sob pena da análise ser incompleta ou pouco relevante. Este é um problema enfrentado no Brasil, pois existem inúmeras bases de dados no país, sobretudo na área de segurança pública, e essas estão desconexas, desintegradas e possuem tecnologias diferentes. Este problema se constitui em uma primeira e importante dificuldade para a implementação da Análise Criminal, mas não um fator impeditivo. Com o emprego de uma coleta de dados correta e de uma metodologia condizente será possível elaborar as necessárias análises e ainda propor modificações aos mencionados sistemas de dados. A própria Análise Criminal, como um marco teórico consagrado academicamente, poderá subsidiar a integração ou unificação desses sistemas.

Nesta pesquisa este foi um problema enfrentado, sobretudo pela dificuldade em localizar uma fonte de dados confiável e sistematizada sobre os homicídios em Salvador. Foi então adotado como fonte o sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública (SSP) da Bahia, por ser uma base oficial, havendo a dificuldade de se coletar os dados dia por dia num lapso temporal de cinco anos.

Uma discussão tão atual quanto o reconhecimento da importância da Análise Criminal como um marco teórico refere-se a qual o perfil profissional ideal para um analista criminal, se um policial com formações complementares necessárias ou se um acadêmico com outra formação, sem experiência policial, mas que domine as ferramentas indispensáveis para as análises. Boba (2001) defende a primeira hipótese, mas assevera a importância crucial do policial analista conhecer sobre operações policiais, dominar as capacidades para a pesquisa e saber operar as ferramentas tecnológicas e os softwares adequados. Expostas tais configurações é de suma importância classificar os tipos de Análise Criminal. Nesta pesquisa será adotada a classificação de Boba (2017).



## 2.3 TIPOLOGIA DA ANÁLISE CRIMINAL

Os objetivos principais da Análise Criminal, segundo Silva (2015), contemplam o auxílio à investigação criminal, a prevenção ao crime, o oferecimento de subsídio para a tomada de decisão, identificar soluções em prol da redução da criminalidade e avaliar a efetividade estatal quanto à redução local e regional da criminalidade. O autor prossegue informando que os diversos tipos identificados de Análise são entrelaçados e que esta divisão decorre do produto analítico e do foco de sua aplicação, dividindo-a em Análise Criminal Tática (ACT), Administrativa (ACA), de Operações, Investigativa, Estratégica (ACE) e de Inteligência.

Esta classificação perdurou até o ano de 2017. O desenvolvimento científico da Análise Criminal conduziu a Boba (2017) a reclassificar este marco teórico, atualizando a sua tipologia para Análise Estratégica, Tática, de Inteligência e Administrativa.

Ao se abordar a tipologia da Análise Criminal é crucial explicar e posicionar a Análise Criminal de Inteligência neste marco teórico. Em senso comum há o entendimento que qualquer análise relacionada à criminalidade seria uma produtividade de exclusiva elaboração dos órgãos, departamentos ou seções de inteligência. É fundamental explicar que esta tipologia de análise está inserida no marco teórico que consolida a Análise Criminal.

O secretismo do conteúdo produzido que caracteriza a Análise Criminal de Inteligência a diferencia da Análise Criminal em geral, que produz estudos de padrões, tendências e sazonalidades de caráter público. Para Silva (2015) aquela visa investigar a cadeia produtiva do crime organizado, identificar as pessoas e as coisas relacionadas à atividade criminosa, municiando de informações o gestor de inteligência, a quem cabe à responsabilidade decisória sobre os efeitos da informação produzida. Já a segunda, de caráter público e geral, objetiva assessorar a gestão e a governança da segurança pública, além de informar e prevenir a sociedade em geral. Esta atuação não tem limites, podendo ser extensiva a administrações de *shoppings centers*, estação de transbordo de passageiros, Guardas Municipais e empresas que gerem eventos de grande porte.

Desta forma, segundo Gottlieb, Arenberg, Singh (1998), a Análise Criminal assume as funções de prever ocorrências criminais, de analisar perfis, objetivos e lugares, de estabelecer padrões de criminalidade ou crimes em série, e de oferecer suporte técnico para a investigação criminal, para o policiamento comunitário, para o planejamento operacional e orçamentário de uma unidade policial e para programas de prevenção ao crime.

Um analista criminal deve possuir conhecimentos em fundamentos de análise de crime, englobando o comportamento do criminoso, saber avaliar a integridade de informações, compreender o sistema de justiça criminal, séries temporais, a estatística (descritiva, inferencial), análise de dados demográficos, de dados espaciais, textual e de conteúdo, saber escrever relatórios de análise e apresentar dados, possuir habilidades de pesquisa em geral e ser capaz de realizar análises urbanas e territoriais.

Expostas tais configurações gerais é possível delinear e esmiuçar os tipos de Análise Criminal. A ACT aborda conteúdos referentes aos problemas criminais imediatos, específicos e cotidianos, contemplando previsões de curto prazo. Assim, analisando os crimes ocorridos de forma difusa através de relatórios policiais e registros de denúncias, podem ser aplicados efetivos direcionados para patrulhamentos específicos, remanejamento de área de atuação ou modificações instantâneas em escalas de serviço. O que a caracteriza é a rapidez na aplicação de seus resultados (SILVA, 2015).

Nesta tipologia é imprescindível a análise de informações e dados referentes ao “como”, “quando” e “onde” o crime ocorreu, possibilitando uma compreensão dos problemas imediatos e específicos do delito. O objetivo é responder agilmente a uma série criminal registrada. Martins e Silva (2013) acrescentam que a ACT busca analisar os delitos que ocorrem com um determinado padrão, seguindo uma rotina, àqueles que são cometidos em determinados horários, de forma similar, na mesma região e num modelo de ação.

Para a consecução da ACT registra-se a importância da coleta de dados sobre o criminoso analisado, incluindo nome, traços biométricos, aparência, endereço, cicatriz, *modus operandi*, idade, gênero, entre outros. Outra informação crucial para esta tipologia de análise são as chamadas realizadas para o serviço policial, devendo ser estudado os tipos e quantidades de solicitações. A coleta de dados é uma das fases mais importantes do trabalho estatístico (SILVA, 2010).

O georreferenciamento de ocorrências em um determinado território em um intervalo reduzido de tempo e o mapeamento da criminalidade, ambos com o emprego de *softwares* adequados, são alguns dos exemplos de ACT, sempre tendo como peculiaridade a utilização imediata e o pronto emprego de efetivo, quer seja por modificações em escalas de serviço ou na alocação rápida de recursos. A ACT é desenvolvida em pequenos espaços territoriais. Caso seja empregada em espaços maiores é importante que seja mobilizada apenas uma unidade operacional, pois se trata de um problema local (SILVA, 2015). O autor prossegue

informando que, por possuir tais características, a principal fonte de informações para esta tipologia é o relatório de serviço policial.

Para uma eficaz ACT é imprescindível analisar os tipos de armas empregados para a prática do delito, local escolhido, se foi cometido isoladamente ou por comparsas, os tipos de objetos visados na ação delituosa, à forma de acesso aos locais escolhidos para o crime, método de entrada nesses locais, ações realizadas pelos criminosos durante o delito (se agride as vítimas, por exemplo), horários em que há maior incidência e o tipo de veículo utilizado, incluindo a informação oficial (número de identificação – placa), a descrição física (fabricante, modelo, estilo, detalhes...) e as características do veículo durante o ato delituoso (SILVA, 2015).

O supracitado autor ainda menciona que existem diversas teorias criminológicas aplicadas à ACT. Destaca a utilização, de maneira aproximada, da Teoria da Escolha Racional, que aflora os riscos e recompensas a serem analisados para a consecução de um crime e da Teoria da Atividade Rotineira, que enfatiza a regularidade de atividades criminosas em determinados territórios.

Associado às influências da Teoria da Oportunidade é oportuno evidenciar o conceito de espaço defensivo de Newman (1976). A prevenção ao crime mediante o planejamento do desenho urbano seria consubstanciado em um modelo destinado a ambientes residenciais projetados para desestimular as ações criminais pela utilização de barreiras reais (físicas) e simbólicas. Essas áreas reduziriam as oportunidades de investidas por parte dos criminosos, evitando invasões, sequestros, roubos, homicídios... E melhoraria a capacidade de vigilância constante. Estes fatores, de origem eminentemente arquitetônica, seriam capazes de potencializar a sensação de segurança daqueles moradores.

Ao se basear na Teoria da Oportunidade e na Teoria da Escolha Racional fica evidente que a melhoria dos serviços de vigilância por parte do Estado seria um fator de potencialização da segurança e de inibição ao cometimento de desvios e delitos. Se o efetivo policial está empregado nos horários e locais de maior incidência criminal, se há um aparato tecnológico de apoio ao policiamento - incluindo viaturas, sistema de monitoramento por câmeras, utilização de *softwares* adequados por profissionais qualificados para as análises criminais - se há um trabalho de inteligência estruturado e um trabalho investigativo com bases e métodos científicos a ACT reveste-se como um processo fundamental para subsidiar a gestão da segurança pública de um dado território.

Outro tipo de Análise Criminal estipulado por Boba (2017) é a Administrativa (ACA). Esta se diferencia das demais tipologias, pois ela busca informar ao público as análises da criminalidade e da pesquisa, lastreada em questões políticas, legais e práticas. A apresentação das conclusões, das análises, é dirigida a administração da polícia, aos governantes nas mais diversas esferas e aos cidadãos. Tem a seguinte definição:

Esta se preocupa com a apresentação dos resultados, em vez de fazer a identificação de padrão, análise estatística ou avaliação de resultado. É o processo de seleção de resultados relevantes e importantes realizadas por outros tipos de análise, não importando com o tipo, mas busca demonstrar as informações de forma adequada para um público específico (SILVA, 2015, p. 59).

A ACA tem por escopo principal informar ao público sobre a atuação criminal e sobre as ações realizadas pelo Estado para inibi-las, demonstrando os resultados da gestão da segurança pública. Ocorre que estes resultados devem ser apresentados em obediência aos limites legais, pois não se pode expor fatos confidenciais ou devassar a privacidade de alguém. É fundamental que a apresentação seja precedida de uma análise jurídica, visando evitar um excesso ou um desrespeito a um preceito positivado.

É oportuno trazer à discussão o entendimento de Martins e Silva (2013) sobre o emprego da ACA para a efetivação do direito à informação, positivado na legislação brasileira. Os autores citam a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que defende como dever do Estado a garantia de acesso à informação, com o emprego de procedimentos objetivos e em linguagem de fácil compreensão e a Constituição Federal de 1988, que define:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:

XXXIII – todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas de cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Baseado na Constituição Federal de 1988 a ACA deve ser empregada para informar a população sobre séries criminais, potenciais ameaças de desastres, alertas sobre horários, locais e tipos criminais, enfim, esta tipologia deve ser utilizada para promover a segurança social e estatal, para fomentar a prevenção criminal. As exceções positivadas podem ser

ilustradas em situações que estejam sendo processadas pela inteligência, que representem perigo à segurança ou que possibilitem o alastrar de pânico ou uma intensificação desmedida da sensação de insegurança. Nestes casos a ACA não estaria cumprindo o seu papel de informar, de alertar, mas não seria um instrumento capaz de prevenir o crime e ainda geraria um clima de medo e terror.

A praticidade da apresentação da ACA deve ser baseada pelo público alvo, pela ocasião e pelo objetivo. Uma exposição demasiadamente direta pode suscitar dúvidas ou interpretações equivocadas, mas uma apresentação longa e repleta de dados pode cansar o público e fracassar quanto aos seus objetivos. Estruturar a apresentação em conformidade com o proposto é fundamental e exige uma revisão prévia.

Silva (2015) elenca como exemplos da ACA a apresentação de estatísticas diversas sobre crimes – seja para apresentar padrões, seja para fundamentar as solicitações de verba orçamentária - relatórios sobre mudanças demográficas, elaboração de gráficos e tabelas para subsidiar a apresentação de Chefes, Diretores e Comandantes de organizações policiais, mapas de efetivos e resultados de operações, entre outros.

É imprescindível que a ACA tenha como propósito informar e alertar a população sobre pessoas desaparecidas, possibilidades de desastres (com os devidos cuidados para não suscitar pânico e, como consequência, outros problemas de segurança) e sobre padrões da criminalidade, inclusive elaborando recomendações. Ademais, a ACA, em seus resultados, pode ser um importante instrumento para subsidiar a tomada de decisão por parte dos gestores da segurança pública.

Uma vertente que a ACA deve estar atenta decorre do necessário relacionamento com a imprensa de forma geral. Os meios de comunicação em massa não têm medido esforços para galgar os índices de audiência requeridos, usando como método a exploração das notícias vinculadas ao crime, empregando o sensacionalismo e o exagero. Tais ações podem interferir diretamente na imagem e na reputação de uma instituição, potencializando ainda uma sensação de insegurança.

Este tipo de abordagem não se baseia em dados, em informações e também não se preocupa em analisar estatísticas. Ocorre que, mesmo fatos quantitativamente pouco relevantes, mas envoltos em características violentas, brutais, podem ser oportunamente explorados pela mídia e provocarem um desmedido temor social.

Um exemplo típico pode ser elencado em regiões turísticas. Num roubo que tenha como vítima um turista em uma região que atraia rotineiramente visitantes pode sofrer uma exagerada exploração midiática que cause a impressão de insegurança do local. Por vezes essas citadas regiões recebem um quantitativo policial superior às demais e apresentam resultados estatísticos igualmente melhores, em detrimento de áreas menos abastadas socioeconomicamente, que denotam índices criminais preocupantes, mas que não são veiculados pela imprensa.

A ACA tem como função, além das já elencadas, estabelecer uma relação com a imprensa em todas as suas dimensões, visando apresentar os fatos e os dados em conformidade com as análises realizadas, mediante o emprego científico dos métodos empregados. Assim, ao analista criminal administrativo caberá a missão de evitar o alastramento de pânico ou a exploração equivocada de uma determinada área pela mídia, sobretudo de uma região turística, pautando sempre a divulgação de resultados baseados em questões políticas, legais e práticas, visando informar e alertar a população mediante estratégias de comunicação. Não se trata de esconder ou deturpar a verdade, mas sim de evitar que uma parte da imprensa o faça.

Martins e Silva (2013) enfatizam outras possibilidades para a Análise Criminal Administrativa, englobando a produção de conhecimentos nas áreas econômica, geográfica, social e da organização policial, tendo como escopo principal subsidiar a gestão do poder executivo local e policial. Estes conhecimentos são circundantes aos criminais, mas são fundamentais para um entendimento do contexto em que estes acontecem. Acrescentam que a ACA é crucial para a gestão orçamentária, pois ao tratar de projetos nas áreas legislativa, política e financeira ela possibilita uma melhor gestão de pessoal e das relações públicas.

Uma maneira eficaz de o Estado prestar contas à sociedade é o emprego institucional e sistemático da Análise Criminal Administrativa, como uma disciplina metodológica. Desta forma será possível interagir rapidamente e com transparência com os veículos de comunicação, possibilitando a divulgação do posicionamento da Instituição Policial para um determinado fato ou sobre uma série de crimes em um lapso temporal.

A Analista Criminal de Inteligência se caracteriza por identificar redes criminosas e em auxiliar a polícia na prisão dos criminosos. Existem claras diferenças entre a atividade investigativa e a de Inteligência. Aquela se refere ao policiamento repressivo, delineada após o cometimento de um crime. A segunda emerge sobre a criminalidade estrutural. Objetivando

subsidiar a investigação penal e os gestores da segurança, “a inteligência poderia ser descrita como processo de coleta, análise, interpretação, difusão e proteção da informação disponível [...]” (SILVA, 2015, p. 253).

Em senso comum existem distorções conceituais que conduzem a uma identificação entre as teorias e técnicas de Análise Criminal e a atividade de inteligência. Dantas e Souza (2004) explicam que a Análise Criminal está num nível conceitual mais abrangente que a Inteligência, embora ambas sejam instrumentos indispensáveis para o combate a criminalidade de massa. Asseveram que a atividade de inteligência deve ser detectada como fundamental para a governabilidade e para a consecução da segurança.

Os dados que alimentam a Análise de Inteligência derivam de escutas telefônicas, do trabalho policial de vigilância, de informantes e decorrentes da observação participante, tendo esta como exemplo mais claro a atuação de um agente policial disfarçado. Estes exemplos demonstram dados brutos com um significado limitado ou isolado. A avaliação dessas informações em estado bruto, com o emprego metodológico adequado e objetivando construir um significado é que lhes atribuirão um grau de validade e confiabilidade, possibilitando comprovar a materialidade do examinado.

A Análise Criminal Estratégica enfoca a solução de problemas macro, em longo prazo, mediante a elaboração de estratégias operacionais baseadas em séries crônicas de crimes e estuda os macros influências que potencializam a criminalidade. Silva (2015) explica que esse modelo não deve ser implementado apenas em um território determinado, mas que sua aplicabilidade deve buscar a resolução de problemas nos diversos níveis, além de possibilitar a análise do desenvolvimento do território pela formulação de cenários prospectivos, envolvendo perspectivas diversas. Para Boba (2005, p. 15) a ACE significa:

O estudo do crime e da lei, informações de execução integrada com fatores sócio demográficos e geográficos para determinar a longo prazo “padrões” de atividade, para auxiliar na resolução de problemas, bem como quanto a investigação e avaliar as respostas e procedimentos.

Para Dantas e Souza (2004) um dos resultados da ACE é a elaboração de programas preventivos. Este deve ser precedido de um direcionamento para a projeção de cenários substanciados nas variações dos indicadores criminais, englobando ainda estudos técnicos e o delineamento de planos para identificar e aplicar os recursos necessários para a solução de crimes em longo prazo.

Podem ser exemplificados como elementos de Análise Estratégica o fornecimento de consultoria, subsídio ou orientação para a polícia e para gestores públicos, a análise de dados complexos de segurança pública, a propositura de planos de ação estratégica destinados à prevenção ao crime em longo alcance, o acompanhamento das tendências criminais em níveis locais, regionais e nacionais, o desenvolvimento de pesquisas em áreas com índices significativos de delitos, a elaboração de cenários prospectivos inerentes à criminalidade, a utilização de dados para avaliar estratégias policiais de prevenção e a preparação de mapas, gráficos e tabelas que apontem as tendências do crime e quais as soluções estratégicas.

Uma vez estruturada a Análise Criminal, tendo a sua tipologia aflorada a partir do escopo, do lapso temporal e do território em questão, operações policiais podem ser indicadas como processos eficazes para a contenção da criminalidade ou para a repressão de um determinado foco de violência. Até 2017 o planejamento dessas operações policiais destacava uma tipologia de análise específica. Ocorre que, segundo Boba (2017), a partir do ano citado, o planejamento de operações está imerso nas demais tipologias, conforme cada situação demande. Assim, uma ACE poderá indicar o delineamento de operações de grande porte, que tenham certa regularidade, que abarquem um lapso temporal maior ou que englobem áreas e unidades policiais diferentes. A ACT sugerirá operações pontuais, de curto prazo e que envolvam uma área de responsabilidade policial e o emprego de uma ou poucas unidades de um Comando Regional. A ACA tratará de estruturar a melhor maneira, baseada em critérios práticos, legais e administrativos, de informar a população, aos gestores e aos comandantes sobre essas pontuais ações operacionais e os resultados alcançados.

O planejamento e a execução de operações policiais podem ser diligenciados por um Departamento de Polícia, por um Comando Regional ou por uma Unidade Operacional e permitem a alocação de recursos financeiros, de pessoal e de equipamentos, podendo interferir em áreas e no tempo de atuação, na estrutura da organização. Requer o emprego de teorias da administração e um corpo de profissionais multidisciplinar, buscando avaliar seus resultados mediante a institucionalização de indicadores de gestão, que para Silva (2015, p. 66) “são representações numéricas ou qualitativas de construtos, processos ou serviços e servem para o acompanhamento de seu desenvolvimento, ou resultados, ao longo do tempo”.

O trabalho investigativo, que até 2017 compunha uma tipologia de análise, visa compreender o que caracteriza o local do crime, o perfil do violador dos direitos humanos e dos sujeitos envolvidos, englobando hábitos sociais e a personalidade, o método de investigação e o interrogatório. Esta investigação é executada pelos integrantes do Sistema de



Justiça Criminal e objetiva a resolução de crimes violentos, devendo observar os princípios legais, o ordenamento jurídico positivado. Evidencia ainda o *profiling* criminal, derivado da criminologia forense, que estuda o perfil do violador, do local do crime e da vítima.

Este trabalho investigativo envolve os métodos indutivo e dedutivo, conforme a definição de Popper (1972). O primeiro método se caracteriza quando o investigador elenca evidências e conhecimentos singulares referentes a um crime para então construir um enredo; o segundo quando enunciados específicos são deduzidos de uma teoria. Segundo Silva (2015) deve-se empregar o método hipotético-dedutivo, evitando-se assim utilizar apenas um método e incorrer em falibilidade. Este método abarca a formulação de um problema inicial e de hipóteses que, após serem testadas, permitem a construção de conclusões.

Segundo Turvey (2012), o *profiling* criminal é uma disciplina (uma especialidade) da criminologia forense e estuda o crime mediante a análise do perfil da vítima, do criminoso (hábitos, comportamentos emocionais e psicológicos, características físicas) e o local do crime, lastreado nos conhecimentos das ciências forenses e comportamentais.

Os pressupostos estabelecidos para o emprego da técnica de *profiling* criminal, conforme Konvalina-Simas (2012) englobam a possibilidade de se estabelecer o perfil psicossocial do agressor mediante o estudo da vítima, da cena do crime e das perícias forenses realizadas, o entendimento que se pode deduzir as características dos delituosos em decorrência da análise de seus atos, pela indicação do *profiling* para os crimes em que existem poucas pistas e que não há informações iniciais sobre os suspeitos, com especial aplicação para os crimes de violação e de homicídio (sobretudo os delitos em série) pela tendência de aproximação dos raciocínios indutivo e dedutivo, e pela necessidade de máximo empenho no levantamento de informações sobre a ocorrência para alimentar a aplicação da técnica de *profiling*.

Por fim, Boba (2001) explicita os tipos de mapeamento de crime que podem ser implementados numa Análise Criminal. Inicialmente a autora cita o mapeamento manual por pinos, em que são pontuados num mapa, manualmente, os principais crimes ocorridos, sendo indicado como um método direto, simples, porém limitado, visto que requer constante atualização e não oferece as possibilidades dos programas computacionais já ofertados no mercado. Os primeiros mapas produzidos por computador, considerada uma tipologia de mapeamento, tão somente representou a informatização do mapeamento manual, com

indicações de características estáticas, não tendo significado uma ampliação das possibilidades de análise.

Prossegue Boba (2001) indicando outro tipo de mapeamento da criminalidade, o sistema de informação geográfica (SIG) como um “conjunto de ferramentas computadorizadas que permitem a uma pessoa modificar, visualizar, consultar e analisar dados geográficos e tabulares” (pag. 19). Consiste assim, o SIG, numa ferramenta de *software* que possibilita ao analista produzir desde um mapa de pontos simples até uma visualização tridimensional, seja de dados temporais ou espaciais. Ele oferece o acréscimo de inúmeras funções em referência aos mapas de pinos manuais e aos mapas de computador.

Já o mapeamento da Análise Criminal é definido como “o processo de utilização de um sistema de informação geográfica em combinação com técnicas de análise do crime para se concentrar no contexto espacial do crime e outras actividades de aplicação da lei” (BOBA, 2001, p. 20).

Explicitados o histórico, o conceito, a definição e as caracterizações da Análise Criminal é fundamental, para a presente pesquisa, aplicar este marco teórico. A área definida foi à cidade de Salvador e o lapso temporal foram os anos entre 2012 e 2016, objetivando analisar os homicídios registrados na cidade numa ACE.

## 2.4 O CRIME EM SALVADOR

Inúmeras são as possibilidades decorrentes do emprego da Análise Criminal para a segurança pública e privada, conforme a tipologia desse marco teórico utilizada. Se os Comandos e Unidades policiais podem identificar locais e horários com maior registro de ocorrências de determinados tipos penais - na possibilidade da intervenção da Análise Criminal Tática (ACT), ou se podem monitorar a migração da mancha criminal ao longo de alguns anos - quando decorrente de uma Análise Criminal Estratégica (ACE), organizações, firmas ou grupos gerenciais podem aplicar este marco teórico para compreender fenômenos referentes à segurança em grandes eventos particulares, aeroportos, resorts, shows musicais, entre outros.

Independente dos diversos resultados que este marco teórico em expansão promove, alguns fatores são necessários e comuns para a aplicação da Análise Criminal, como a definição do local e do lapso temporal a serem analisados. Nesta pesquisa, a área em voga é a

cidade de Salvador e o período de tempo a ser estudado é o quinquênio compreendido entre 2012 e 2016.

Desta forma, emerge-se a necessidade de se caracterizar criminalmente a cidade de Salvador, a delimitação da área de pesquisa. Este subsídio teórico permitirá uma abordagem holística e polissêmica inerente aos resultados da pesquisa, garantindo a consecução do objetivo geral delineado, o de compreender a criminalidade na capital baiana mediante o emprego da Análise Criminal.

Como a criminalidade em Salvador foi formada? Quais os acontecimentos históricos que lhe permitiram a configuração atual? Quais as suas características socioeconômicas? Qual o contexto atual da criminalidade? Esta seção busca encontrar tais respostas, necessárias para fundamentar o posterior emprego da Análise Criminal e a conseqüente compreensão de padrões, tendências e sazonalidades dos homicídios na capital baiana.

Santos (2012) explica que um processo de delineamento urbano abrange forças de transformação – provenientes do dinamismo atual - e forças de resistência que, após combaterem entre si, criam uma paisagem nova ou transformam a antiga. Neste contexto dialético pode-se identificar a estrutura urbana da cidade, as distintas formas de organização e utilização do espaço.

Capital da Bahia, Salvador se caracterizou historicamente por ser uma sociedade agrária, escravista e mercantil, consubstanciada numa hierarquização social repressiva e oligárquica que foi flagrantemente influenciada pelas contribuições de toda ordem do europeu, do africano e dos povos que já habitavam o seu território quando da chegada dos portugueses (SANTOS, 2012). Serão expostos, a seguir, alguns acontecimentos históricos que sobressaíram e explicam a criminalidade atual da cidade.

A hoje denominada cidade do Salvador iniciou o seu povoamento com cerca de pouco mais de 1.000 (mil) pessoas, entre degredados (cerca de 400 pessoas), soldados, colonos, funcionários públicos, clérigos regulares e seculares, tendo sido fundada em 1549 por Tomé de Souza, primeiro Governador do Brasil. Inicialmente chamada de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, até o final do século XVIII Salvador foi a segunda cidade do império português e o seu porto era o principal da colônia (TAVARES, 2008).

Na composição inicial, oriunda de Portugal, havia 400 degredados com destino a nova colônia. O degredo representou uma maneira prática e eficaz do governo absolutista português povoar o Brasil. Na discussão que permeia um perfil criminoso preponderante nas pessoas

que iniciaram o povoamento do país vale contrapor que a pena de degredo ocorria para situações que à época eram tidas como crimes, a exemplo de uma falência de um comerciante ou de uma pessoa que quebrasse uma imagem à semelhança do rei (TAVARES, 2008).

Neste contexto não há elementos que subsidiem a vinculação de uma relação entre o crime ao longo dos séculos em Salvador e a quantidade de degredados que povoou a cidade inicialmente, sobretudo em razão dos motivos que levavam ao degredo. O entendimento, em senso comum, de que a cidade já teria começado o seu processo de povoamento com uma vertente criminal em função da quantidade inicial de degredados não tem elementos que lhe sustentem.

Tavares (2008) prossegue afirmando que o poder positivado, reconhecido pela Coroa Portuguesa, nos três primeiros séculos da história da cidade, foi exercido pela Câmara, mas precisamente por um seleto grupo de indivíduos escolhidos pela sua linhagem familiar e destinados a garantir a manutenção da estratificação social e da ordem econômica vigentes, governando a então capital do país e os seus moradores. Assumiam a disciplinarização da vida coletiva, perpassando pelas funções reguladoras e coercitivas.

Assim, essa forma de governar da Câmara garantia os interesses da Coroa Portuguesa e dos donos de terras e grandes comerciantes de Salvador. Sousa (2012) argumenta que a preocupação em manter o *status quo* existente durante o século XVIII comprovava-se pela contundente vigilância da Câmara a respeito da disciplinarização das atividades produtivas e comerciais, cujas penas normalmente restringiam-se a aspectos pecuniários e materiais. Cerca de 60% das contravenções decorriam de violações à circulação e ao comércio de mercadorias, superando ilicitudes inerentes às normas sobre saúde pública e sobre manifestações religiosas. A Câmara disciplinava até mesmo questões como o preço das mercadorias a serem vendidas e o horário permitido para a comercialização.

Desta forma, o cometimento de ilícitos durante o século XVIII, em Salvador, segundo Sousa (2012), representava uma manifestação de evidente descontentamento de comerciantes locais, de vendedores ambulantes e de donos de vendas que não gozavam da cobertura da Câmara. Esta, exercendo o poder vigente e intencionando manter a ordem social e econômica, empregava a fiscalização e a punição para conter a ascensão social. A infração representava uma tentativa de assunção de livre exercício comercial e de potencialização de rendimentos. As penas pecuniárias chegaram a representar cerca de 70% das condenações. Este contexto permite o questionamento sobre a natureza das transgressões registradas e sobre o seu

afastamento de questões morais e éticas. Os atos ilícitos não compunham ações de violência, de dano material ou de afronta à vida. Demonstravam uma tentativa de burla ao controle social positivado.

Tavares (2008) informa que aproximadamente cinquenta anos após a chegada dos portugueses às terras do que hoje é a Bahia foi iniciada a importação de escravos africanos, direcionada a atender os primeiros engenhos de açúcar. Mas outros fatores influenciaram e potencializaram este processo de escravidão, podendo ser elencados a vasta experiência dos portugueses com este comércio - sobretudo durante a efetivação da colonização do Brasil, com a criação do governo-geral e com a doação das capitânicas hereditárias - e a necessidade da abertura de novos mercados ao comércio já existente de escravos, que até então era demandado pela Europa e pelas ilhas atlânticas.

Se o degredo e o crime em Salvador, em seu processo inicial de povoamento e nos séculos XVI, XVII e XVIII derivavam de penas pecuniárias e de tentativas de burlar a fiscalização contundente da Câmara e da Coroa portuguesa, há de se ressaltar os atos violentos e hoje tipificados como crimes que à época eram admitidos e aceitos socialmente. O cenário descrito de escravidão dos africanos, principalmente, e dos povos que já habitavam o espaço que compreende parte da atual cidade de Salvador (Tupinambás ou Tupiniquins, Gês ou Tamoios ou Tupias e os Kariris ou Kiriris) abarcava cenas de violência, agressões, tortura e homicídios contra tentativas de fuga e como forma de imposição do trabalho aos escravizados, que eram caracterizados como mercadoria (TAVARES, 2008).

A Análise Criminal delineada nesta pesquisa guarda decisiva relação com o processo histórico dos vetores de povoamento da cidade, que caracterizam os bairros de Salvador na contemporaneidade, emergindo a necessidade de se esmiuçar este processo. A evolução da população censitária de Salvador detectou-se da seguinte maneira: no ano de 1950 possuía 417.235 habitantes, em 2010 a sua população multiplicou-se mais de 6,41 vezes; este crescimento desencadeou-se pelo êxodo rural, a partir da década de 1970 e pela atração de projetos industriais elaborados pelo Governo Federal (SPINOLA, 2015). Em 2010, a sua população passou a ser de 2.675.656 habitantes, sendo estimada em 2.902.927 em 2014, sendo, então, a terceira maior cidade do país, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1 - População de Salvador entre 1950 e 2010

ANO	POPULAÇÃO
1950	417.235
1960	655.735
1970	1.027.142
1980	1.531.242
1991	2.072.058
2000	2.440.828
2010	2.675.656

Fonte: IBGE – Censos Demográficos.

Este crescimento populacional não foi acompanhado de um planejamento urbano coerente ou de uma estruturação dos espaços da cidade para este novo cenário, o que potencializou a pobreza, a má distribuição de renda e o surgimento de moradias precárias, formando um contexto favorável para a disseminação da violência e do crime (SPINOLA, 2015).

Santos (2012) explica a evolução de Salvador até a metade do século XX a partir de cinco períodos definidos. Um início em que se destacavam os papéis de centro administrativo e religioso, além de uma função militar, até o século XVI, em que a cidade se limitou ao topo do escarpamento que lhe configurava. Um segundo período, de crescimento lento que buscava expandir a cidade, finalizado no século XVIII. Em seguida verifica-se um momento de crescimento rápido, decorrente de um sucesso agrícola e de um êxodo rural, até o século XIX; novos bairros se formam favorecidos pelo surgimento de linhas de transporte coletivo. Um quarto período de novo crescimento lento, prejudicado por crises comerciais e pela atração à produção do cacau no sul do estado. Por fim, um período de fortalecimento da economia agrícola, de crescimento rápido, que provocou um êxodo rural e um aumento do subemprego e do desemprego. Bairros ricos são construídos para uma minoria abastada, as áreas próximas às praias se valorizam e invasões se formam sem qualquer planejamento urbano.

Há alguma relação entre criminalidade e pobreza, entre índices criminais e desigualdades socioeconômicas? A relação é direta ou difusa? São fatores condicionantes ou que contextualizam a questão? Essa discussão deriva de diversas áreas do território brasileiro, caracterizadas por um cenário de privações de toda ordem, coincidirem com as localidades que abarcam os piores números referentes à segurança, assim como se percebe em Salvador, conforme resultados desta pesquisa, entre 2012 e 2016, que apontaram o miolo e o subúrbio da cidade como regiões que abarcavam os bairros mais violentos. Faz-se necessário contextualizar, ainda que de forma superficial, as condições sociais e econômicas da capital baiana.

A pobreza da cidade é influenciada pela falta de planejamento urbano, segundo Soares (2009). O estabelecimento de áreas menos valorizadas e a apropriação do espaço urbano denotam o enfraquecimento estatal nessas questões. Neste sentido, o subúrbio ferroviário e o miolo da cidade apresentam bolsões de pobreza, evidenciando as carências em infraestrutura e em serviços públicos, incluindo transporte e segurança.

Salvador é uma cidade negra e pobre, conforme Spínola (2015). Lastreado nos dados do IBGE, o autor afirma que a maioria da população da cidade é negra (79%), tomando-se por base o critério de soma de pardos e negros nessa contagem. O processo histórico de escravidão, sobretudo do negro oriundo da África, guarda decisiva relação com esses números. Soares (2009) explica que Salvador é repleta de desigualdades sociais, engloba diversas paisagens favelizadas e possui um dos maiores índices de desemprego do país.

O espaço que compreende a cidade de Salvador englobou um processo de ocupação condicionado pela desigualdade, por um considerável desnível de renda de sua população. A lógica dos empresários da construção civil prevaleceu nas últimas décadas, em detrimento dos interesses da coletividade. Tal constatação consumou-se na Reforma Urbana de 1968, ocasião em que a Prefeitura da cidade transferiu a propriedade de uma considerável quantidade de terras para alguns poucos construtores que delinearão a configuração do município, seguindo uma modernização excludente (SOARES, 2009), ocasionando em residências precárias em morros, baixadas e ruas sem qualquer planejamento urbano, cenário que caracteriza os bairros mais violentos da capital baiana.

Sobre as regiões da cidade é notório o contexto de absoluta desigualdade, demonstrado em três vetores de expansão: a orla marítima norte, o “miolo” e o subúrbio ferroviário. Este (que teve a sua ocupação em virtude da construção da linha férrea, ainda em 1860) possui uma população de cerca de 500 mil habitantes (IBGE, 2010) e constitui-se como uma das áreas mais pobres e mais violentas da cidade. Ao se somar os bairros de Tancredo Neves, Cajazeiras e Valéria ao citado subúrbio, estará englobado mais da metade dos chefes de família com rendimentos abaixo de dois salários mínimos. Um terço da população de Salvador está classificada nas categorias vulnerável (17,9%), extremamente pobre (8,4%) e pobre (7,3%) (SPINOLA, 2015).

A cidade de Salvador, nas três últimas décadas do século XX, sofreu um salto demográfico significativo. Caldas (2007) informa que este crescimento populacional intensificou as desigualdades socioambientais, produzindo, por efeito, a construção irregular e

carente de qualquer planejamento urbano de residências em bairros populares, sendo utilizados espaços inapropriados, afetando, inclusive, as áreas verdes da cidade.

A formação e o crescimento desordenado do denominado “miolo” (área situada entre a BR 324 e a Avenida Luiz Viana Filho) de Salvador (CALDAS, 2007) estão adstritos a alguns fatores. Vasconcelos (1999) explica que nas décadas de 1930 e 1940 a economia de Salvador apontou uma recuperação, baseada no cacau e no fumo, com um crescimento industrial que, embora não fosse significativo para modificar o *status* da cidade de uma economia agroexportadora, foi suficiente para proporcionar a construção de loteamentos nas áreas periféricas, próximos a áreas industriais, posicionadas no miolo do município.

Para Caldas (2007), a construção do aeroporto de Salvador, na década de 1950, foi o vetor inicial de crescimento e de povoamento do miolo da cidade. Em virtude de ter sido construído nas proximidades da hoje denominada cidade de Lauro de Freitas, em direção ao litoral norte, foi necessário construir uma via que ligasse a cidade ao aeroporto. Desta forma, a Avenida Aliomar Baleeiro (em senso comum denominada Estrada Velha do Aeroporto) foi construída. Neste planejamento havia a definição de polos de ocupação, todos no miolo da cidade, englobando as áreas de Cajazeiras, Mussurunga/São Cristóvão, Pau da Lima e Cabula.

Outros fatores que explicam o povoamento do miolo de Salvador referem-se à duplicação da BR 324 e à construção do Complexo Penitenciário Lemos de Brito, o principal do estado da Bahia, ambos na década de 1970. Se o primeiro fator favoreceu o acesso aos bairros deste miolo, o segundo foi projetado numa área até então distante da cidade, desprovida de construções ou de uma estrutura urbana em seu redor.

Em virtude de muitos presos serem oriundos do interior do Estado ou residirem em bairros distantes, os visitantes (sobretudo familiares), decisivamente vulneráveis, passaram a ocupar irregularmente os espaços em torno do Complexo, fator agravado pela inexistência de muros ao redor deste. Assim, aglomerados desorganizados e desprovidos de equipamentos públicos foram formados, intensificando a pobreza e as desigualdades socioeconômicas, formando-se áreas com relevantes índices criminais e intenso tráfico de entorpecentes (MARX et al., 2016).

Estes fatores formaram, no miolo de Salvador, um conjunto de bairros carentes de equipamentos urbanos, repletos de construções irregulares e com significativas vulnerabilidades socioeconômicas e ambientais (CALDAS, 2007).



Marx et al. (2016), lastreados no censo demográfico de 2010 do IBGE, informaram que o bairro da Mata Escura, localizado no miolo de Salvador e que abarca o Complexo Penitenciário Lemos de Brito, possui uma taxa de crescimento populacional 25% superior à de Salvador, aponta uma taxa de analfabetismo de 28% entre crianças de 5 a 9 anos de idade e de 25,5% para a população carcerária, e que 57,1% dos auferidores de renda recebiam em média até um salário mínimo e 24,9% de um a dois salários mínimos. Os autores ainda concluíram que os homicídios registrados no bairro guardam relação com o tráfico de entorpecentes, com as desigualdades socioeconômicas e com as carências de infraestrutura, além do bairro assumir uma centralidade de violência e criminalidade para a cidade de Salvador.

Sobre as regiões mais abastadas da cidade podem ser citadas a Barra, a Boca do Rio, Brotas e Itapoan, além das áreas que acompanham a Avenida Luis Viana Filho em direção ao Litoral Norte. Neste vetor se concentram as riquezas e os equipamentos urbanos de melhor estrutura, delineados por investimentos públicos e pela lógica do mercado imobiliário (SPINOLA, 2015). Nessas áreas predominam os crimes contra o patrimônio, num perfil criminal diferente dos demais vetores de povoamento, caracterizados principalmente por crimes contra a vida.

Souza (2000) afirma que este contexto de desigualdades e de pobreza, em Salvador, é potencializado pela segregação sócio-espacial verificada no processo de crescimento da cidade. Para o autor, mais da metade da população da capital baiana vive em áreas carentes de infraestrutura e desprovidas de serviços básicos. São moradias precárias em bairros que cresceram desordenadamente e de maneira informal, com residentes empobrecidos, vulneráveis, sobretudo no “miolo” e no subúrbio ferroviário. Assevera que a tendência é a de um agravamento deste cenário. Caldas (2007) ratifica que Salvador possui uma distribuição de renda desigual, com uma expressiva concentração restrita a extratos reduzidos da população em determinados territórios da cidade.

Pereira, Silva e Carvalho (2017) concluem que os indicadores referentes à educação, à saúde e às condições de emprego e renda em Salvador demonstram uma cidade pobre, desigual, com possibilidades escassas de mobilidade social - especialmente para os jovens, com um sistema de saúde deficitário e com resultados preocupantes sobre as condições de renda e ocupação de sua população, com a existência de um exército de reserva considerável, o que proporcionou a precarização dos trabalhos e uma compressão salarial.

Prosseguem os autores informando que entre 2000 e 2010 as taxas de desemprego em Salvador apresentaram queda de 24,8% para 19,1% - embora esta taxa represente praticamente o dobro da média do país. Houve uma expansão dos trabalhadores com carteira assinada e dos profissionais de nível superior, uma redução do quantitativo com rendimentos abaixo de um salário mínimo e um acréscimo dos ocupados remunerados nas faixas de um a dois salários mínimos. Registra-se a expansão do turismo e da construção civil, consolidando a cidade como um centro comercial e de serviços.

Apesar de alguns índices apontarem uma relativa evolução, Salvador permanece como um espaço de baixas remunerações decorrente de uma economia concentrada nos serviços e em atividades caracterizadas por baixa produtividade, gerando um baixo valor agregado e postos de trabalho precários e mal remunerados. Houve uma redução do contingente em extrema pobreza na cidade, mas permaneceu sem alterações significativas a população em situação de pobreza e a concentração acentuada de renda.

Assim, o contexto histórico exposto explica as principais características socioeconômicas da cidade, incluindo a sua segregação espacial histórica e o processo de povoamento, possibilitando análises correspondentes às teorias criminais. O subúrbio ferroviário e o miolo da capital baiana, as regiões mais carentes da cidade, abarcam também os piores índices de homicídios.

Salvador é uma cidade pobre, desigual e que apresenta reduzidas possibilidades de migração social, especialmente para os jovens. Tais aferições, contudo, não devem ser posicionadas para lastrear explicações simples que justifiquem os relevantes índices criminais ou as suas causas. Buscou-se, com o seu delineamento, tão somente caracterizar a cidade que abrange a presente pesquisa, fornecendo as principais informações para subsidiar a análise criminal e a contextualização das academicamente consagradas teorias formais sobre a criminalidade.

A aplicação da Análise Criminal em Salvador requer uma série de informações sobre a cidade, favorecendo as interpretações e subsidiando as conclusões capazes de reduzir índices criminais e de potencializar a sensação de segurança. De certo que o analista criminal deve ser conhecedor da área em questão e de como esta é administrada em suas diversas esferas. Destarte, na cidade em voga, Salvador, é oportuno afirmar que as áreas das regiões administrativas (RA), criadas pela lei nº 3.678 de 28 de novembro de 1986 e delimitadas mediante o decreto nº 7.791 de 16 de março de 1987 não são coincidentes com a organização positivada pela Secretaria de Segurança Pública. O Programa Estatal Pacto Pela Vida,

positivado pelo Governo do Estado, divide a Bahia em Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) e estas, em Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP), englobando Unidades Policiais Militares e Delegacias Territoriais.

Ocorre que estas RISP e AISP não são coincidentes às mencionadas áreas organizadas pela Prefeitura da cidade de Salvador. Ademais, as áreas das Companhias Independentes da Polícia Militar também não coincidem com as áreas de atribuição policial das Delegacias Territoriais. Estes fatores são dificultadores para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas multidisciplinares e que envolvam diversas secretarias de governo, pois as análises das respectivas pastas vão se referir a regiões diferentes. Esta questão deve ser incluída na aplicação da Análise Criminal, inclusive sendo expostas as dificuldades delas inerentes, respeitando-se as recomendações metodológicas para as ciências sociais aplicadas (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Uma vez construídas as contextualizações e o percurso histórico de povoamento da cidade de Salvador, elaboradas as indispensáveis considerações sobre a criminalidade e delineado o estado da arte da Análise Criminal no Brasil é necessário culminar a aplicação do marco teórico em baila na área destinada para a pesquisa.

É imprescindível relatar que a abordagem empregada neste trabalho, para subsidiar a análise dos homicídios na capital baiana, é a ecológica do crime, que explica a distribuição da criminalidade mediante o estudo de variáveis geográficas e temporais, visando proporcionar o entendimento dos processos sociais e das suas decorrências. Esta abordagem abrange a Teoria das atividades rotineiras (FELSON, 1998), a Teoria dos lugares desviantes (WEISBURD, 2012) e a Teoria da desorganização social (SHAW ; MCKAY, 1942), todas fundamentadas na busca pela ordem social.

Antes, porém, de expor as análises criminais da capital baiana entre 2012 e 2016, escopo deste trabalho, há a necessidade de trazer à tona os resultados de pesquisas anteriores sobre a criminalidade nesta cidade. Embora não haja fartas pesquisas sobre esta questão, existem trabalhos acadêmicos que permitem um entendimento sobre o cenário vivido pela sociedade soteropolitana entre a metade e o final do século XX, com destaque para o período compreendido entre 1980 e 2000.

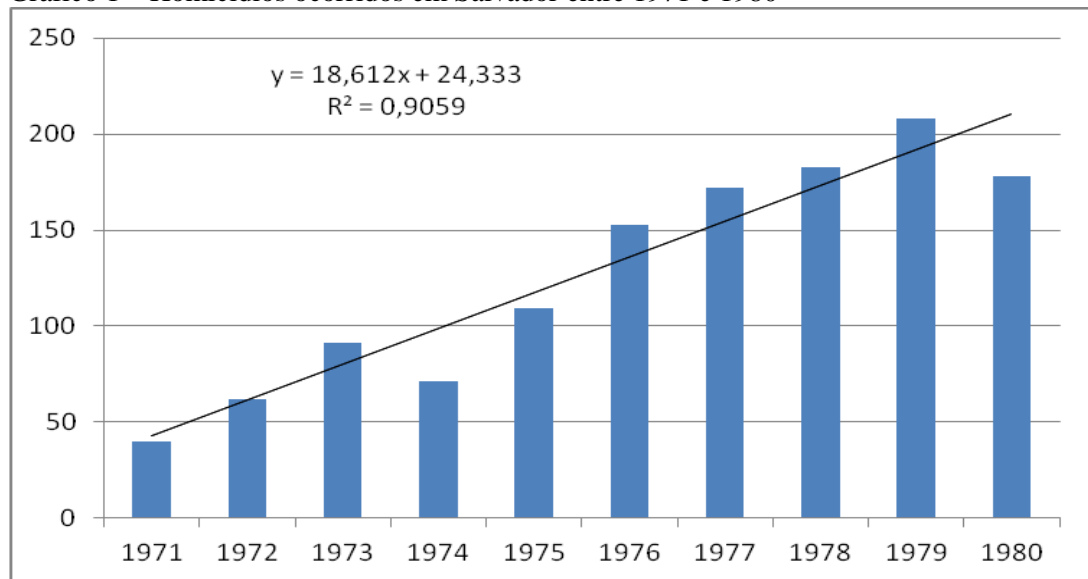
Uma pesquisa singular para esta contextualização é a dissertação de Mestrado de Silva (2004). Tendo utilizado como fonte de dados o Centro de Documentação e Estatística da Polícia Civil da Bahia, o autor levantou informações sobre o período delineado entre 1940 e 2000. Embora tenha asseverado que a fonte de dados não apresentava uma série contínua em

todo o lapso temporal demarcado, o trabalho conseguiu estabelecer considerações e inferências sobre a criminalidade em Salvador num período importante para a história da cidade e anterior ao objeto desta pesquisa.

Silva (2004), lastreado no primeiro anuário de estatística policial criminal produzido no Estado da Bahia (1941), demonstrou que em 1940 ocorreram 157 homicídios na Bahia e 36 em Salvador. Enquanto que no Estado baiano ocorreram 10.011 crimes e contravenções, na capital foram 8.294, 82,85% do total. Registra-se que o quantitativo de homicídios em Salvador era inferior ao número de estupros (42) e à quantidade de suicídios (51). O autor ainda demonstrou, fundamentado pelos dados da Secretaria de Segurança Pública da Bahia (1974), que de 1966 a 1970 os homicídios no Estado aumentaram de 117 registros no primeiro ano para 181 no último.

O gráfico abaixo retrata os homicídios em Salvador na década de 1970:

Gráfico 1 – Homicídios ocorridos em Salvador entre 1971 e 1980



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação baseada em Silva (2015, p. 170).

O gráfico demonstra um crescimento racional da quantidade de homicídios na capital baiana entre 1971 e 1980, além de representar um considerável quantitativo de casos. A tendência de previsão linear aponta o aumento do tipo criminal em Salvador, circunstância comprovada posteriormente.

Aumentaram ainda, na década de 1970, de forma gradual, a quantidade de arrombamentos de casas comerciais e de residências, o que provoca uma reação da população - de cunho protetional: a construção e a reforma de edificações visando estabelecer barreiras

físicas capazes de impedir ações delituosas dessa natureza. O arrombamento e o furto de veículos começam a ganhar destaque em casos registrados, e a modalidade de roubo a veículos começa a ganhar notoriedade (SILVA, 2004).

Na década de 1980 o autor prossegue informando que os crimes contra o patrimônio têm maior incidência nos bairros centrais de Salvador. Já os furtos (simples e de veículo) e os roubos ocorreram nas localidades que abarcam os moradores com maior poder aquisitivo, capazes de despertar a cobiça dos criminosos. Esta década marca a modificação de modalidades criminosas, pois há uma maior notificação de roubos a ônibus, a bancos, a pessoas e a casas comerciais do que na década pretérita.

Este descrito e vertiginoso aumento da violência e dos índices criminais provoca nos habitantes de Salvador uma clara insegurança, um receio do crime que ocasiona uma modificação de tendência na construção civil, capaz de modificar a paisagem urbana da cidade. Passam a compor o cenário soteropolitano condomínios fechados, muros altos, residências mais seguras, com grades. Peralva (2000) explica que estas modificações não são exclusivas de Salvador, elas caracterizam as grandes capitais brasileiras no período. O autor prossegue asseverando que o retorno à democracia, no final da década de 1980, coincide com uma maior visibilidade da violência.

A década de 1990 demonstrou um aumento criminal em diferentes tendências. O crescimento dos crimes violentos é agravado pelas ações cruéis de estupradores, sequestradores e latrocinadas, que se soma ao crescimento da quantidade de homicídios e de grupos de extermínio (SILVA, 2004); o autor ainda assevera o cometimento de crimes de “colarinho branco” e a autoria de delitos hediondos e bestiais por parte da população mais abastada economicamente; as fraudes por meio de dispositivos eletrônicos, por computadores, passam a ser mais comuns, incluindo a invasão de contas bancárias e a “clonagem” de cartões de crédito (ROBINSON, 2001).

O número de homicídios na cidade do Salvador, no final do século XX, demonstrou o nítido contexto de violência que assolava a cidade. Bastos Neto (2006) explicou que entre 1996 e 1999 foram vítimas de homicídios na capital baiana 4.248 pessoas, quantidade superior a regiões em guerra, como a da Iugoslávia, que vitimou, no mesmo período, 2.076 pessoas.

Pereira, Silva e Carvalho (2017), lastreados nos dados do Ministério da Saúde, informaram que os índices de mortalidade por causas externas cresceram de 68 para 115,8 por

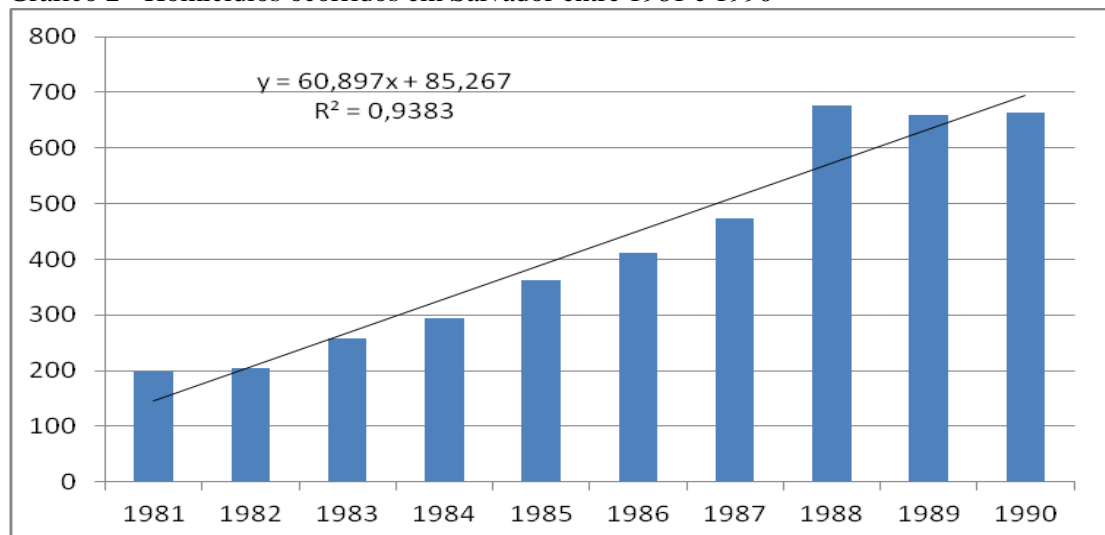
grupo de mil habitantes entre os anos de 2000 e 2010 na Bahia. Em 2001, a taxa de homicídios era de 62 por 100 mil habitantes no estado.

Em seus achados, Silva (2004) demonstrou uma tendência inusitada para a capital baiana. Em outras capitais brasileiras, um grau mais elevado de violência e de índices criminais já existia nas décadas de 1970 e 1980, mas passaram a atingir Salvador na década de 1990. Por exemplo, a superação do quantitativo de roubos em relação ao de furtos ocorreu na capital baiana entre 1993 e 1994. Ocorre que no Rio de Janeiro esta transformação aconteceu entre 1980 e 1983, e em São Paulo no início da década de 1980.

Cerqueira e Lobão (2003), sobre a incidência de homicídios nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre 1980 e 2003, demonstraram que a redução da quantidade de homicídios não está estatisticamente relacionada a um aumento de investimentos em segurança pública. Afirmaram, em sua pesquisa, que a mitigação da desigualdade social pode estar diretamente relacionada à diminuição desses índices criminais.

Proporcionando uma visão abrangente e esclarecedora sobre os homicídios em Salvador entre 1981 e 2000, Silva (2015) demonstrou que há um notório crescimento dos crimes violentos entre as décadas de 1980 e 1990:

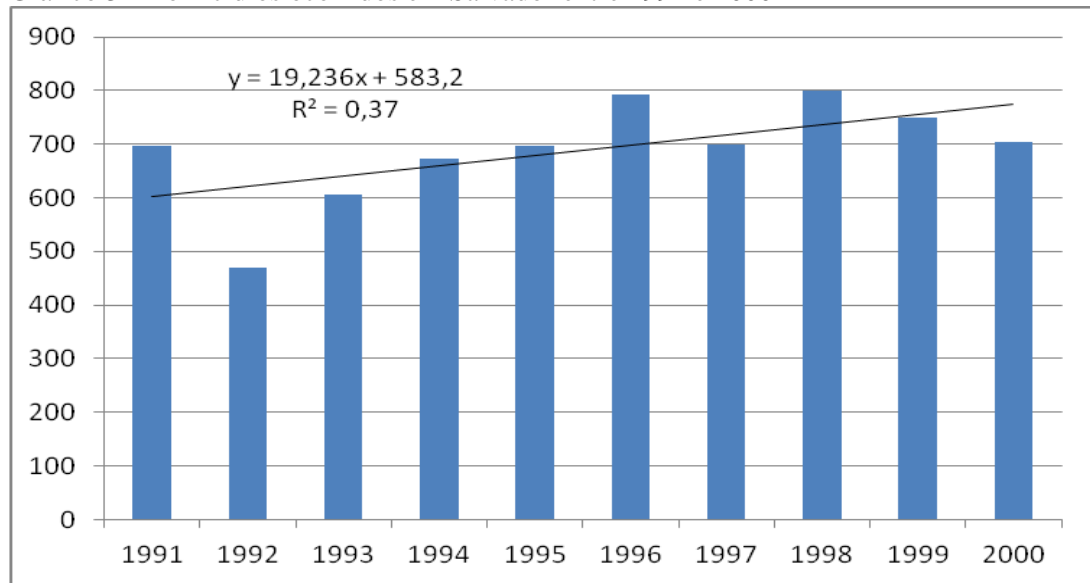
Gráfico 2 - Homicídios ocorridos em Salvador entre 1981 e 1990



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação baseada em Silva (2015, p. 182).

O gráfico demonstra que houve um acentuado crescimento dos registros de homicídios entre os anos de 1981 e 1990, com destaque para os anos de 1988 e 1989, que apresentaram índices superiores à previsão linear. Ressalta-se que entre os anos de 1984 e 1987, e no ano de 1990 o número de homicídios foi inferior à previsão estabelecida.

Gráfico 3 - Homicídios ocorridos em Salvador entre 1991 e 2000



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação baseada em Silva (2015, p. 182).

Entre os anos de 1991 e 2000 houve um crescimento dos índices de homicídios em Salvador, numa incidência inferior à década pretérita. Contudo, ressalta-se que o volume de casos por ano foi mais significativo que o período anterior. Os anos de 1991, 1994, 1995, 1996 e 1998 apresentaram índices superiores à previsão. Destaca-se que o ano de 1992 teve o menor quantitativo da década e que os anos de 1993, 1997 e 2000 englobaram um número de homicídios inferior à previsão linear.

Costa Gomes (2010) alerta, lastreado no relatório executivo do Governo do Estado, divulgado em 2009, que 99,61% dos crimes ocorridos na Bahia não eram apenados. Explica, o autor, que 223.451 ocorrências foram registradas nas Delegacias baianas em 2008. Destas, apenas 32.637 (14,6%) sofreram investigação, gerando 14.548 denúncias ao Ministério Público (3,2%). Por fim, somente 2.871 (1,3%) foram apenados, incluindo as penas restritivas de liberdade e às alternativas. Este cenário gera uma impunidade de 98,7%. Ocorre que o autor, baseado nos achados da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acrescentou nesta contagem uma taxa de 70% de subnotificação, potencializando a sensação de impunidade no Estado ao percentual supracitado.

Buscando explicações para o descrito contexto de violência, Costa Gomes (2010) cita a má distribuição de renda no Estado, a relação direta do tráfico de entorpecentes com os crimes violentos, sobretudo homicídios, e o diminuto efetivo de agentes, lastreado no previsto na Organização das Nações Unidas, que prevê um policial para a assistência de 200 habitantes, como fatores potencializadores. O IBGE (2010) indicou que a Bahia possuía 14.016.906 habitantes naquele ano, enquanto que o efetivo policial girava em torno de 30.000

profissionais, o que forma uma proporção de um agente para assistir 468 pessoas, uma referência bastante inferior à recomendada.

Numa pesquisa sobre os homicídios registrados no Estado da Bahia entre 1999 e 2009, Costa Gomes (2010, p. 5) demonstra:

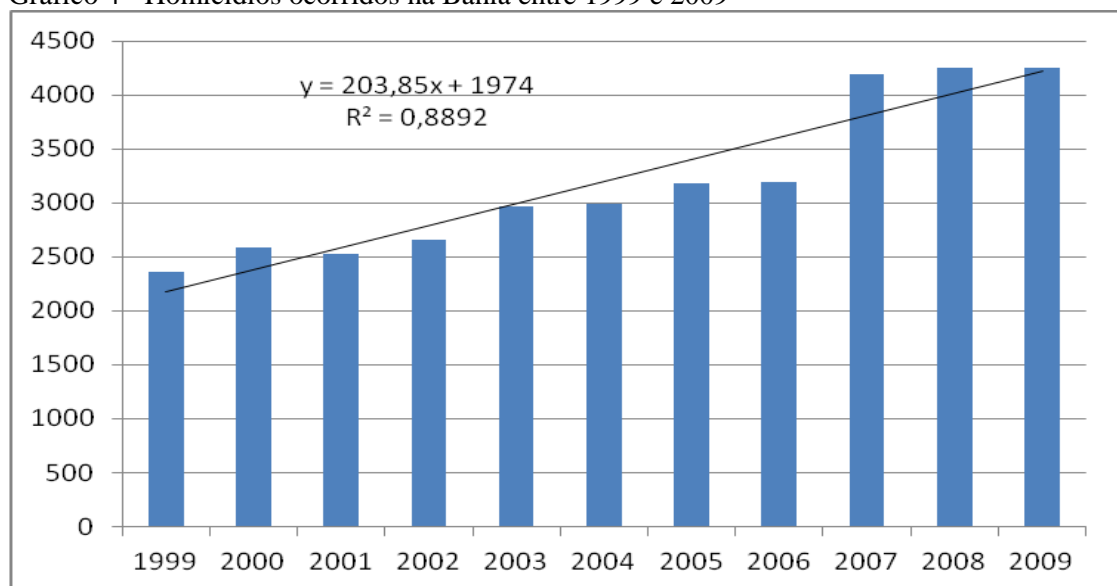
Tabela 2 - A relação entre homicídios registrados, população e a taxa para cada 100.000 habitantes na Bahia, entre 1999 e 2009

Ano	Homicídios	População	Gp 100.000	Taxa/100.000
1999	2365	12993020	129,9302	18,2
2000	2581	13070250	130,7025	19,75
2001	2526	13214146	132,14146	19,12
2002	2660	13323150	133,2315	19,97
2003	2968	13440544	134,40544	22,08
2004	2994	13552649	135,52649	22,09
2005	3180	13815260	138,1526	23,02
2006	3188	13950125	139,50125	22,85
2007	4197	14083771	140,83771	29,8
2008	4253	14502575	145,02575	29,33
2009	4256	14637500	146,375	29,08

Fonte: SSP/BA para 2006, 2007, 2008 e 2009; SENASP 2005; SEI/BA 1999 até 2004; população atualizada anualmente pelo <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popba.def>

Constata-se, na tabela, que a taxa de homicídios para cada 100.000 habitantes na Bahia apresentou sucessivos crescimentos entre os anos de 1999 e 2009, com destaque para os anos de 2007, 2008 e 2009, que englobaram índices superiores a 29 homicídios para cada 100.000 habitantes.

Gráfico 4 - Homicídios ocorridos na Bahia entre 1999 e 2009



Fonte: SSP/BA para 2006, 2007, 2008 e 2009; SENASP 2005; SEI/BA 1999 até 2004; população atualizada anualmente pelo <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popba.def>.



O Gráfico 4 demonstra que houve um crescimento do índice de homicídios na Bahia entre os anos de 1999 e 2009. Destacam-se os anos de 1999, 2000, 2007, 2008 e 2009 com um número de casos superior à previsão e os anos de 2001, 2002 e o período entre 2004 e 2006, que apresentaram um quantitativo inferior à previsão linear.

Sobre a cidade do Salvador, Costa Gomes (2010, p. 6 e 7) demonstra:

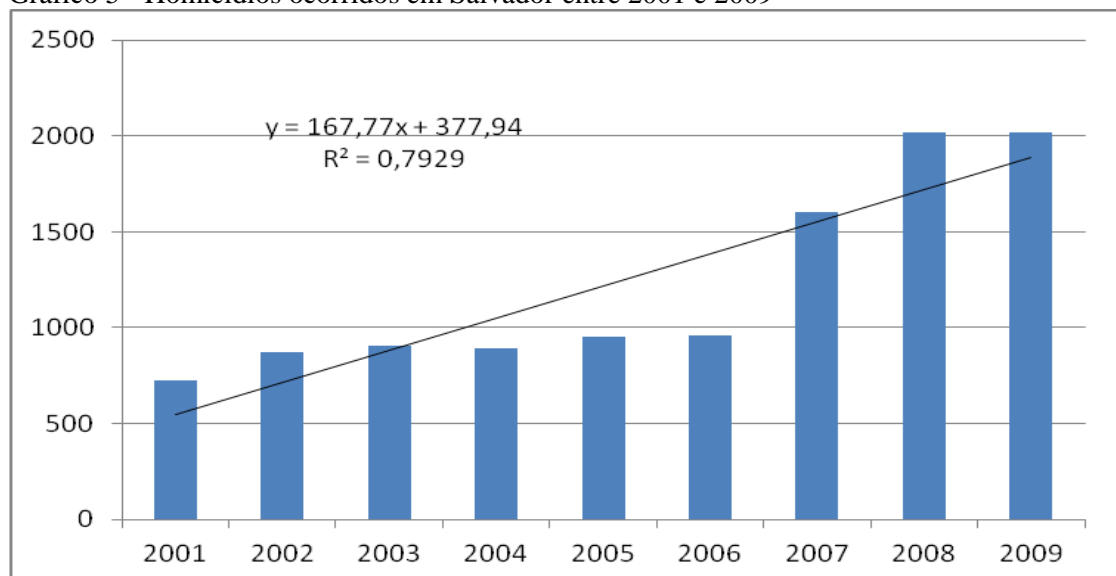
Tabela 3 - A relação entre homicídios registrados, população e a taxa de para cada 100.000 habitantes em Salvador, entre 1999 e 2009

Ano	Homicídios	População	Gp 100.000	Taxa/100.000
1999	643	2302834	23,0283	27,92
2000	666	2443107	24,4311	27,26
2001	728	2485699	24,857	29,29
2002	872	2520505	25,2051	34,6
2003	904	2556430	25,5643	35,36
2004	893	2592239	25,9224	34,45
2005	954	2673557	26,7356	35,68
2006	959	2714977	27,1498	35,32
2007	1606	2754946	27,5495	58,3
2008	2016	2948733	29,4873	68,37
2009	2019	2998058	29,9806	67,34

Fonte: SSP/BA para 2006, 2007, 2008 e 2009; SENASP 2005; SEI/BA 1999 até 2004; população atualizada anualmente pelo <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popba.def>.

A análise da Tabela 3 permite a conclusão de que houve um significativo aumento dos índices de homicídios para cada 100.000 habitantes, em Salvador, entre 1999 e 2009. Entre o ano de 2006 e o período estabelecido entre 2007 e 2009 houve um crescimento considerável dos casos.

Gráfico 5 - Homicídios ocorridos em Salvador entre 2001 e 2009

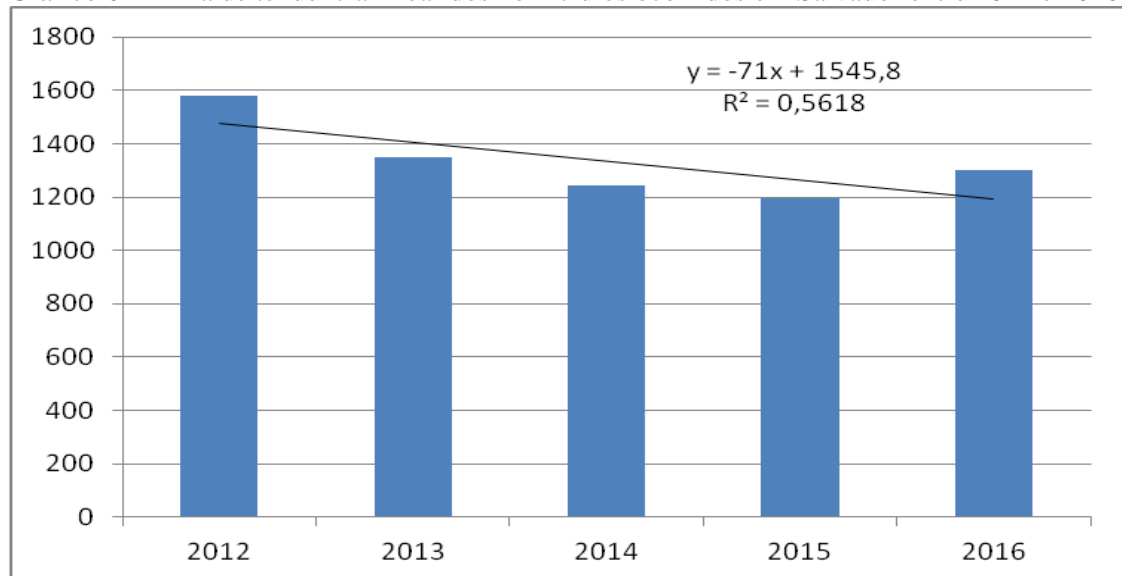


Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação baseada na SSP/BA para 2006, 2007, 2008 e 2009; SENASP 2005; SEI/BA 1999 até 2004; população atualizada anualmente pelo <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?ibge/cnv/popba.def>.

As tabelas e gráficos acima denotam claramente uma tendência de acréscimo dos homicídios em números absolutos e na proporção para cada 100 mil habitantes, além de demonstrar um volume considerável e preocupante de crimes.

A ACE requer uma análise de dados em uma série significativa, potencializando a confiança das inferências realizadas para fenômenos complexos. Nesta pesquisa, seguindo o modelo de previsão linear dos homicídios – implementado na análise das demais décadas - o lapso temporal em questão, 2012 a 2016, denota uma previsão de decréscimo dos homicídios, divergindo das demais décadas estudadas e da análise compreendida do início da década de 1970 até o ano de 2016, que claramente demonstram uma tendência de acréscimo desse tipo criminal, lastreado em dados absolutos volumosos.

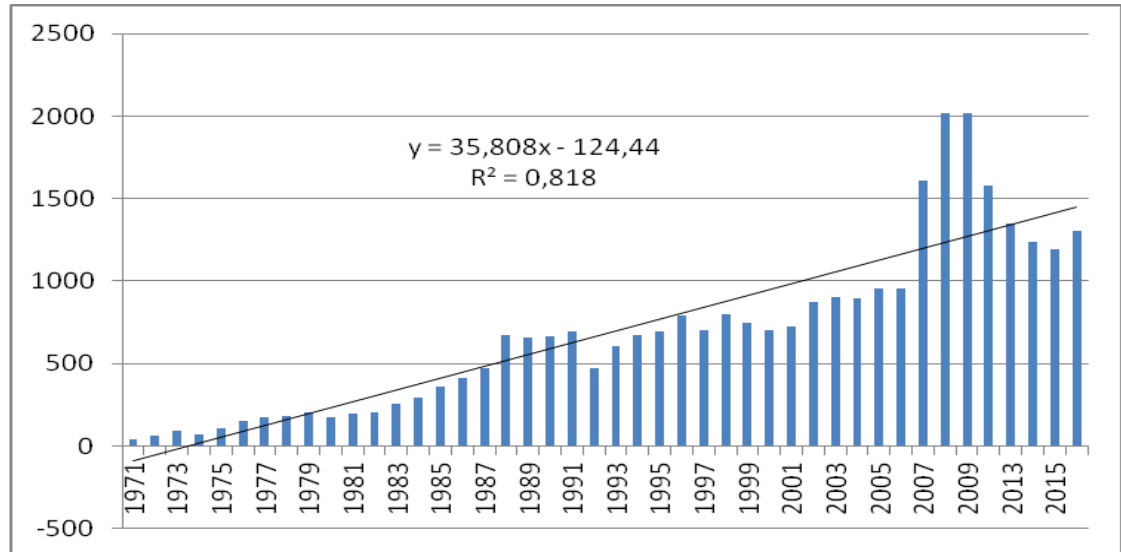
Gráfico 6 - Linha de tendência linear dos homicídios ocorridos em Salvador entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação baseada nos dados coletados no sítio eletrônico da SSP BA (2017).

A análise da tendência de previsão linear do quantitativo de homicídios entre os anos de 2012 e 2016, lapso temporal desta pesquisa, mostrou-se insuficiente para proporcionar conclusões plausíveis, pois as demais décadas analisadas apresentaram índices crescentes e há uma tendência de acréscimo entre os anos de 2015 e 2016. Ademais, o gráfico seguinte, que engloba um período iniciado na década de 1970 até o ano de 2016 apresenta uma tendência de previsão linear de crescimento dos homicídios na cidade.

Gráfico 7 - Linha de tendência linear dos homicídios ocorridos em Salvador entre 1971 e 2015

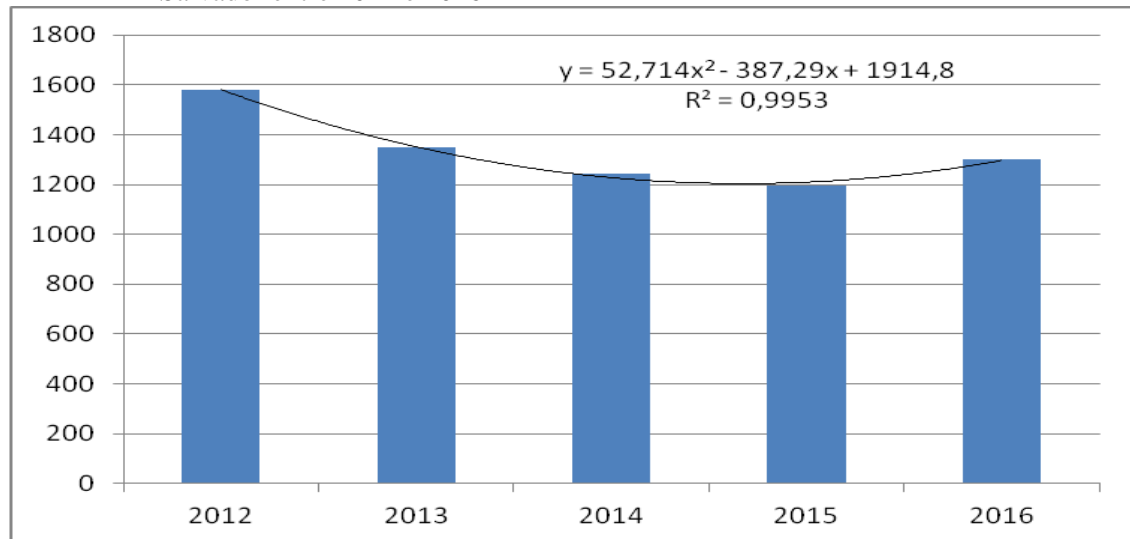


Fonte: Elaboração própria do autor baseada nos dados coletados em Silva (2015) e no sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Nota: não foram registrados os homicídios ocorridos nos anos de 2010 e 2011.

Para o período analisado nesta pesquisa, 2012 a 2016, o modelo de análise dos homicídios mais adequado é a linha de tendência polinomial do segundo grau, que demonstra uma curva de queda dos índices entre 2012 e 2015 e a indicação de um novo crescimento a partir de 2015:

Gráfico 8 - Linha de tendência polinomial do segundo grau dos homicídios registrados em Salvador entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor baseada nos dados coletados no sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Analisando a criminalidade na década de 1990, Lobo e Fernandez (2005) destacaram que entre 1993 e 1999 houve um aumento da criminalidade na capital baiana, sendo destacados alguns crimes como categorias de análise. Os crimes de furto e de roubo apontaram um crescimento de 51,7%, numa taxa anual de 6,1% de aumento. Sobre os crimes

contra o patrimônio, acréscimo de 53,4%, com taxa de crescimento anual de 6,3% ao ano. Contudo, os crimes que abrangem entorpecentes apresentaram maiores índices de aumento, com 90,9%, numa taxa de crescimento anual de 9,7%.

Os autores destacaram que este crescimento significativo dos crimes ligados aos entorpecentes atingiram todas as capitais brasileiras, indicando uma tendência nacional, e não exclusiva de Salvador. Complementam que o crescimento dos crimes associados ao narcotráfico traz, como efeito, a ocorrência de outros tantos crimes, incluindo os homicídios.

Tabela 4 - Índices de criminalidade em Salvador por 1.000 habitantes entre 1993 e 1999

ANO	FURTO E ROUBO	CRIME PATRIMONIAL
1993	10,71	13,30
1994	9,28	11,66
1995	9,27	10,73
Média (93-95)	9,75	11,90
1996	12,39	14,56
1997	11,91	15,10
1998	15,47	19,56
1999	16,99	20,10
Média (96-99)	14,19	17,33
Taxa de variação	58,6	45,63

Fonte: Adaptado de Lobo e Fernandez (2005, p. 8).

Finalizando a análise da criminalidade dessa sessão, o mapa da violência de 2012 destaca a taxa de homicídios para cada 100 mil habitantes no país, no estado, na capital (abrangendo a RMS) e no interior, justificando a preocupação da sociedade brasileira e baiana sobre a insegurança pública.

Tabela 5 - Taxa de homicídios por área para cada 100 mil habitantes

ANO	BRASIL	UF	CAPITAL E RMS	INTERIOR
1980	11,7	3,3	1,9	3,7
1981	12,6	3,3	2,1	3,5
1982	12,6	5,0	8,8	4,1
1983	13,8	3,7	2,2	4,1
1984	15,3	5,0	6,4	4,6
1985	15,0	5,1	6,5	4,8
1986	15,3	5,0	3,4	5,5
1987	16,9	6,1	7,5	5,7
1988	16,8	7,4	12,3	6,1
1989	20,3	9,5	19,8	6,7
1990	22,2	7,5	11,5	6,4
1991	20,8	4,9	1,7	5,8
1992	19,1	6,9	8,9	6,3
1993	20,2	12,2	30,3	7,2
1994	21,2	14,0	35,7	7,9
1995	23,8	12,1	26,6	8,1
1996	24,8	15,0	35,4	9,2
1997	25,4	15,5	38,0	9,1
1998	25,9	9,7	15,3	8,1
1999	26,2	6,8	7,2	6,8
2000	26,7	9,4	11,6	9,2
2001	27,8	11,9	19,2	10,9
2002	28,5	13,0	21,9	10,7
2003	28,9	16,0	29,4	12,8
2004	27,0	16,6	29,7	13,4
2005	25,8	20,4	40,0	14,9
2006	26,3	23,5	45,2	17,2
2007	25,2	25,7	50,4	18,0
2008	26,4	32,9	63,3	22,7
2009	27,0	37,7	67,9	27,6
2010	26,2	37,7	60,1	30,5

Fonte: Adaptado de Waiselfisz – Mapa da violência (2012, p.103).

Em face ao exposto, embora haja a necessidade de um maior volume de pesquisas na área criminal, fica evidente o quadro de insegurança pública que caracteriza a capital baiana, cujos índices derivados da violência apontam um quantitativo absolutamente considerável e uma tendência de crescimento acentuada dos homicídios, lastreado nos crimes registrados nas últimas décadas, sendo fartamente indicada uma relação entre os crimes ligados ao narcotráfico e a violência que assola a cidade de Salvador.

## 2.5 ESPAÇO, DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA

Concluída a sessão da pesquisa bibliográfica e documental que subsidiou a caracterização socioeconômica e criminal de Salvador, é necessário expor um quadro conceitual capaz de oferecer uma base epistemológica para aferições sobre cidades,

discussões espaciais e a relação entre segurança e desenvolvimento, definições imprescindíveis para este trabalho.

Muitas das grandes cidades contemporâneas, a exemplo de Salvador, apresentam complexidades, desigualdades e paradoxos em diferentes dimensões, imbricados em aspectos socioeconômicos, culturais e de Segurança Pública. Neste contexto, Freitag (2006) defende que as soluções para os problemas que essas cidades apresentam dependem de uma leitura interdisciplinar e intertextual da questão urbana.

O local escolhido para esta pesquisa é a cidade de Salvador. No estudo do crime e na aplicação da Análise Criminal alguns conceitos espaciais são imprescindíveis para o entendimento dos achados. Sendo uma cidade, uma capital de estado, Salvador abarca espaços diversos e complexos, territórios explicados pela lógica da criminalidade, lugares violentos e paisagens que simbolizam uma sensação de insegurança. Emerge-se a necessidade da construção desses conceitos espaciais para apoiar as análises em questão.

Ademais, para uma pertinente aplicação das técnicas e teorias da Análise Criminal é fundamental escolher e empregar modernos e específicos softwares, capazes de permitir complexas correlações, comparações e demonstrações, baseados nos citados fundamentos. A inclusão dessas ferramentas na geografia é uma realidade contemporânea. Costa e Rocha (2010) explicam que, no século XXI, a vida e o atendimento das necessidades dos seres humanos perpassam pelo uso das tecnologias, que não são mais artigos de luxo, mas sim imprescindíveis para as diversas atividades. A concepção de espaço, devidamente adaptada, emerge no paradigma virtual.

Nesta construção de um novo espaço, Buzai (2004) caracteriza o ciberespaço como uma matriz eletrônica capaz de realizar interconexões entre bases de dados digitais e sistemas em rede. Desta definição a cibergeografia emerge como o estudo da natureza espacial dessas redes e a cibercartografia como a representação cartográfica desse ciberespaço. Elementos indispensáveis para a construção da Análise Criminal.

Evidenciar os conceitos inerentes à análise geográfica nesta construção é imprescindível, sob o risco da pesquisa não cumprir os seus objetivos. A propositura de se estabelecer uma compreensão da criminalidade requer uma constatação espaço-temporal, e nesta formulação a explicitação dos elementos incluídos na abordagem. Desta forma, o entendimento sobre o espaço inclui diversos conceitos, de importantes pesquisadores,

confluídos, porém, num entendimento de sua ligação com o tempo, sobretudo após as contribuições de Albert Einstein inerentes à relatividade na física (SPOSITO, 2004).

Desta forma, para Rolnik (1988) o conceito de cidade perpassa pelos elementos domínio sobre um território, poder exercido pela administração e pela construção de símbolos e mitos. A centralidade e a expressão de um domínio sobre um território se manifesta pela sede do poder exercido e se estrutura na produção dos mitos.

Para Lúcio Costa (1995, p. 277) cidade “é a expressão palpável da necessidade humana de contato, comunicação, organização e troca – numa determinada circunstância físico-social e num contexto histórico.”

Sampaio (1999) inclui nessa discussão a cidade ideal, uma manifestação utópica construída pela decepção com os problemas enfrentados no presente, tentando prospectar um futuro diferente, ausente de defeitos. Nesta dimensão, o autor defende a passagem da utopia para a eutopia, fundamentando que a imaginação de propostas que visassem uma transformação da realidade seriam hipóteses, e não soluções irrealizáveis. Assim, os problemas da cidade capitalista contemporânea abarcam a especulação imobiliária, a influência dos meios de comunicação, a segregação espacial e o delineamento de processos urbanos mais complexos, todos estes encontrados em Salvador.

Santos (1986), entre diversos conceitos, explica que o espaço é produzido e transformado pelo homem, é um conjunto de relações derivadas de funções e de formas, caracterizando processos do passado e do presente. O espaço é um produto social e a sua transformação é um processo permanente em que a sociedade não pode operar fora dele. Acrescenta Santos (2008) que existem elementos fundamentais para o entendimento de espaço, sendo eles a forma – aspecto visível de algo, o padrão estabelecido; a função – a atividade esperada de uma coisa, de uma pessoa, de uma instituição; a estrutura – a inter-relação das partes que compõem um todo; e o processo – ação contínua em prol de um resultado, requerendo tempo e mudança.

Corrêa (2003) inclui nesta trajetória a organização espacial como os resultados da ação humana no tempo, decorrentes do trabalho e da divisão do trabalho. Assim, o espaço deve ser compreendido como espaço social, devidamente correlacionado com as práticas sociais. Costa e Rocha (2010) acrescentam que o conceito de espaço já deve abarcar as práticas humanas e que não há uma interação entre espaço e sociedade, eles já formam uma unidade.

Santos (1979) explica que a inclusão e o entendimento do espaço são de extrema relevância para uma egrégia análise social, pois não há outro objeto social tão presente no cotidiano nem que tenha tamanha imposição sobre o homem. O espaço abarca em suas formas heranças do passado, de outros períodos históricos, como também do atual. O espaço geográfico é uma instância social e para haver economia, política ou cultura deve haver um espaço que lhes compreenda. Portanto, não há uma formação econômica social, e sim uma formação socioespacial.

Souza (1981) classifica o espaço em geográfico - incluindo as análises sobre o solo, o relevo, o clima, a vegetação e a atmosfera; em matemático – um lugar abstrato que engloba as relações entre variáveis independentes; e econômico – que representa a aplicação do espaço matemático sobre o geográfico.

Espaço, portanto, remete a um conceito mais abrangente, complexo, que sinaliza a produção humana, a sua imbricação social, aos efeitos do trabalho, a sua forma, função, estrutura e processos, a unidade formada pela inserção da sociedade. Não se limita a uma delimitação de terra ou a descrição de uma grandeza de medidas. Abrange diferentes dimensões, necessárias configurações, imersão nas tecnologias, reapresentando-se numa linguagem virtual. O Espaço permite as realizações humanas e sua explicação deriva dessas, mas não há explicação dos diversos fenômenos fora dele. Destarte, o conceito de espaço apoia as análises do crime como fato social interligado às questões sociais, econômicas, culturais e políticas e fundamenta a afirmação de que há espaços mais ou menos violentos em Salvador, guardando características específicas e relacionadas ao processo de urbanização da cidade.

Posta tal conceituação emerge-se a necessidade de correlacionar a criminalidade ao espaço urbano, o que a Escola de Chicago já delineava em meados do século pretérito. Na cidade em questão, Salvador, Silva (2015) explicou as transformações do espaço que perpassaram pela configuração dos bairros e das residências nas últimas décadas, a partir dos anos 1980, adaptadas a uma sociedade criminógena. Assim, a propagação de condomínios fechados e repletos de aparatos de segurança, grades em portas e janelas, sistemas de segurança privada em estabelecimentos comerciais denotam a criminalidade como uma preocupação que interfere no espaço, na vida das pessoas. Esta correlação, inclusive, permeia os hábitos sociais, a forma de agir das pessoas: quais os locais, horários e tipos de lazer são evitados em função do crime.



Etimologicamente o termo território, segundo Costa e Rocha (2010), remete a “*territorium*”, em latim, compreendendo um pedaço de terra apropriado em limites de uma estabelecida jurisdição político-administrativa. O conceito de território perpassa pelas relações de poder que definem a apropriação e a dominação, o que implica numa territorialidade.

Haesbaert (2004) concebe o território pelas perspectivas políticas – manifestadas nas relações de espaço e poder; culturais – englobando as dimensões simbólicas, subjetivas; e econômicas – os recursos empregados para a dominação. Santos (2005) destaca a perspectiva do uso para a configuração do território, devendo ser entendido como uma totalidade que permeia desde o global até o local. Robert Sack (1986) evidencia o controle de pessoas e/ou recursos em escalas diferentes para conceituá-lo.

Enfim, o território sinaliza a manifestação do poder, delimita o controle, permite um entendimento da dominação pelos vieses políticos, sociais ou econômicos. A fundamentação desse conceito apoia a discussão sobre territórios de criminalidade ou sobre territórios em que gangues de rua exercem influência direta ou manifestam poder em relação à comunidade.

O conceito de região não é consensual na academia, apresentando distinções em virtude da complexidade que lhe caracteriza. Costa e Rocha (2010) mencionam uma evolução histórica do conceito, informando que o determinismo ambiental, primeiramente, classificava a região natural, reconhecida pela uniformidade decorrente de elementos da natureza, como relevo, vegetação, clima, entre outros. Já no paradigma do possibilismo a região passa a ser contextualizada geograficamente, suplantando a mera questão natural.

A região é entendida como a paisagem e a sua extensão, abarcando os componentes da natureza e a ação humana. Os supracitados autores, buscando um conceito capaz de denotar a complexidade que permeia a região, a definem como um conjunto de lugares que, para serem distintos de outros conjuntos de lugares, devem apresentar diferenças internas menores que aqueles. Cavalcante (1998) inclui nesta construção a visão da geografia crítica, que explica essas diferenças como efeitos de um desenvolvimento desigual oriundo do capitalismo. O positivismo lógico recorreu a técnicas estatísticas para regionalizar as porções da superfície.

Souza (1981) informa que o termo região tem por origem a expressão em latim *regere*, que significa governar. O autor classifica região em geográfica – entidade natural e humana elementar; em sociológica – como um conjunto de características culturais similares; e em econômica – abarcando a região homogênea, a polarizada ou modal e a de planejamento.

Nesta divisão o autor prossegue explicando que na região homogênea são detectadas características uniformes entre as unidades espaciais, como as estruturas de produção e de economia, recursos naturais e renda per capita; a região polarizada ou modal apresenta características de heterogeneidade, com um centro predominante. A inclusão ou não de uma cidade em uma região dependeria de sua interdependência do nódulo central; já a região de planejamento refere-se a um delineamento político e administrativo. As unidades da região religam-se a um determinado centro decisório, que pode estar localizado em outra área.

Relacionando o conceito à Análise Criminal ressalta-se que a região escolhida pode ser um item que classifique a tipologia adotada. Numa pesquisa em que a análise se baseia numa região de uma cidade pode-se adotar a ACT. Num estudo que envolva uma região que abarque um conjunto de cidades certamente será empregada a ACE. Ademais, nas análises que correlacionam a criminalidade a aspectos históricos, econômicos e sociais, a delimitação de regiões torna-se fundamental. Nesta pesquisa, Salvador foi explicada pela lógica de formação de três vetores de crescimento (subúrbio ferroviário, miolo e orla da cidade), que se configuram como regiões da capital baiana.

Seguindo na formatação dos conceitos imprescindíveis para a Análise Criminal, na visão geográfica, é indispensável conceituar paisagem. Os registros geográficos iniciais limitam este conceito à paisagem natural, buscando descrevê-la pelos elementos da natureza. Posteriormente a paisagem humanizada é evidenciada, já como um resultado das relações do homem com a natureza. Suertegaray (2001) a define como o espaço geográfico sob uma dimensão, englobando nesta construção elementos da natureza, culturais e socioeconômicos. Santos (1986) a define como tudo o que a visão alcança, formada por sons, movimentos, cores e odores, a materialização de um instante da sociedade.

Lugar, outro conceito importantíssimo na geografia atual, suplanta a mera noção de localização, decorrente do paradigma adotado pela geografia tradicional. Para Cavalcante (1998), em conformidade com a geografia humanística, lugar é onde a vida é realizada, e estas vivências denotam afetividade e significado. Costa e Rocha (2010) conceituam lugar como o espaço vivido, cujos significados são transmitidos culturalmente. Embora abarque as experiências vividas, os autores acrescentam que a sua concepção não se restringe a um local, deve estar imbricada nas redes e fluxos que emergem do global e de todas as suas dimensões. Neste diapasão, podem ser emersas análises sobre um lugar mais perigoso ou sobre um lugar caracterizado por um tipo criminal ou influenciado diretamente pelo narcotráfico, além de

análises que relacionem regiões ou territórios dominados pelo crime e as suas manifestações num dado lugar.

Para esta pesquisa foi adotado como espaço de análise a cidade de Salvador, abarcando vetores de povoamento (miolo, subúrbio ferroviário e orla marítima) como regiões do município. Nestas são detectados territórios específicos, incluindo-se aqueles influenciados pela lógica do crime, especialmente do narcotráfico. Os bairros, unidade de análise deste trabalho, podem ser configurados como espaços urbanos com caracterizações específicas e que contemplam lugares mais ou menos violentos.

Nesses denominados espaços, territórios, regiões ou lugares se manifestam os efeitos das relações e o resultado das transformações urbanas, diretamente relacionados com a criminalidade e com questões sociais, econômicas e culturais. O Brasil é um país reconhecido por suas distorções e desigualdades. Os problemas socioeconômicos ocasionam preocupações em áreas correlatas, incluindo a Segurança Pública. Spinola e Spinola (2013) mencionam que, em que pese o país esteja em 8º no ranking mundial do Produto Interno Bruto (PIB), o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é posicionado em 84º do planeta. Se a referência for o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado a Desigualdade (IDHA) a sua colocação despenca para 97º. Os 10% mais ricos do Brasil ganham cinquenta vezes mais que os 10% mais pobres.

Como se posiciona a segurança pública diante deste quadro? Qual o conceito de segurança e a sua relação com o desenvolvimento? Como a Análise Criminal, empregada pela Teoria Fundamentada nos Dados, pode representar uma trajetória para a gestão da segurança? Estas questões nortearão as discussões seguintes, que precedem a configuração sobre a criminalidade em Salvador entre 2012 e 2016.

A partir de meados do século pretérito o conceito de segurança apresentou importantes modificações, sendo ampliado o quadro teórico que lhe configurava, incorporando-se dimensões múltiplas, como aspectos econômicos, ambientais e sociais. Mathias (2016), fundamentado pelo posicionamento das Nações Unidas (ONU, 1986, p.3), conceitua segurança não apenas como uma mera ausência de riscos à integridade territorial de um Estado, mas sim como uma indicação que este Estado esteja imune a pressões políticas exacerbadas, à coercitividade econômica e ao risco de um iminente e organizado ataque militar.

Este conceito de uma segurança multidimensional não se restringe as supostas ameaças tradicionais, oriundas de nações, de países definidos. Este conceito deve abranger os riscos inerentes às novas ameaças, difusas, oriundas de interesses diversos. Assim, Rotschild (1995) inclui outros planos à segurança:

- a) Vertical: segurança promovida pelas nações aos grupos, indivíduos e às suas propriedades;
- b) Área: ampliação do conceito para o sistema internacional, incluindo a biosfera e o ambiente supranacional;
- c) Horizontal: abarcando o setor social, econômico e ambiental, suplantando o âmbito militar;
- d) Sujeitos: o dever em garantir a segurança não é mais exclusividade estatal, perpassa instituições regionais, organizações não governamentais, sujeitos sociais, entre outros.

Mathias (2006), baseado nos estudos da Organização dos Estados Americanos (OEA, 2003), prossegue afirmando que essa concepção multidimensional inclui ameaças como o crime organizado transnacional - sobretudo o tráfico de entorpecentes, o terrorismo, a corrupção, a lavagem de dinheiro, os desastres naturais, a pobreza extrema, o tráfico de armas e de pessoas, as ameaças de armas de destruição em massa, entre outros. Destaca ainda que o tráfico de drogas é um fator decisivo para o aumento da violência social, sendo uma atual preocupação dos países com altos índices de tensão social. Essa perspectiva polissêmica sobre segurança a posiciona como um importante e decisivo fator para o desenvolvimento social, político e econômico.

Embora a Carta Magna brasileira, em seu artigo 144, defina que a Segurança Pública constitua um dever do Estado, além de um direito e responsabilidade de todos, também reconhece que ela é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Costa Gomes (2008) explica que a Segurança Pública emerge da própria conceituação de Estado, sendo a sua finalidade principal. As demais ações estatais, nos seus diversos ramos, dependem de uma sociedade segura, que seja capaz de garantir os seus pressupostos legais e morais arraigados como referência.

Derivando-se do estabelecido na Constituição, o Manual Básico da Escola Superior de Guerra (2009) explica que a Ordem Pública cabe ao Estado, às Instituições e aos membros da

Sociedade e é uma situação de tranquilidade e normalidade estabelecida conforme as normas jurídicas legalmente estabelecidas. O citado Manual define que a Segurança Pública é a garantia da manutenção da Ordem Pública, empregando para tal o Poder de Polícia, que é uma prerrogativa do Estado.

Esta construção remete à necessidade de um lastro sociológico e científico para abranger o presente quadro conceitual. Neste viés, ressalta-se que Émile Durkheim (1999) foi um pioneiro na sociologia por ter formulado estruturas e regras para um método que assumisse um valor científico na abordagem sociológica, com uma percepção inicial fundamentada nas análises da natureza, comparando a sociedade e o seu funcionamento ao de um organismo. Desta concepção positivista ele formulou um conceito importantíssimo, o de fato social, que seriam maneiras de agir, de pensar e de sentir capazes de exercer um poder de coerção sobre os indivíduos, tendo assim como características a coercibilidade, a generalidade e a externalidade, pois embora não fossem regras escritas, eram obedecidas, eram comuns a todos e externas ao indivíduo.

Silva (2010) explica que o crime, neste conceito de Durkheim, é um fato social presente em todas as sociedades e consiste na ofensa aos estados definidos da consciência coletiva. Problematisa ainda que o crime denuncia algumas disfunções vivenciadas por grupos sociais, mas questiona a generalidade desta construção que abarca todas as modalidades criminais, desconsiderando as transformações sociais e históricas.

A análise sobre as questões de segurança requer a conceituação de violência. Minayo (1994) afirma que a violência estrutural é a que decorre do próprio sistema econômico, social e político, das estruturas institucionalizadas, através das distorções e desigualdades formuladas, podendo ser incluídos a fome, a intolerância religiosa, o racismo, a diferenciação de orientação sexual, entre outros. A violência de resistência é a que se manifesta nos grupos ou classes discriminados que, geralmente organizados, objetivam uma transformação, conflitando com a violência estrutural. Já a violência de delinquência se manifesta em ações que afrontam a lei e a moral. Ela não apresenta um ideal e caracteriza objetivos individuais. São exemplos às ações violentas cometidas por indivíduos ou grupos contra cidadãos, configurando-se em crimes contra o patrimônio e contra a pessoa física. O crime de homicídio, estudado neste trabalho, na maioria dos casos é classificado como um ato de violência de delinquência.

As dimensões da violência simbólica foram definidas por Bourdieu e Passeron (1970). Estes autores defendem que a classe economicamente favorecida projeta uma construção social que favoreça a perpetuação de seus interesses, impondo assim uma cultura, um sistema simbólico, que será positivado por instituições como o Estado, a família e a mídia. Desta forma, os dominados não esboçam reações por nem sequer perceber o contexto de violência imposto. Para os objetivos delineados nesta dissertação não se aplica a mensuração qualitativa desta classificação de violência.

Sobre os possíveis fatores geradores da violência de delinquência, embora não condicionantes, Costa Gomes (2008) elenca famílias desestruturadas - englobando pais que cometem abusos, desqualificação de valores sociais, convívio com criminosos, descoesão social e situações de vulnerabilidades. Tais fatores, segundo o autor, não suplantam a liberdade de escolha daqueles que cometem um tipo penal, mas podem ser considerados na composição de uma exposição dos motivos que fundamentaram uma ação criminosa.

Sobre as causas da descrita e preocupante criminalidade, permeada por índices crescentes no Brasil, Ferreira (2004) elenca a urbanização desordenada e súbita em grande parte dos países caracterizados como subdesenvolvidos - resultante de uma industrialização tardia. Esse processo ocasionou latentes desigualdades socioeconômicas e antagonismos.

Dias (1998), por sua vez, embora cite a pobreza como uma dimensão da exclusão dos estilos de vida aceitáveis e de direitos civis, defende que nenhuma família, mesmo aquelas mais abastadas economicamente, pode assegurar que um de seus filhos não venha a ser um criminoso ou um tóxico dependente, compreendendo toda a complexidade que envolve família e inserção num quadro de atos violentos, desqualificando o ambíguo termo violência, na medida em que estes atos devam ser analisados em um determinado contexto social. O contraponto oferecido é que o capital social intergrupais, além do fomento a arte, a cultura e a educação, pode representar fatores de socialização e de construção de uma cultura de paz.

Um dos principais aspectos que devem ser observados para a atribuição de causa ou uma necessária contextualização dos homicídios em Salvador é a sua correlação com o tráfico de entorpecentes. Lobo e Fernandes (2005) e Silva (2015) apontam que a violência na capital baiana, sobretudo revestida para os crimes de homicídio, deriva principalmente dos combates por territórios, da tentativa de prevalência de uma determinada gangue de rua em relação a outras, da cobrança de dívidas de narcóticos ou pela punição a atos de desobediência dos membros das gangues ou de pessoas que vivem em seus territórios. Tais constatações

coincidem com a observação deste pesquisador, decorrente da experiência delineada por dezesseis anos de labor na segurança pública, de que o aumento dos homicídios guarda forte relação com a intensificação dos crimes vinculados às drogas.

As preocupações com a Segurança Pública denotam o quão grave e profundo está caracterizada a criminalidade nas grandes cidades. Dantas e Souza (2004) asseveram que todo o investimento ao alcance do estado deve ser consumido nesta dimensão, pois a violência se configura como uma preocupação social e como um entrave ao desenvolvimento.

Silva (2004) demonstrou que as transformações socioeconômicas e urbanas em grandes cidades brasileiras como Salvador (espaço de sua pesquisa), Rio de Janeiro e São Paulo ocorreram confluentemente às transformações da criminalidade, no período compreendido entre as duas últimas décadas do século XX, sinalizando para o aumento da insegurança e dos índices criminais, independente dos esforços das Instituições Policiais. Essas décadas foram mais violentas que as anteriores, houve uma mudança das práticas criminosas e a capital baiana não abarcava mais lugares considerados seguros.

Na trajetória desta pesquisa, para a consecução do objetivo delineado, não emerge a necessidade de uma detalhada fundamentação jurídica sobre os conceitos de crime e de homicídio. Não há a intenção de esmiuçar todos os liames que envolvem estes termos. Ocorre que a Análise Criminal tem como objeto de estudo primordial o crime e a aplicação em voga refere-se aos homicídios na capital baiana. Desta forma, faz-se necessário uma sucinta contextualização jurídica destes termos, visando tão somente possibilitar um entendimento do que está positivado no país.

Bitencourt (2007) explica que há um crime quando ocorre uma ação típica, antijurídica e culpável, numa concepção tripartida, considerando-se os predicados da ação. Num intencional reducionismo das explicações inerentes, pode-se dizer que uma ação típica significa uma conduta humana ilícita, prevista e descrita no código penal. Entende-se por antijurídica a ação ou omissão ilícita, que contraria as normas jurídicas. Por fim, culpável remete a uma conduta decorrente da livre capacidade de escolha de uma pessoa humana, uma conduta passível de ser punida e que ocorreu em virtude de sua livre capacidade de pensar e decidir.

Este conceito analítico de crime complementa os conceitos formal e material. No primeiro a descrição de crime perpassa por uma ação ou omissão proibida por lei e ameaçada

por uma pena prevista. O segundo, além da previsão de uma pena, refere-se a uma ação ou omissão que contrarie os interesses, os valores acreditados socialmente.

Já homicídio, segundo Mirabete (2002), é um crime contra a pessoa humana, previsto no artigo 121, caput, do Código Penal brasileiro: “matar alguém”. A pena prevista é de seis a vinte anos de reclusão. A sua objetividade jurídica é tutelar a vida humana, considerado o bem jurídico mais valioso. O sujeito ativo, ou seja, aquele que pode incorrer neste crime pode ser qualquer pessoa, seja em atuação isolada ou em associação com outras pessoas, empregando armas ou não. A vítima, juridicamente denominada sujeito passivo, também pode ser qualquer pessoa, independente de condição social, idade, sexo, etc.

Complementa o autor asseverando que homicídio é um crime de ação livre que pode ser consumado com o uso de meios diretos, como uma arma de fogo ou uma arma branca, ou por meios indiretos, a exemplo de uma pessoa que abandona outra num lugar em que esta não possa sobreviver, como em um deserto ou numa densa floresta. Pode ser praticado por uma ação (disparos de arma de fogo, golpes de facão) ou por uma omissão (uma mãe que não alimenta seu filho de tenra idade). Pode ser doloso, quando há vontade consciente de matar, ou culposos, quando o resultado antijurídico não era o desejado quando da execução da ação, mas era possível de acontecer ou previsível.

Antes de expor as relações e implicações entre segurança e desenvolvimento é necessário, neste quadro teórico, conceituar e contextualizar desenvolvimento em suas dimensões, sobretudo em virtude deste conceito, semelhantemente à segurança, ter expandido o seu significado, incluindo diferentes camadas em sua caracterização.

Oliveira (2002) explica que até meados dos anos 1970 os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico não eram diferenciados. Os estudos econômicos sobrepunham os seus significados, adotando como categorias de análise a força de trabalho, o aparato tecnológico e os seus avanços, além da relação proporcional entre poupança e investimento. Numa sequência cronológica, o conceito de desenvolvimento, ainda adjetivado de econômico, passou a ser entendido como crescimento econômico, agora decorrente da concepção sobre o padrão de vida da população e de alterações estruturais na economia.

As análises recentes contemplam o desenvolvimento como humano, trazendo à baila outros atributos à sua caracterização, suplantando a mera questão econômica e perpassando pela redução da pobreza, pela preocupação ambiental e pela universalização de serviços



sociais, tendo como parâmetro de aferição o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), considerando os supracitados fatores (PNUD, 2014).

Furtado (1967 e 2000) fundamenta que a teoria estruturalista possibilitou uma singular base teórica para explicar as configurações do subdesenvolvimento e as dimensões necessárias para a conceituação de desenvolvimento. Sobretudo após a segunda grande guerra, os conceitos de crescimento e de desenvolvimento passaram a ser diferenciados, sendo este último analisado de forma mais abrangente, incluindo modificações estruturais nas mais diversas esferas para a sua contextualização.

Assim, o conceito defendido por Furtado (1967, 2000) e empregado nesta pesquisa, decorrente da concepção estruturalista, é que desenvolvimento econômico engloba uma necessária mudança estrutural que ainda abarca conhecimentos específicos e o progresso técnico. O desenvolvimento é concebido pela transformação nas relações e proporções internas do sistema econômico, em que a potencialização da produtividade altera as formas de produção e modifica a distribuição de renda, resultando na introdução de progressos técnicos, canalizados para novas variações na produção. Siedenberg (2003) assevera que a expressão desenvolvimento pode advir de diversos segmentos, referindo-se ao econômico, ao humano, ao social, ao tecnológico, entre outros.

Furtado (1967), lastreado em Schumpeter, acrescenta que o progresso técnico e as consequentes inovações representam o fator dinâmico de transformação do processo produtivo, o principal fator do progresso econômico, devendo, contudo, ser incluído neste quadro teórico as discussões sobre a acumulação do capital. O esquema macroeconômico, para o autor, abrange a incorporação de invenções e a difusão de inovações.

Queiroz (2011) traz à discussão que a análise neoestruturalista possibilita posicionar de forma mais relevante o aprendizado e a difusão do conhecimento, confluindo a capacidade das inovações modificarem estruturas. Acrescenta que o progresso técnico deve abranger e contribuir para a conservação do meio ambiente, devendo este ser pensado como um fator gerador da elevação da qualidade de vida e de emprego, desmistificando-o como um entrave ao desenvolvimento econômico.

Construídos os conceitos de segurança e de desenvolvimento torna-se fundamental relacioná-los nesta pesquisa, permeada pelo paradigma pós-positivista numa dimensão utilitarista, em que os achados científicos poderão subsidiar o processo de gestão da segurança pública. Mathias (2006) afirma que o vínculo entre estes conceitos é demonstrado pela

redução da pobreza ou pela potencialização do acesso com qualidade a serviços públicos como saúde e justiça nos Estados que conseguiram mitigar as suas instabilidades decorrentes de um melhoramento do sistema de segurança social.

Após a guerra fria tornou-se consenso que, para que haja desenvolvimento, é imprescindível que haja segurança, e a efetividade desta depende do nível daquele (DUFFIELD, 2010). A instabilidade de toda ordem presente em alguns países denota um estágio de desenvolvimento pouco satisfatório e um quadro de insegurança pública latente, favorecendo a ocorrência de crimes como o terrorismo e o tráfico internacional de drogas, armas e pessoas.

Mathias (2006) defende que a segurança e o desenvolvimento são fatores que se condicionam mutuamente, enfatizando a importância da cooperação neste contexto. Expressa em tipos, como a cooperação econômica, política, técnica, social, em segurança e defesa, entre outros, esta deve abranger os níveis multilateral – em apoio a comissões e organismos supranacionais - e bilateral – decorrente da assistência entre países. A autora acrescenta que, em nível regional, a cooperação reduz os fatores disseminadores da violência e das crises, possibilitando o desenvolvimento da região.

Lobo e Fernandez (2005) asseveram que a crescimento da criminalidade proporciona um alto custo para a sociedade ao impedir ou dificultar o desenvolvimento das atividades legais da economia, pela crescente necessidade de investimento na segurança pública e privada – na tentativa de conter o avanço criminal - e pela redução da qualidade de vida social decorrente dos efeitos criminais, como a perda de vidas ou os danos à moralidade.

Outro fator que claramente correlaciona o desenvolvimento e a segurança deriva do turismo. Dreher e Bornhofen (2008) explicam que a escolha de um destino turístico depende muito da qualidade da infraestrutura do local analisado e da segurança deste. Um local que disponha de atrativos naturais e de uma boa rede de serviços pode ser preterido em virtude de índices criminais preocupantes. Acrescentam na discussão a importância singular da inclusão da segurança no planejamento do turismo de eventos, sob pena do insucesso de um show musical ou de um evento esportivo em decorrência de um sistema de segurança frágil e ineficiente.

Finalizando esta seção e ampliando a discussão entre violência e desenvolvimento vale ressaltar as reflexões de David Keen (2000). O autor explica que a violência pode ser potencializada e empregada como um meio para a obtenção de rentabilidade financeira, seja

num conflito entre nações ou grupos rivais ligados ao crime organizado, ou seja, pelo uso de um discurso permeado por uma suposta instabilidade social, econômica ou política de uma área pode-se justificar intervenções internacionais que na verdade abrangem outros fins, sobretudo financeiros, em geral ilegais. Combater este tipo de violência, segundo o autor, perpassa em conter os possíveis incentivos econômicos em questão.

Duffield (2010) explica que as intervenções externas na América Latina, sob pretexto de solucionar instabilidades de toda ordem ou desastres naturais, na verdade tem como escopo resguardar a divisão entre os desenvolvidos e os não desenvolvidos, em manter as desigualdades, em tornar o suposto quadro de tensão em uma situação lucrativa, e não em possibilitar um nível de segurança social ou de potencializar a qualidade de vida social.

Assim, este contexto levantado por estes autores permite questionamentos sobre os interesses e os grupos beneficiados por um quadro de insegurança no Brasil, abrangendo, nesta discussão, os fluxos e os volumes financeiros decorrente do tráfico de entorpecentes, de pessoas e de armas, os roubos em geral, os homicídios, as modificações arquitetônicas e estruturais das residências, dos bairros e das cidades, entre outros. O crime, por ser multiforme e abranger diversas dimensões, causas e efeitos, também deve ser analisado pelo prisma econômico, inclusive referente a ganhos ilegais e a movimentações financeiras dúbias, pois a solução ou a mitigação do volume criminal também perpassa pelo combate as estes tipos de atividade.

A aplicação da ACE pela Teoria Fundamentada nos Dados exigiu, necessariamente, um entendimento teórico de um quadro conceitual que elucidasse a contextualização do tema em questão, perpassando pela Análise Criminal, pelo local da pesquisa, pelo tipo penal homicídios e pela relação direta entre segurança e desenvolvimento. Concluída esta etapa, será delineada, no próximo capítulo, a metodologia adotada para responder aos questionamentos desta pesquisa.

### 3 METODOLOGIA: TEORIA FUNDAMENTADA NOS DADOS

A Teoria Fundamentada nos Dados (TFD) apresenta-se como uma metodologia capaz de possibilitar a análise de dados brutos num processo de codificação que, ao perpassar pela categorização, faz emergir uma teoria substantiva. Sua linha de construção não apresenta similaridades com um método tradicional, hipotético dedutivo, o que inviabilizou a elaboração de hipóteses nesta dissertação.

As questões que nortearam a sua aplicação nesta pesquisa englobaram a viabilidade de sua associação com a Análise Criminal Estratégica e a escolha da trajetória de codificação para responder ao problema em voga. Para teorizar essas questões e antecedendo a aplicação da pesquisa, conforme delineado, segue-se o contexto histórico e a caracterização da metodologia.

#### 3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

A *grounded theory* (GT), traduzida por Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), é considerada uma metodologia e um conjunto de métodos destinados para a construção de uma teoria, pautada em categorias e conceitos. Sua origem e desenvolvimento são relativamente recentes e a sua aplicação requer discussões epistemológicas e ontológicas.

A TFD foi originalmente delineada pelos estadunidenses Barley Glaser e Anselm Strauss, na década de 1960. Glaser representava uma tradição eminentemente positivista, de um rigor analítico, característicos da Colúmbia University, onde se formou. Já Strauss apresentava uma tradição pragmática, entrelaçada à pesquisa de campo, fortemente influenciado pela Escola de Chicago. Em 1967, os citados autores divulgaram a obra *The Discovery of Grounded Theory*, considerada o marco inicial da *Grounded Theory*.

A TFD foi desenvolvida como alternativa à tradição consagrada à época, a hipotética dedutiva, e tinha o objetivo de romper com o paradigma positivista imperante. Glaser e Strauss, seus fundadores, defendiam o desenvolvimento, a descoberta de teorias a partir da aplicação da pesquisa, lastreado nos dados coletados e analisados, rompendo a dedução e a análise de hipóteses preliminarmente formuladas a partir de teorias formais já consagradas na academia (SANTOS et al., 2016).

A *Grounded Theory* é uma expressão que não apresenta uma tradução literal ao português. *Grounded* significa enraizado, embasado, como também representa o ensino dos

primeiros rudimentos. A tradução que melhor se aproxima do significado construído por Glaser e Strauss é de uma Teoria Fundamentada nos Dados (TAROZZI, 2011).

A TFD é um método geral de análise comparativa. A coleta e a análise dos dados ocorrem simultaneamente e a comparação ocorre em todas as fases da pesquisa, consubstanciada na meta de se construir uma teoria que se lastreie nos dados coletados, direcionados por um tema de pesquisa.

O quadro teórico que substanciou a construção da TFD certamente foi o interacionismo simbólico (MEAD, 1982), que define os seres humanos como animais simbólicos, capazes de produzirem a sua própria cultura, interpretando a história através de seus arcabouços simbólicos. Enfatiza a importância da linguagem na construção dos significados, evidenciando que a análise dos fenômenos sociais é direcionada em como os sujeitos dão significado ao mundo. Nesta trajetória, o interacionismo simbólico busca enfatizar as formas de vida social, os elementos invariáveis que suplantam as redes de significado, decorrentes das interações (TAROZZI, 2011).

Glaser e Strauss (1967) desafiaram o paradigma positivista que considerava a pesquisa qualitativa como uma evidência assistemática e tendenciosa, de menor confiabilidade, por ser condicionada por um subjetivismo. As pesquisas, até a década de 1960, eram respeitadas se apresentassem uma base eminentemente quantitativa, lastreada em estatísticas e dados mensuráveis.

A análise do momento histórico que serviu de cenário para a consolidação da TFD requer o entendimento e a identificação do paradigma positivista à época. Strauss e Corbin (2008) afirmam que as condições causais, intervenientes, as consequências e estratégias de ações e de interações derivadas das relações evidenciam um paradigma. Thomas Kuhn (1991) define paradigma como um padrão, um modelo que engloba e direciona métodos e valores seguidos e partilhados por uma comunidade científica, sendo assim um conceito oriundo da epistemologia.

Hoisel (1998) caracteriza um paradigma como um conjunto de crenças, de pressupostos, conceitos e valores que são compartilhados, num dado lapso temporal, pelos membros de uma determinada comunidade científica. Alerta, o autor, sobre os riscos de serem formulados bloqueios lógico-metafísicos e vícios de pensamento, reduzindo o universo de estudo e o espectro de achados validados cientificamente.

Paradoxal é que ao criticarem o paradigma positivista, Glaser e Strauss (1967) elaboraram uma obra com evidentes características positivistas, sobretudo a ontologia objetivista, em que os resultados da pesquisa e os objetos do conhecimento já existiriam, independente dos sujeitos que o estudassem e o percebessem; a epistemologia positivista, em que os objetos da realidade derivam de uma verdade objetiva; a ligação direta e necessária entre teoria e a realidade e a defesa da separação entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, numa busca pela objetividade na pesquisa; por fim, a elaboração de uma pesquisa que apresentasse a capacidade de ser generalizada (TAROZZI, 2011).

Tarozzi (2011), de maneira crítica, alerta sobre a interpretação, à época, de uma ontologia realística, que defendia que o pesquisador deveria estar separado do contexto pesquisado e atento para não enviesar a análise, poluindo assim os seus achados com preconceitos.

Após as primeiras publicações, que referendaram a TFD como uma metodologia, Glaser e Strauss passaram a seguir trajetórias acadêmicas distintas, porém discordantes sobre a sua aplicação. A crítica de Glaser afirmava que Strauss enfatizava excessivamente alguns aspectos técnicos do método, havendo assim um direcionamento forçado da análise, induzindo às categorias pré-constituídas. Glaser defendia que a pesquisa deveria ser pautada em uma pergunta aberta, mais abrangente, e que ao longo do desenvolvimento dos trabalhos a pesquisa deveria ser direcionada, restringindo-se (TAROZZI, 2011).

O posicionamento de Tarozzi (2011), seguido por esta pesquisa, é que um pesquisador não se propõe a delinear um trabalho acadêmico sem ter construído um conhecimento prévio e/ou uma experiência sobre a temática abordada. A motivação do pesquisador decorre de uma vivência prévia. Contudo, devem-se adotar os cuidados necessários para que esses conhecimentos sobre o tema da pesquisa não conduzam a vieses ou restrinjam descobertas decorrentes da imersão no inesperado.

Historicamente Glaser manteve-se fiel aos princípios da TFD. A sua abordagem passou a ser classificada como clássica, pois ele continuou a basear-se no empirismo objetivo. Já Strauss incorporou novos instrumentos de análise, considerando a descrição interpretativa dos dados (SANTOS et al., 2016).

Glaser (1992) defende ainda que a revisão bibliográfica deve ocorrer após a emergência da teoria substantiva, finalizada a pesquisa, sob pena do pesquisador direcionar os seus achados, prejudicando a formação das categorias. Já Strauss e Corbin (2008) e Tarozzi (2011) criticam

esta busca pela objetividade absoluta, afirmando ser inevitável a existência de conhecimentos e experiências anteriores.

Nesta dissertação houve, inicialmente, a apresentação do conhecimento construído sobre a Análise Criminal e sobre a caracterização da cidade que abarcou a pesquisa – Salvador. Após a presente discussão da aplicação da TFD e o delineamento da pesquisa em si foi realizado um retorno à literatura acadêmica para proporcionar uma análise da teoria substantiva emersa com as teorias formais sobre a criminalidade já existentes, trajetória defendida por Tarozzi (2011).

Seguindo pelo viés histórico do método, é imprescindível mencionar uma nova perspectiva para a TFD, a construtivista, defendida por Kathy Charmaz (2000). Aluna de Glaser e orientanda de mestrado de Strauss, Charmaz aplicou a TFD aos preceitos construtivistas. Sua linha contempla os processos de análise indutivos, comparativos, emergentes e a abordagem aberta.

Charmaz (2009) afirma que as realidades e os fenômenos estudados são construções coletivas e, portanto, decorrem de uma tradição interpretativa. A teoria não é descoberta, é construída por meio de nossas interações e envolvimento com as pessoas, com as perspectivas e com as práticas. Leite (2015), interpretando a citada autora, afirma que uma versão teórica traduz um retrato interpretativo do quanto estudado, e não um quadro fiel e estático. O pesquisador faz parte do fenômeno estudado e dos dados coletados.

Charmaz (2000) buscou um afastamento do paradigma positivista, ressaltando a dimensão do significado, defendendo a aplicação de procedimentos flexíveis na pesquisa e que o pesquisador não é neutro, ele faz parte do processo que analisa, que observa. Assim, os dados não são coletados, são produzidos, e a definição de categorias na TFD deve ser flexível e ativa.

A exposição do processo de consolidação da metodologia denominada TFD é fundamental para esta pesquisa, pois explica e posiciona paradigmas, conceitos e vertentes. Nesta dimensão, este trabalho não abarca hipóteses, por não ser hipotético dedutivo, não pressupõe um afastamento do pesquisador em relação ao objeto de pesquisa, mas considera o conhecimento e as experiências prévias, partindo do pressuposto que esta admissão e as reflexões sobre as tais inviabilizam o enviesamento da pesquisa. Por fim, foi possível fundamentar o processo de coleta, categorização e análise dos dados para a elaboração de uma teoria substantiva.

Delineado o percurso histórico que explica a formação e a consolidação da TFD e os principais autores que lhe deram causa, é imprescindível realizar uma caracterização dessa metodologia, enfatizando-se as possibilidades de aplicação na construção de uma teoria substantiva.

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO

Após o delineamento histórico da TFD é fundamental caracterizá-la, defini-la, demonstrar as suas possibilidades de aplicação e explicar as trajetórias que são contempladas por esta emergente metodologia.

Inicialmente vale ressaltar que a TFD não defende a ideia de que a pesquisa é permeada por uma pureza metodológica capaz de garantir ao pesquisador uma absoluta neutralidade. Os significados dos dados coletados, a imposição da linguagem dos autores fundantes e, sobretudo, os elementos invariáveis que emergem da análise decorrem da interação entre pesquisador, fenômeno estudado e metodologia empregada. “Não existe a objetividade no conhecimento científico, existem suas interpretações.” (TAROZZI, 2011, p. 50).

O que difere a TFD em relação às outras metodologias é o foco na construção de uma teoria a partir da análise dos dados coletados e não na verificação de uma teoria formal já existente, numa concepção hipotético-dedutiva. Ela exige do pesquisador curiosidade, criatividade, sensibilidade teórica e pensamento crítico no processo de codificação e análise dos dados (SANTOS et al., 2016).

Leite (2015) afirma que a TFD não se fundamenta em hipóteses pré-estabelecidas, não busca testá-las. A pesquisa parte de uma investigação complexa e de uma problematização aberta e gerativa, que vai sendo definida e direcionada a partir da análise dos dados e do processo de codificação estabelecido. Ela engloba, como possibilidades de técnicas de coleta de dados, a entrevista, a observação, as atividades desempenhadas por grupos focais, a análise de documentos e de figuras/fotografias ou de expressões gráficas, notas etnográficas de campo e relatórios pessoais.

O texto produzido em uma pesquisa que se lastreou na TFD é analítico, e não descritivo. O percurso delineado, desde a coleta dos dados até a produção do texto, de maneira simultânea, busca analisar o fenômeno em questão, e não descrevê-lo. Esta análise, contudo, baseia-se nos dados coletados e não em teorias consagradas, já elaboradas. Assim, os



resultados da pesquisa devem dialogar com a literatura à medida que emergem (TAROZZI, 2011).

Glaser (1992) explica que a TFD segue a máxima que a realidade é transitória no tempo e no espaço, mas as ideias permanecem. Uma metodologia que busca identificar e fazer emergir essas ideias será capaz de produzir modelos teóricos em conformidade com as dimensões exploradas na pesquisa (SANTOS et al., 2016).

Gasque (2008), dialogando com Strauss e Corbin, afirma que a Teoria Fundamentada nos Dados:

Deriva indutivamente do estudo do fenômeno que representa. Isto é, ele é descoberto, desenvolvido e provisoriamente verificado por meio de sistemática coleta e análise de dados. Portanto, a coleta de dados, análise e teoria possuem relação recíproca entre si. Não se começa com uma teoria para prová-la. Começa-se com uma área de estudo em que se permite a emergência do que é relevante. (GASQUE, 2008, p.14).

Ainda de acordo com a autora, a TFD pode ser considerada uma metodologia de natureza exploratória, na medida em que busca desenvolver uma teoria que seja pautada nos dados coletados, um conhecimento estruturado, sistematizado, produzido num processo de análise constante, derivado de comparações. Tarozzi (2011) assevera que a TFD é uma pesquisa pura ou de base, pois busca construir uma teoria científica, lastreada em dados, objetiva delinear um conhecimento novo à comunidade científica.

Santos et al. (2016) afirmam que a TFD é um dinâmico processo de raciocínio indutivo e dedutivo que visa estabelecer temas, definir categorias e conceitos. Indutivo porque a construção da teoria parte do específico (dados coletados) para o amplo (a descoberta dos elementos invariáveis em questão, as ideias) produzindo conceitos e categorias. Dedutivo quando parte do amplo para o específico com o escopo de relacionar os conceitos e categorias emergentes para estruturar, construir a teoria.

Nesta trajetória é importante mencionar e definir a microanálise, um procedimento direcionado, focado, que posiciona o pesquisador a examinar informações características e específicas dos dados coletados, num sentido absolutamente analítico, que decorra de comparações ao nível das dimensões e propriedades das categorias construídas (SCHRÖEDER, 2009).

A estratégia metodológica predominante na TFD é a análise comparativa (MELLO, 2005). Charmaz (2006) e Dantas et al. (2009) afirmam que a TFD é um conjunto de práticas e princípios que não devem ser considerados em bloco, pois a coleta e a análise dos dados ocorrem de maneira simultânea, não ocorrem sequencialmente, havendo retornos e avanços constantes. É um conjunto assistemático e flexível, que proporciona um movimento circular com os dados, objetivando a saturação teórica e o delineamento da teoria.

Tarozzi (2011) acrescenta que a constante comparação na TFD ocorre em todas as etapas da análise, desde a escolha pela maneira de aproximação ao fenômeno até a interpretação e interação entre as categorias, perpassando pela coleta e análise dos dados. Trata-se de um conjunto de procedimentos sistemáticos com a funcionalidade de gerar uma teoria fundamentada nos dados, uma teoria articulada, complexa.

O autor assevera que as pesquisas empíricas, em geral, baseiam-se em dados. A diferença da TFD são as suas especificidades, os seus procedimentos singulares e a complexa sistematização dos dados, num processo de análise e comparações constantes. A TFD prioriza a linguagem e os significados, buscando padrões, regularidades do tipo conceitual em complexos fenômenos sociais.

Tarozzi (2011) informa que a contraposição ao método hipotético-dedutivo de pesquisa da TFD, além de lhe garantir abordagens indutivas e dedutivas, faz emergir a abdução. Seu conceito, para Peirce (2005), é de um raciocínio rigoroso, mais probabilístico, não tautológico, criativo, que se fundamenta de uma provável premissa.

Santaella (2001) acrescenta que a abdução é uma espécie de instinto racional, pois é o resultado da razão criativa humana, a capacidade de adivinhar a hipótese correta. Trata-se de um processo de pensamento vivo, que possui uma forma lógica, sem deixar de ser instintivo.

Há de se considerar, nesta construção, a indução analítica na TFD, em que o pesquisador se movimenta entre a indução e a dedução enquanto pratica a comparação constante. O desenvolvimento da teoria e a interligação entre as categorias e os conceitos decorrem dessa interação entre a indução e a dedução.

Mas afinal, a TFD é uma metodologia, um método ou um conjunto de métodos? Glaser (2008) afirma que é uma metodologia, Strauss e Corbin (2008) alegam que se trata de um método, Charmaz (2006) defende que na verdade é uma constelação de métodos.

Esta pesquisa será pautada na definição de Tarozzi (2011), em que a TFD é uma metodologia, pois ela assume a função de realizar uma orientação sobre o método,

direcionando um modo de construir, de sistematizar o conhecimento sobre a realidade social; mas também é um método, quando assume a funcionalidade de ser um conjunto de procedimentos e de instrumentos capazes de analisar os dados coletados para a pesquisa empírica.

A TFD não tem um percurso bem delineado, fixo, definido. A sua trajetória é aberta ao imprevisto, depende do fenômeno estudado, da forma de coleta dos dados e das dimensões exploradas durante a pesquisa. Ela objetiva construir uma teoria interpretativa, capaz de identificar e refletir sobre os processos subjacentes a um fenômeno. Ressalta-se que esta imprecisão na trajetória não significa uma reduzida capacidade de sistematização, mas apenas garante a liberdade do pesquisador em definir de que maneira irá sistematizar os dados coletados, de que forma irá definir uma teoria válida.

A definição da teoria na TFD foca no significado sobre os fenômenos em estudo, sobre os elementos invariáveis em questão, e não nos significados que as pessoas participantes projetam ou de que forma a realidade estudada lhes é representada (SANTOS et al., 2016). Mello (2005) acrescenta que a TFD representa o esforço metodológico em concretizar um certo grau de abstração, é uma metodologia que formula abstrações ordenadas dos dados coletados, referentes ao fenômeno estudado.

Glaser e Strauss (1967) explicam que a TFD busca a definição de uma teoria substantiva, uma teoria que explica um específico problema referente a uma área particular, escrita por um pesquisador próximo a um problema delimitado, sendo assim diferente de uma teoria formal, que gera uma interpretação de segundo nível sobre um tema ou um processo mais abrangente, geral, capaz de englobar diversas áreas substantivas e de aplicar seus conceitos em contextos distintos. Tarozzi (2011) ratifica que a TFD visa emergir uma teoria substantiva, mas o desenvolvimento da pesquisa é capaz de gerar uma teoria formal, dependendo da amplitude do fenômeno analisado.

A TFD apresenta uma série de conceitos referentes à aplicação da metodologia, sendo imprescindível a elucidação destes para o entendimento do fenômeno pesquisado. Destarte, “uma teoria pode ser entendida como um conjunto sistemático de conceitos, ligados entre si através de relações explícitas, que é capaz de explicar fenômenos e é dotado de certa capacidade de previsão.” (TAROZZI, 2011, p. 28).

Strauss e Corbin (2008), Mello (2005) e Reis (2013) conceituam uma teoria como um conjunto de categorias sistematicamente relacionadas entre si por meio de proposições,

formando um quadro teórico explicativo de um fenômeno social. Strauss e Corbin (2008) delineiam o percurso de uma pesquisa derivada da TFD, iniciada por um conjunto de categorias delineadas referentes a temas e conceitos relacionados, pertencentes a um marco teórico explicativo de um fenômeno social, emergindo assim uma teoria explicativa.

De acordo com Strauss e Corbin (2008) o processo de teorização implica estruturar ideias num esquema lógico e sistemático, capaz de prever e explicar fatos. Assim, a mera construção de ideias isoladas e desconexas não é suficiente para estruturar uma TFD. Schröder (2009) acrescenta que o pesquisador não inicia a abordagem ao fenômeno lastreado numa teoria pré-concebida, ele parte de uma área de estudo, fator que permite o surgimento de uma teoria substantiva a partir dos dados.

Os autores afirmam ainda que os fenômenos representam as ideias consideradas centrais e que direcionam a coleta dos dados. Essas ideias, significadas em conceitos, delineiam o tema e o problema de pesquisa, norteando a trajetória do pesquisador.

Um conceito fundamental na TFD é o de amostragem teórica. Nesta metodologia, para Tarozzi (2011), a amostra escolhida não é estatística, probabilística, não se refere ao número de participantes em relação ao universo considerado. A lógica é diferente, a extensão dos dados depende da saturação das categorias, da elaboração dos conceitos, do atendimento às necessidades da pesquisa no processo de codificação. Estas características, ligadas ao processo de análise, não tornam a metodologia desprovida de rigor, apenas o processo de fundamentação se estrutura de forma diversa aos liames estatísticos tradicionais.

Assim, a amostragem teórica é o processo de coleta de dados que objetiva selecionar lugares, pessoas ou acontecimentos. Não há o escopo de se coletar o máximo de dados possíveis, a profundidade da amostra depende do preenchimento das lacunas necessárias para fundamentar a teoria substantiva em dados (MELLO, 2005).

Nesta trajetória, após delineada a amostragem, busca-se culminar a saturação teórica, que Strauss e Corbin (2008) identificam quando os dados se tornam redundantes durante a coleta e a análise, desenvolvidas simultaneamente. Qualquer direção que se encaminhe a coleta de dados confirmam-se as mesmas categorias e propriedades outrora afloradas, mantendo-se as mesmas relações entre elas.

Tarozzi (2011) traz à discussão os conceitos sensibilizantes, sugeridos pelo interacionismo simbólico, que são conceitos abertos que guiam o pesquisador, sem forçar os dados. Eles não aprisionam os elementos do fenômeno estudado numa definição, não

delimitam a realidade em concepções predeterminadas, sugerem caminhos a serem trilhados, fornecendo ao pesquisador um senso de referência e orientação.

Reis (2013) assevera que conceito, na TFD, nomeia um fenômeno, abstrai um evento, uma interação que seja significativa para o pesquisador e que esteja englobada pela temática abordada. Strauss e Corbin (2008) acrescentam que conceitos são os blocos de construção da teoria fundamentada. Já as dimensões representam as variações das propriedades de uma categoria, especificando a teoria.

Uma das etapas primordiais e características da TFD é o processo de codificação. Tarozzi (2011) a define como o primeiro nível do processo analítico, como um processo de atribuição de significados orientado por um conjunto de técnicas e procedimentos empregados para conceituar os dados elencados. O processo de codificação posiciona-se entre a coleta dos dados e a teoria emersa.

A codificação requer do pesquisador uma especial sensibilidade teórica para lhe permitir o resumo do fenômeno abordado em uma expressão linguística que lhe defina e que abarque os múltiplos significados estudados. Santos e colaboradores (2016) indicam a utilização de gerúndios nesta etapa, favorecendo a transmissão potencializada de uma sensação de ação ou sequência.

Tarozzi (2011) ainda conceitua a codificação *in vivo* como aquela que utiliza as mesmas palavras da pessoa pesquisada na denominação de uma categoria. Prossegue, o autor, classificando o processo em codificação inicial ou aberta, codificação focalizada e codificação teórica, sem que os três possuam uma sequência linear, pois essas etapas são livres, podendo assumir simultaneidades, retornos e avanços, sempre pautando-se em desenvolver uma teoria substantiva.

A codificação inicial ou aberta faz emergir todos os significados possíveis, possibilitando as primeiras etiquetas conceituais, extraindo conceitos de categorias ainda não definidas por completo, saturadas. Pode seguir uma codificação palavra por palavra, linha por linha ou acontecimento por acontecimento.

A codificação focalizada já possibilita a emersão de categorias, numa etiquetagem mais completa, identificando macrocategorias e conceitos mais amplos, já sendo iniciado o processo de interligação das categorias e das subcategorias, definindo as suas propriedades e dimensões.

Já a codificação teórica, ainda segundo Tarozzi (2011), é a etapa em que a teoria ganha forma decorrente do processo analítico de conceituação num nível mais abstrato, em que as relações entre as categorias se delineiam, saturam-se. Ocorre ainda à identificação da categoria central, aquela que representa o conceito organizador principal da pesquisa, a categoria chave, que explica, integra e fundamenta a teoria. Mello (2005) afirma que todas as categorias relacionam-se a ela, formando-se um todo explicativo.

Nesta dissertação foi adotado o processo de codificação defendido por Charmaz (2009), que a divide em pelo menos duas etapas: a codificação inicial e a focalizada. Na primeira, o pesquisador estuda todas as possibilidades e trajetórias possíveis aos seus dados e conceitua suas interpretações, as suas ideias por códigos, emersas palavra por palavra, linha a linha ou incidente por incidente (o empregado nesta pesquisa). Já a codificação focalizada é a etapa em que o pesquisador sintetiza, separa, classifica e integra consideráveis volumes de dados, dando sentido a eles pela análise realizada, identificando os códigos mais significativos, visando à conceituação.

Categorias, segundo Strauss e Corbin (2008) e Mello (2005), são conceitos que representam um acontecimento, um fenômeno; são agrupamentos de conceitos posicionados num grau de abstração mais abrangente. Schröder (2009) define subcategorias como conceitos pertencentes a uma categoria específica, capazes de fornecer especificações adicionais. Prosseguem Strauss e Corbin (2008) definindo propriedades como as características de uma categoria, aquilo que lhes dá significado, que lhes define.

Glaser (2008) explica que o estudo das categorias principais no processo de codificação integra-se com as causas, contextos, contingências, consequências, covariáveis e condições do fenômeno analisado. Dantas et al. (2009) define a trajetória de codificação perpassando pelos dados coletados, pelos códigos preliminares, códigos conceituais, definição das categorias e explicação dos fenômenos. Para o autor, a estratégia de pesquisa necessária para construir categorias é perguntar aos dados: quando ocorre, onde ocorre, por que ocorre, quem provoca e quais as consequências do fenômeno.

A fase mais importante na geração de uma teoria, segundo Glaser (1992), é a elaboração dos memorandos. O autor assevera que o pesquisador que parte da coleta de dados para a produção do texto final, desconsiderando-os, não está fazendo TFD. Tarozzi (2011) explica que os memorandos estão em toda a análise da pesquisa, contendo anotações, reflexões,

explicações metodológicas, espaços de análise e questionamentos feitos aos dados e às categorias. Está entre a coleta dos dados e a produção do texto.

É importante que os memorandos registrem as escolhas metodológicas realizadas e as trajetórias percorridas na pesquisa, evidenciando os conhecimentos e experiências pré-existentes e os preconceitos e vieses detectados, englobando o entendimento que o pesquisador faz parte do contexto que pretende analisar, pois não se busca uma objetividade ilusória, mas sim explicitar os elementos subjetivos presentes.

Tarozzi (2011) ainda acrescenta que não existem regras típicas para produzir os memorandos, tendo cada pesquisador um caminho a seguir. Contudo, o autor sugere alguns elementos à sua composição, como data, título e indicação do documento que faz referência. Acrescenta ainda a importância da produção de diagramas, gráficos e mapas conceituais no desenvolvimento de uma pesquisa lastreada na TFD, favorecendo a compreensão das relações entre os conceitos e as categorias.

Em face ao descrito, a elaboração do relatório de pesquisa, numa TFD, não acontece no final dos trabalhos, deve ocorrer durante, baseado nos memorandos e diagramas produzidos, configurando-se como o último nível de análise, dando um sentido aos resultados decorrentes da arte de interpretar. Demonstra a prestação de contas do processo e dos achados da pesquisa. Mello (2005) explica que, após a saturação teórica das categorias, deve ser realizada a integração dos conceitos, baseados na ordenação dos memorandos.

No rol de termos específicos da TFD Glaser (2008) evidencia o princípio da modificabilidade, que, diferente de muitos outros métodos, não exige validação externa a esta metodologia, ou seja, uma TFD se autocorrige no processo de saturação teórica. Havendo a identificação de que as categorias da teoria não estão mais saturadas, a amostragem teórica deve ser reativada até uma nova saturação. É a capacidade que a teoria assume de ser modificada na hipótese de surgirem novos dados (TAROZZI, 2011).

Para que esta metodologia seja considerada validada podem ser considerados os seguintes critérios (BANDEIRA-DE-MELLO, 2002); (KERLIN, 1997):

- a) Grau de coerência: a teoria construída deve ser lastreada em categorias emersas dos dados coletados, e não de ideias pré-concebidas do pesquisador, conferindo credibilidade à pesquisa;

- b) Funcionalidade: para ser entendida e aceita como uma teoria útil, os achados da pesquisa devem possuir um poder explicativo acerca das dimensões e variações dos dados e das relações delineadas;
- c) Relevância: a relevância da pesquisa deriva da elucidação da categoria central, capaz de explicar o fenômeno analisado, decorrente da teoria emersa da sensibilidade teórica do pesquisador, de sua capacidade de interpretação e análise;
- d) Flexibilidade: na medida em que surjam novos dados, a teoria deve permitir modificações, com acréscimos ou alterações de propriedades e categorias, aprimorando a sua capacidade de generalização;
- e) Densidade: a teoria deve ser constituída de um satisfatório número de propriedades e categorias relacionadas, que sejam capazes de explicar o tema em questão;
- f) Integração: a categoria central relaciona e interliga as demais categorias, numa sistemática lógica e direcionada por um quadro teórico.

Tarozzi (2011) elenca quatro características fundamentais nesta metodologia: ser adequada, relevante, funcionar e ser modificável. Explica que a desordem no processo de codificação dos dados e um pensamento especulativo do pesquisador – que lhe possibilite saber abstrair, gerar significados – são as fontes primárias da teorização. Prossegue afirmando que a TFD não dá indicações específicas, obrigatórias, para a coleta de dados, pois inúmeros são os tipos de dados úteis, ricos, dependendo da trajetória delineada para a pesquisa, de seus objetivos.

Após a discussão sobre o processo histórico que consolidou a TFD como uma metodologia e como um conjunto de métodos, perpassando por sua caracterização e possibilidades de aplicação, será exposta a sua aplicação na Análise Criminal Estratégica dos homicídios registrados na cidade de Salvador, entre 2012 e 2016, fundamentando a teoria substantiva que emergiu dos dados elencados.



### 3.3 A TFD LASTREADA EM FONTES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS

Exposto o quadro teórico que engloba a TFD e os seus principais idealizadores será demonstrada, nesta seção, a sua aplicação numa Análise Criminal Estratégica. É oportuno configurar a presente pesquisa como um trabalho lastreado, inicialmente, em dados quantitativos e no levantamento bibliográfico, desconstruindo a visão predominante de muitos dos autores que aplicaram esta metodologia, que a classificaram como uma análise de dados exclusivamente qualitativa (GLASER, 2008). Numa segunda fase, em busca das respostas aos tópicos não respondidos pelos dados quantitativos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

O critério de escolha dos entrevistados visou selecionar integrantes de diferentes setores da sociedade que apresentassem uma experiência significativa sobre o local da pesquisa. Evitou-se entrevistar exclusivamente integrantes do aparato de defesa social positivado, evitando-se um possível enviesamento das análises em decorrência de falas que representassem uma defesa do poder vigente. Os entrevistados não foram identificados para que estivessem mais livres para expor as suas experiências, sem preocupações com possíveis implicações decorrentes de suas falas. Foram selecionados um líder de uma associação de bairro com cerca de cinquenta anos nesse labor em bairros da cidade, um presidente de sindicato em nível estadual, com sede na capital baiana, um morador com trinta e cinco anos de vivência no subúrbio ferroviário, um Delegado da Polícia Civil com reconhecida experiência em investigação de homicídios e um Oficial da PMBA que laborou como Chefe do Serviço de Inteligência de quatro Unidades Operacionais diferentes de Salvador. Ocorreu, ao final dessas entrevistas, a saturação teórica.

Importante frisar que Strauss e Corbin (2008) não estabelecem uma caracterização única, uma descrição rígida de como o método deve ser aplicado, possibilitando adaptações para contextos específicos de pesquisa. Reis (2013) explica que a análise na TFD é um processo de fluxo livre e criativo.

A escolha da metodologia depende do objeto pesquisado e de como será a abordagem, o olhar sobre o tema. O paradigma de pesquisa, que a direciona, define as teorias, os métodos e as técnicas a serem aplicados, influenciando o modo de analisar a realidade (KUHN, 1991). Tarozzi (2011) explica que a adoção do paradigma e as escolhas metodológicas não são eticamente neutras, puras, pois os valores do pesquisador e os juízos de valor sobre a

realidade estão presentes na análise e na pesquisa. Não se busca uma neutralidade ética, o que seria impossível, mas se objetiva analisar os elementos que derivam desse juízo de valor.

A obra clássica que apresentou à academia a TFD (GLASER; STRAUSS, 1967) buscava romper o paradigma positivista e apresentar novas possibilidades à pesquisa. Embora tenha alcançada esta meta, a abordagem ainda apresentava claros traços positivistas.

Nesta dissertação de mestrado predomina o paradigma funcionalista, numa concepção pós-positivista, estando evidente, no delineamento da aplicação da TFD, as suas principais características, destacando-se uma visão objetivista, ao ter sido almejado buscar explicações relacionadas à ordem social e a realidade do fenômeno estudado no prisma da segurança pública, a partir de uma análise que tende a ser realista, positivista e determinista. Registra-se que há, na presente pesquisa, o escopo em se obter conhecimento fundamentalmente útil à elaboração de estratégias e à tomada de decisão, num foco predominantemente objetivo e utilitarista (SCHRÖEDER, 2009).

De forma geral, o paradigma funcionalista/pós-positivista procura fornecer explicações essencialmente racionais para as atividades sociais (BURRELL; MORGAN, 1979). Strauss e Corbin (2008) enfatizam que este paradigma abrange uma relativa sistematização dos conhecimentos decorrentes de uma estruturada coleta, tratamento e análise dos dados, numa busca por objetividade, conferindo à teoria um caráter preditivo, assumindo a capacidade de indicar possibilidades e meios para uma organização/instituição.

Schröder (2009) explica que os aspectos subjetivos dos sujeitos não são considerados sob a visão desse paradigma. Ocorre uma adoção de um realismo crítico na análise, pois a existência e a interpretação da realidade abrange a ideia de que ela é apreendida com imperfeições. Há o abandono do dualismo sujeito-objeto, defendido pelo funcionalismo tradicional, mas a objetividade assume a forma de um regulador da pesquisa. Assim, este paradigma substancia uma pesquisa lastreada em dados quantitativos e qualitativos para a aplicação da TFD.

Ademais, Glaser (2008) defende que a TFD objetiva elaborar uma teoria e que, a depender dos objetivos, do problema e do tema, tudo pode ser um dado, pois se trata de um modelo abrangente, livre, incentivador de uma criatividade do pesquisador e que viabiliza diversas perspectivas teóricas, desde que sejam pertinentes à temática em voga. Os dados devem ser completos o suficiente para permitir a capacidade de separar e comparar dados

quantitativos em várias categorias. Assim, Mello (2005) assevera que a TFD pode ser utilizada com qualquer tipo de fonte de dados.

Subsidiado no paradigma adotado, no escopo da pesquisa e na forma de abordagem ao fenômeno, é possível uma TFD que se desenvolva inicialmente de dados quantitativos, sendo complementada, numa segunda fase, por uma coleta qualitativa, o que formaria uma teoria fundamentada. Pode também ser baseada em dados quantitativos e qualitativos simultaneamente (GLASER, 2008).

Um exemplo da viabilidade da TFD baseada em dados quantitativos é a pesquisa científica desenvolvida por Bastos (2013). Nela foi aplicada a TFD ao se ter objetivado identificar a forma de interação entre usuários e os catálogos on-line existentes em uma rede de bibliotecas universitárias durante o processo de busca de informações. Para cumprir o proposto, o autor coletou o histórico de interações de usuários na busca por informações em registros bibliográficos, alcançando resultados plausíveis para a construção de uma teoria substantiva.

O que se extrai da aplicação da TFD é que se trata de uma metodologia aplicada para a construção de um conhecimento novo, de uma teoria substantiva lastreada em dados, perpassando por um processo complexo de análise, da configuração de conceitos e da elaboração de categorias, desconsiderando o teste de teorias formais já consagradas ou a formulação de hipóteses para serem testadas. Embora seja considerada como uma metodologia qualitativa por muitos, o paradigma que lhe direciona, o quadro teórico que lhe consubstancia e os objetivos que lhe impulsionam podem perfeitamente ser baseados em dados quantitativos ou numa coleta quali-quantitativa. O fundamental é que o processo de análise não seja estático, meramente estatístico, ele tem que resultar de uma intensa interação do pesquisador com o fenômeno estudado, devendo haver questionamentos, avanços e retornos na pesquisa, a produção de memorandos explicativos, para então delinear uma teoria válida, real, capaz de explicar a realidade.

Santos et al. (2016) defendem que a TFD é, simultaneamente, arte e ciência. Arte em virtude de exigir uma habilidade especial do pesquisador para nomear categorias que decorram dos dados coletados e que lhe denominem corretamente, para formular as perguntas que possibilitem a elaboração da teoria substantiva, para comparar e agrupar dados brutos. Ciência pelo rigor metodológico existente em todas as fases de sua aplicação, sobretudo durante a análise dos dados, até que ocorra a saturação destes.

A TFD também exige um equilíbrio entre sensibilidade e objetividade. Esta permite ao pesquisador a credibilidade e a confiança de que seus achados representam, razoável e imparcialmente, o problema delineado. Já a sensibilidade é exercida para que, diante de tantos dados brutos, após o processo de codificação e de conceituação, uma teoria substantiva seja descoberta, identificada (SCHRÖEDER, 2009).

Em virtude da presente pesquisa desconstruir a visão ingênua de alguns autores positivistas que defendem uma neutralidade absoluta do pesquisador e a sua separação do fenômeno estudado, devo reconhecer as possíveis influências de minha experiência profissional na área de segurança pública (cerca de dezesseis anos) com o tema escolhido. Strauss e Corbin (2008) defendem que o conhecimento prévio e as vivências do investigador são importantes e fundamentam a escolha da temática, pois seria difícil conceber um pesquisador que não tenha qualquer contato com o fenômeno estudado. Glaser (1992) explica que tal experiência prévia pode forçar os dados e induzir a formação de categorias, enviesando a pesquisa.

Destarte, destaco a necessidade deste pesquisador reconhecer determinadas considerações, em senso comum, que caracterizavam uma visão institucional sobre a segurança pública antes de iniciar a presente pesquisa. Foi necessário realizar um exercício constante para tentar focar as questões de segurança numa concepção de investigação, de buscar questionamentos plausíveis aos dados coletados para delinear uma teoria substantiva, reconstituindo um olhar que, até então, era de um integrante, de um defensor do quadro de segurança positivado, envolto na autopeleises (LUHMANN, 1997).

Nestes termos, no início da pesquisa, escolhida a temática, estava claro que seria necessário coletar dados sobre crimes na cidade de Salvador, num lapso temporal (entre 2012 e 2016) que viabilizasse a aplicação da Análise Criminal Estratégica. Foi então escolhido o tipo penal homicídio, descrito no Código Penal brasileiro (1940) no artigo 121 como “matar alguém”, com pena prevista de reclusão, de seis a vinte anos. A análise da criminalidade pelo viés das mortes violentas tem sido o critério adotado por instituições internacionais, visando padronizar critérios de avaliação do item segurança.

A busca dos dados foi realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública da Bahia, com acessos em 2016 e 2017. As informações foram coletadas nos *links* “boletim” e “diário”, respectivamente, onde constam os homicídios ocorridos em Salvador e na RMS por

dia. Para a formação do banco de dados que subsidiou esta pesquisa foram angariados os registros dos homicídios de 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2016, data por data.

Foi observado, durante a coleta, a duplicidade de alguns registros, o fato de alguns estarem fora da ordem cronológica e que alguns endereços de onde ocorreram os homicídios não estavam completos. Notou-se ainda homicídios registrados em hospitais, dando a possibilidade de interpretação de que o crime ocorrera em local diverso, sendo a vítima socorrida à casa de saúde e vindo a ser registrado o seu óbito no local. Ademais, havia inconsistências entre o número de homicídios coletados no boletim diário do sítio eletrônico da SSP e o quantitativo total registrado nos links “informações criminais” e “estatística”, respectivamente. Contudo, ainda que verificadas tais inconsistências, os dados foram coletados num veículo oficial do estado da Bahia e permitiram o desenvolvimento do planejado neste trabalho.

Além da coleta supracitada, a aplicação da TFD nesta pesquisa baseou-se num levantamento bibliográfico específico ao fenômeno estudado, sobretudo no que se referia ao crime em Salvador nas últimas décadas e à caracterização socioeconômica da capital baiana, evidenciando-se os bairros da cidade com maiores vulnerabilidades.

Após a coleta, os dados decorrentes do boletim diário do sítio eletrônico da SSP traziam os seguintes campos: nome da vítima, sexo, idade, local do homicídio (neste, quando em Salvador era registrado o bairro, quando na RMS era registrada a cidade), a rua /referência do fato, a data e a hora de confirmação.

Surgia assim a primeira dificuldade de aplicação da TFD. O que fazer com estes dados, como sistematizá-los, que questionamentos fazer para que o processo de codificação fosse iniciado em busca da formação de conceitos e da elaboração de uma teoria substantiva?

Foram então levantados os seguintes questionamentos, como estratégia de pesquisa: onde e quando ocorreram os homicídios em Salvador? Em que bairros? Qual a caracterização desses bairros? Em que dias da semana houve um maior quantitativo? Em que horário? Qual a idade e o sexo das vítimas? Qual a principal causa desses homicídios? Qual a tendência dos números, aumento ou redução dos índices? Estes questionamentos proporcionaram a evolução do processo de codificação e conceituação, fazendo emergir uma teoria substantiva capaz de alimentar a Análise Criminal Estratégica.

No tratamento dos dados, inicialmente, foram retirados os homicídios registrados fora de Salvador, na RMS. Ademais, pela existência de alguns endereços não estarem completos e

pelo fato da cidade de Salvador não possuir uma divisão oficial por bairros foi necessário realizar algumas associações para definir bairros não evidenciados na coleta, sendo adotados os seguintes critérios:

- a) Foi adotada por referência a malha de bairros da cidade de Salvador da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).
- b) Buscou-se associar o bairro não definido a um bairro que fosse policiado pela mesma Área Integrada de Segurança Pública (AISP), objetivando-se aproximar o crime ocorrido da Unidade Policial responsável pela área de atuação, visto que o objetivo primordial da Análise Criminal Estratégica é definir padrões criminais para subsidiar a gestão da Segurança;
- c) Houve casos de endereços que não constavam bairros, mas sim áreas da cidade. Nestes casos foi adotado o bairro que englobava o ponto médio da área no mapa. Na Suburbana, por exemplo, foi adotado o bairro de Periperi;
- d) Para os registros que traziam como endereço o Hospital Geral do Estado foi indicado o bairro de Brotas;
- e) Houve homicídios que traziam como endereço a Avenida Luis Eduardo Magalhães. Como esta Avenida abarca vários bairros, foi adotado o de Pernambués, pois a 1ª Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM)/Pernambués é uma das Unidades da PMBA que policia parte significativa da citada avenida;
- f) A Avenida *San Martins* não é um bairro, portanto os homicídios lá registrados foram indicados para o bairro da Liberdade, pelos critérios de proximidade e pelo fato da 37ª CIPM/Liberdade policiar uma área da citada avenida;
- g) Alguns homicídios foram endereçados em Cajazeiras, sem especificar em qual delas. Nestes casos foi adotada a Cajazeiras X, em virtude de ser o bairro localizado no centro das Cajazeiras.

Sendo concluída esta primeira etapa de análise ficou evidente que a pergunta “quais as principais causas para a ocorrência desses homicídios” não estava completamente respondida, saturada. Os dados coletados e as análises às obras escolhidas não foram suficientes. Embora já houvesse sido emergidos padrões, tendências e sazonalidades da codificação lastreada em dados quantitativos, faltava uma maior profundidade sobre o tema.

Desta necessidade, embora não tivesse sido planejado inicialmente, em conformidade com a defesa de Glaser (2008) de que a trajetória que fundamenta a TFD se delineia no processo de codificação, foram organizadas entrevistas semiestruturadas. O perfil escolhido dos entrevistados abrangia personagens que conhecessem a criminalidade da cidade de Salvador. A sequência das entrevistas foi interrompida no quinto entrevistado, pois havia claramente a saturação teórica neste momento, decorrente das análises realizadas. Os questionamentos não respondidos na profundidade necessária na primeira etapa, de coleta quantitativa, estavam respondidos e contextualizados.

Após a fundamentação da TFD e as explicações iniciais de sua aplicação na Análise Criminal Estratégica, será relatada a aplicação dessa metodologia nos homicídios registrados em Salvador, entre 2012 e 2016, possibilitando a elaboração de uma teoria substantiva, a associação desta com teorias formais já consagradas na academia e a indicação de soluções plausíveis para a gestão da segurança pública.

## 4 ANÁLISE CRIMINAL ESTRATÉGICA DELINEADA PELA TFD

Em virtude da Análise Criminal Estratégica (ACE) objetivar a indicação de soluções plausíveis de problemas que envolvam séries longas e consideráveis de crimes inerentes à segurança pública em diversos níveis, a sua aplicação perpassa pelo subsídio teórico à gestão da segurança, viabilizando assim a elaboração de um planejamento adequado à problemática identificada.

Assim, a aplicação da ACE depende de uma análise lastreada em dados concretos para uma série de crimes em longa escala. Nesta pesquisa foram analisados os crimes de homicídios ocorridos na capital baiana entre 2012 e 2016, objetivando identificar padrões, tendências e sazonalidades. Para a consecução do proposto foi empregada a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD) lastreada inicialmente em dados quantitativos e no levantamento bibliográfico de pesquisas empíricas já realizadas sobre a caracterização de Salvador e, numa segunda fase, foram analisadas entrevistas semiestruturadas (LAVILLE; DIONNE, 1999) num processo de codificação inicial e focalizada (CHARMAS, 2000).

### 4.1 SATURAÇÃO TEÓRICA

Os questionamentos levantados aos dados coletados, numa intensa relação de interação entre o pesquisador e o fenômeno estudado, permitiram o processo de análise, perpassando pela codificação e conceituação, indicando a formação de categorias. Durante o processo descrito foram construídos memorandos que incluíam os questionamentos específicos realizados, a estratégia de pesquisa, os códigos emersos e o conceito elaborado.

Após as ações simultâneas de coleta, tratamento e análise dos dados foi elaborada uma teoria substantiva que abarcava uma das principais características da TFD, a modificabilidade. Assim, o prosseguimento da pesquisa com novos questionamentos ou outras análises conduziam os resultados para as mesmas categorias construídas, ficando evidente que a saturação teórica havia sido alcançada.

Na próxima seção serão expostas, por categorias, as etapas analíticas que caracterizam uma teoria fundamentada em dados quali-quantitativos, lastreadas nos memorandos produzidos e sendo culminada num diagrama que sintetiza a pesquisa realizada.



## 4.2 CATEGORIAS CONSTRUÍDAS

Os memorandos apresentados nas seções seguintes abarcam os questionamentos realizados aos dados, caracterizando a estratégia de pesquisa, e indicam o processo de codificação defendido por Charmaz (2000), que contempla a codificação inicial e a codificação focalizada, possibilitando a elaboração do conceito e a emergência da categoria. A integração dessas categorias a uma categoria central aflorada permitiu a construção de uma teoria final substantiva e a sua devida comparação com as teorias formais já existentes.

### 4.2.1 Espacialização dos homicídios: onde ocorreram?

Diante dos dados brutos que contemplavam as informações inerentes aos homicídios registrados na cidade de Salvador entre 2012 e 2016 foi questionado onde ocorreram esses crimes. No processo de codificação este questionamento foi direcionado para localizar em que bairros aconteceram os homicídios, atendendo a um dos objetivos específicos da pesquisa e possibilitando espacializar os crimes numa referência de área: os bairros da capital baiana.

Quadro 1 - Memorando sobre a categoria “espacialização dos homicídios em Salvador”

<b>Memorando sobre a categoria “espacialização dos homicídios em Salvador”</b>	
Codificação inicial	Onde ocorreram os homicídios na cidade do Salvador entre 2012 e 2016?
Codificação focalizada	Localizando os homicídios em Salvador; Identificando os bairros com maior incidência criminal;
Conceito elaborado	Os homicídios ocorreram preponderantemente em bairros com carências socioeconômicas, com destaque para os localizados no miolo, no subúrbio e na região nordeste da cidade, especialmente os bairros de Lobato, Liberdade, Periperi e São Cristóvão com mais de 200 (duzentos) homicídios registrados e Paripe, Valéria, Fazenda Grande do Retiro, Itinga e Brotas com registros variando entre 151 (cento e cinquenta e um) e 200 (duzentos) crimes de homicídios;
Categoria emersa	Espacializando os homicídios nos bairros de Salvador.

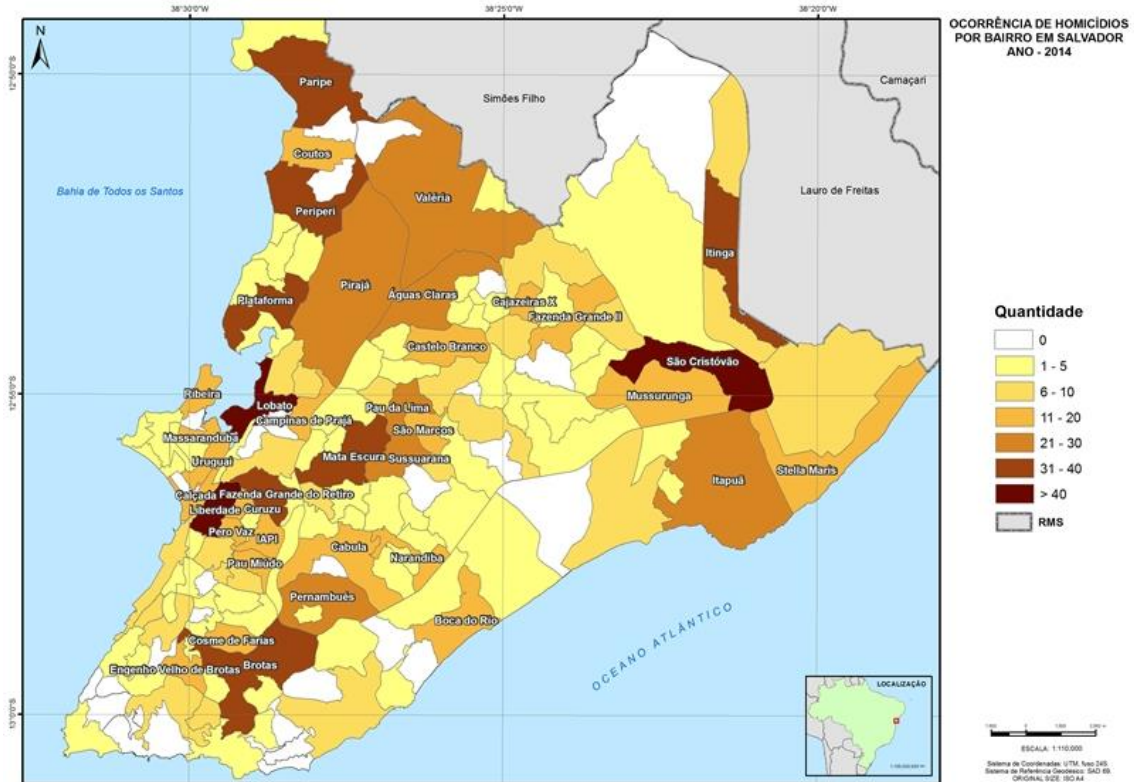
Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

Vale registrar que o bairro de Brotas não está entre as áreas mais carentes da cidade, destoando do cenário delineado. Ocorre que muitos casos de homicídios coletados traziam como endereço o Hospital Geral do Estado, localizado no mencionado bairro. Os indícios permitem aferir que o fato causador do crime ocorreu em local diverso e a vítima, quando socorrida à citada unidade de saúde, vinha a óbito no local, o que explica esta distorção no padrão aflorado.





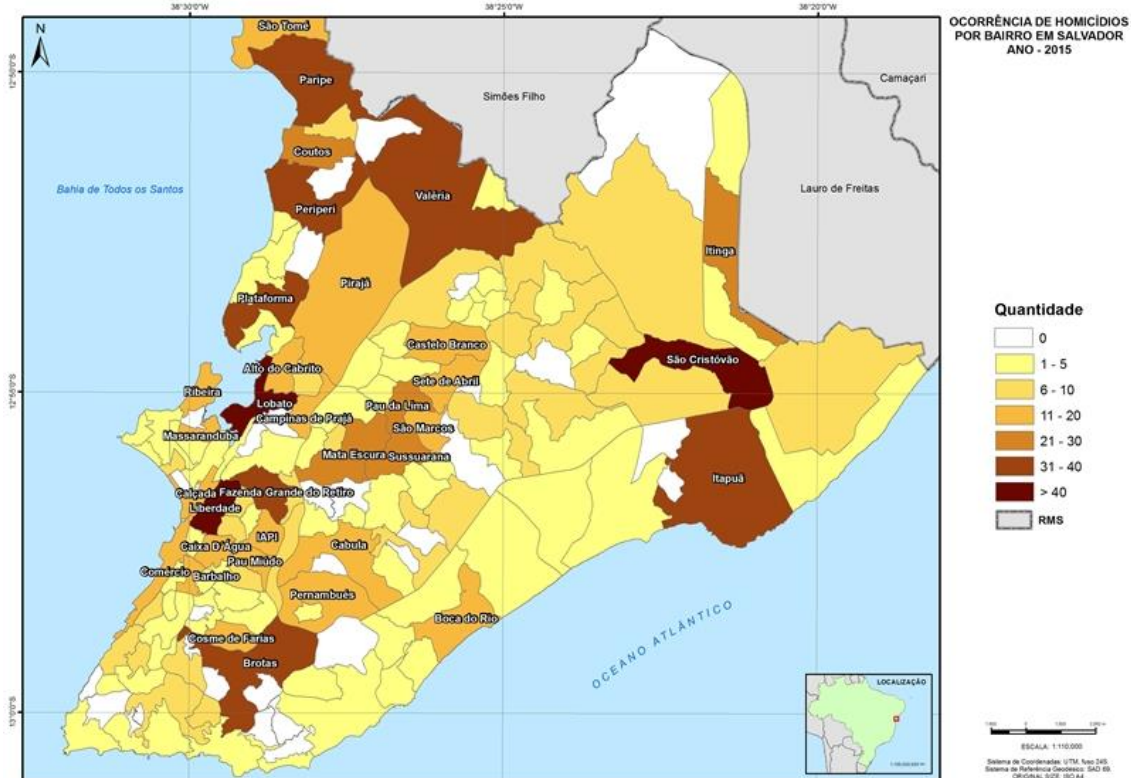
Figura 3 - Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador em 2014



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Em 2014 os bairros Lobato, Liberdade e São Cristóvão apresentaram mais de 40 homicídios registrados e Paripe, Periperi, Plataforma, Mata Escura, Fazenda Grande do Retiro, Brotas e Itinga tiveram entre 31 e 40 homicídios durante o ano. Os bairros que não tiveram homicídios registrados ou que contabilizaram entre 1 e 5 ou entre 6 e 10 casos não tiveram seus nomes evidenciados na figura.

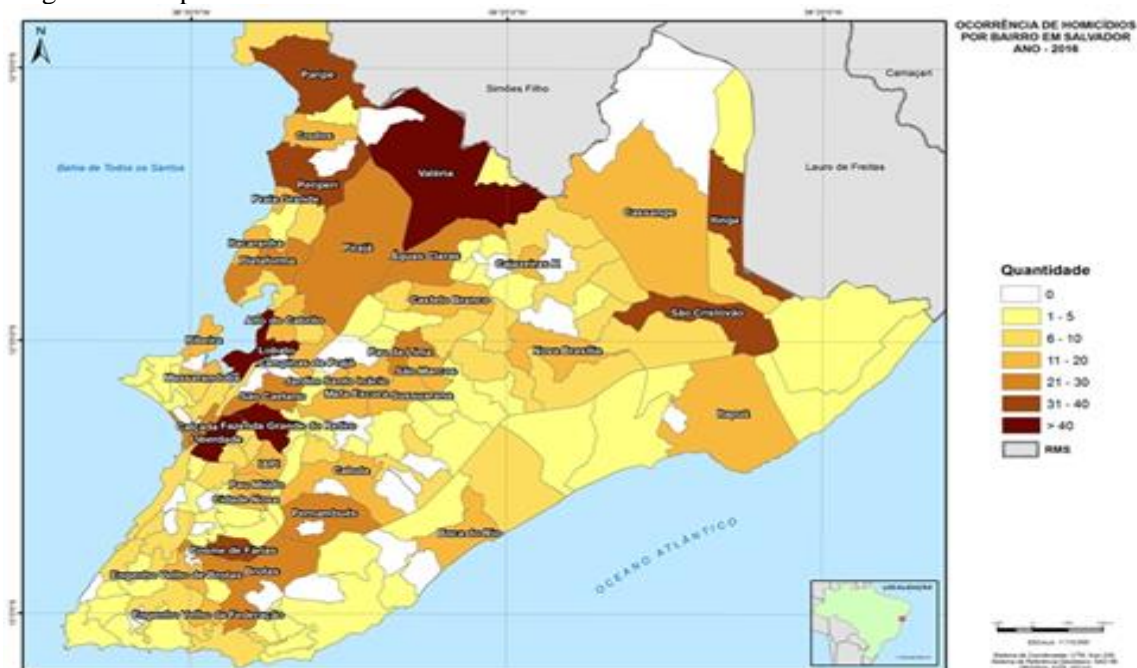
Figura 4 - Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador em 2015



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Para o ano de 2015 os bairros que apresentaram mais de 40 homicídios registrados foram Lobato, Liberdade e São Cristóvão, apresentando similaridades com o ano de 2014. Apresentaram entre 31 e 40 homicídios, durante o ano, Paripe, Periperi, Valéria, Plataforma, Fazenda Grande do Retiro, Brotas e Itapoã. Os bairros que não tiveram homicídios registrados ou que contabilizaram entre 1 e 5 ou entre 6 e 10 casos não tiveram seus nomes evidenciados na figura.

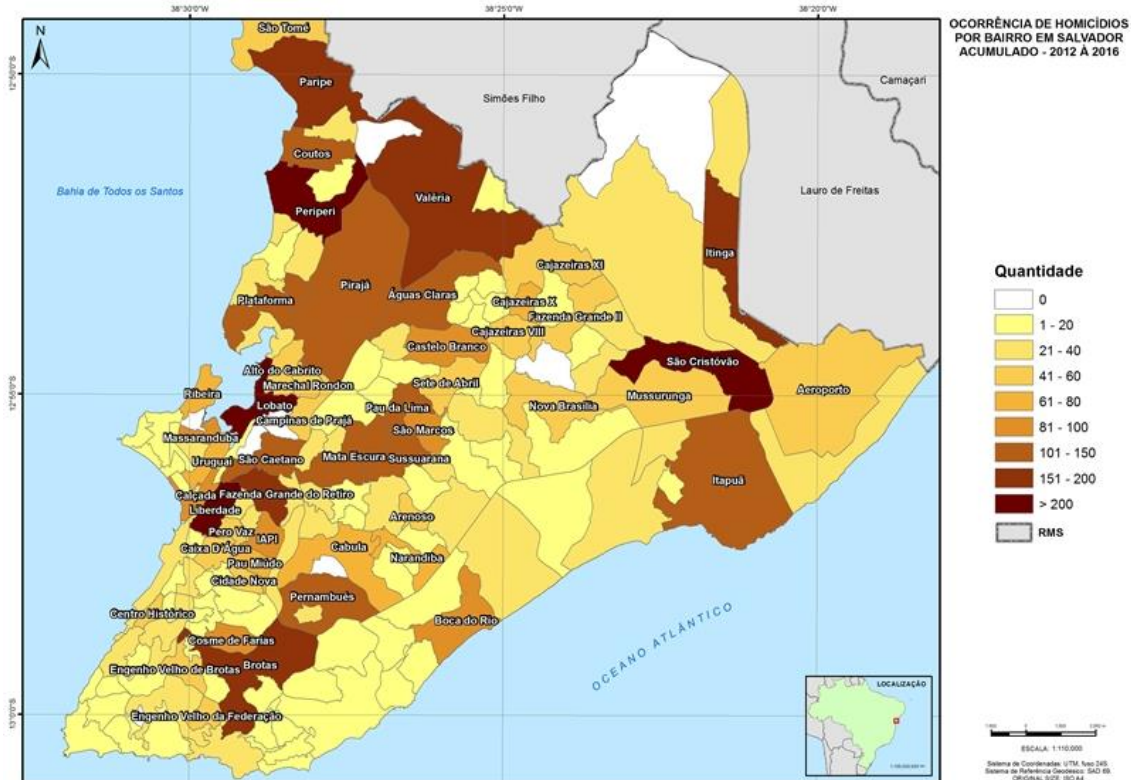
Figura 5 - Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador em 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Em 2016 os bairros Valéria, Lobato, Liberdade e Fazenda Grande do Retiro apresentaram mais de 40 homicídios registrados e Paripe, Periperi, Cosme de Farias, São Cristóvão e Itinga tiveram entre 31 e 40 homicídios durante o ano. Os bairros que não tiveram homicídios registrados ou que contabilizaram entre 1 e 5 ou entre 6 e 10 casos não tiveram seus nomes evidenciados na figura.

Figura 6 – Mapa dos homicídios ocorridos nos bairros de Salvador entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Entre 2012 e 2016 os homicídios registrados em Salvador ocorreram preponderantemente em bairros com carências socioeconômicas, com destaque para os localizados no miolo, no subúrbio e na região nordeste da cidade, especialmente os bairros de Lobato, Liberdade, Periperi e São Cristóvão com mais de 200 (duzentos) casos e Paripe, Valéria, Fazenda Grande do Retiro, Itinga e Brotas com registros variando entre 151 (cento e cinquenta e um) e 200 (duzentos) crimes.

#### 4.2.2 Caracterização espacial: como são esses espaços?

Uma vez que os homicídios estavam espacializados na cidade, emergiu a necessidade de caracterizar socioeconomicamente os bairros com maiores e menores índices, num processo de interação entre pesquisador e dados, viabilizando o processo de codificação com fulcro a culminar numa saturação teórica, favorecendo a aplicação da ACE em Salvador.

Quadro 2 - Memorando sobre a categoria “caracterização dos bairros com maiores índices de homicídios em Salvador”

<b>Memorando sobre a categoria “caracterização dos bairros com maiores índices de homicídios em Salvador”</b>	
Codificação inicial	Como são caracterizados os bairros com maiores índices de homicídios na cidade do Salvador?
Codificação focalizada	Caracterizando os bairros com maiores índices criminais; Caracterizando os bairros com menores índices criminais;
Conceito elaborado	Os bairros que registraram maiores índices de homicídios apresentam significativas carências socioeconômicas, com destaque para os localizados no miolo, no subúrbio e na região nordeste da cidade;
Categoria emersa	Caracterizando os bairros com maiores índices de homicídios em Salvador

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

Para a consecução da categoria emersa foram selecionados trechos de pesquisas empíricas já realizadas sobre a caracterização dos bairros em Salvador, sendo codificados os seguintes:

Quadro 3 - Processo de codificação baseado em Carvalho, Almeida e Azevedo (2001)

<b>Processo de Codificação Baseado em Carvalho, Almeida e Azevedo (2001)</b>	
<b>Fragmento do texto</b>	<b>Codificação</b>
Com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a orla marítima norte, o “miolo” e o subúrbio ferroviário no litoral da Baía de Todos os Santos. O primeiro constitui a área nobre da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses da produção imobiliária. O segundo, localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado com a implantação de conjuntos residenciais para a “classe média baixa” na fase áurea do sistema financeiro de habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e invasões, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o subúrbio ferroviário transformou-se na área mais carente e problemática da cidade, concentrando uma população extremamente pobre em loteamentos populares e invasões, marcados pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e serviços básicos e, mais recentemente, por altos índices de violência. (p. 97).	Configurando os vetores de expansão de Salvador;  Identificando o vetor “orla marítima norte” como área nobre da cidade;  Identificando o “miolo” da cidade como área popular e carente de equipamentos e serviços;  Identificando o Subúrbio Ferroviário como a área mais carente e problemática da cidade.
Por outro lado, a desocupação, a pobreza, as desigualdades e as precárias condições de vida assinaladas são acentuadas pela segregação sócio-espacial constituída e consolidada no acelerado processo de crescimento e modernização da cidade. Apresentando uma grande riqueza de dados e mapas, Souza (2000) evidencia como mais da metade da população soteropolitana vive em moradias precárias, em áreas de ocupação informal e desordenada e deficientes condições de habitabilidade, sem infraestrutura e serviços básicos. Enquanto	Caracterizando a segregação sócio-espacial da cidade;  Caracterizando as condições de vida da maioria da população de Salvador;



<b>Processo de Codificação Baseado em Carvalho, Almeida e Azevedo (2001)</b>	
<b>Fragmento do texto</b>	<b>Codificação</b>
os grandes equipamentos, o conforto ambiental, as vias de circulação, as oportunidades de trabalho, o comércio, os serviços e o lazer se concentram na área central e de ocupação mais antiga, no centro novo e na orla norte da cidade, é notória a sua carência no “miolo” e nos subúrbios ferroviários, onde se aglomera a maioria da população e os segmentos pauperizados. (p. 110).	Identificando as áreas mais abastadas e as mais carentes da cidade.

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

A codificação da obra de Carvalho, Almeida e Azevedo (2001) permite a conclusão de que há uma segregação socioespacial na cidade, sendo o vetor orla marítima norte o que abarca a região mais abastada, o “miolo” da cidade a área popular e carente de equipamentos e serviços e o Subúrbio Ferroviário como a área mais carente e problemática, reconhecendo os altos índices de violência nesta região. Estes vetores de povoamento são classificados, nesta dissertação, como regiões da capital baiana. Acrescentam que Salvador possui índices criminais preocupantes e volumosos.

Quadro 4 - Processo de codificação baseado em Pereira, Silva e Carvalho (2017)

<b>Processo de codificação baseado em Pereira, Silva e Carvalho (2017)</b>	
<b>Fragmento do texto</b>	<b>Codificação</b>
Outras tendências, porém, se mostram bem preocupantes, como os índices de mortalidade por causas externas que, conforme dados do Ministério da Saúde, evoluíram de 68 para 115,8 por mil habitantes entre 2000 e 2010, assim como a taxa de homicídios, que alcançou 62,0 por 100 mil habitantes em 2001, colocando a capital baiana em terceiro lugar entre as 27 capitais brasileiras e atingindo principalmente os jovens (p. 27).	Demonstrando índices criminais preocupantes em Salvador;  Posicionando Salvador, em relação aos homicídios, entre as capitais brasileiras mais violentas; Identificando os jovens como principais vítimas;
Com isso Salvador se mantém como uma cidade pobre e extremamente desigual, com escassas possibilidades de mobilidade social para sua juventude (p. 32).	Caracterizando socialmente a cidade;
As áreas populares tradicionais são as mais densas da cidade e mantém estável esta situação nos três censos. (p. 55).	Identificando as áreas populares como as mais densamente povoadas da cidade;
[...] compreende a área a noroeste de Salvador, entre a BR-324 e o bordo da Baía de Todos os Santos e da Baía de Aratu. Abrange os bairros desde Plataforma até São Tomé de Paripe, inclusive a Base Naval, Marechal Rondon, São Caetano, Pirajá, Valéria [...] O vetor subúrbio se caracteriza pela conurbação dos tecidos urbanos de Salvador e Simões Filho, em processo de consolidação, por concentrar a população de baixa e baixíssima renda, por ser um espaço autônomo no desempenho	Localizando o Subúrbio ferroviário na cidade e identificando os bairros componentes;  Caracterizando a população e o espaço do Subúrbio Ferroviário.

<b>Processo de codificação baseado em Pereira, Silva e Carvalho (2017)</b>	
<b>Fragmento do texto</b>	<b>Codificação</b>
de funções urbanas e por se expandir tanto em superfície quanto pelo adensamento de construções (p.191).	

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

A codificação realizada sobre Pereira, Silva e Carvalho (2017) caracteriza socialmente a cidade como pobre e extremamente desigual, identificando as áreas populares como as mais densamente povoadas de Salvador. O subúrbio ferroviário foi detalhado em sua configuração, sendo identificados os bairros que o compõem. O contexto criminal descrito posiciona Salvador como uma das capitais brasileiras mais violentas do país, com aumento significativo dos índices de mortes por causas externas entre os anos de 2000 e 2010.

Quadro 5 - Processo de codificação baseado em Spínola (2015)

<b>Processo de codificação baseado em Noélio Spínola (2015)</b>	
<b>Fragmento do texto</b>	<b>Codificação</b>
Essa área é considerada como sendo da cidade formal, possuidora de equipamentos urbanos e da atenção dos órgãos públicos. É composta pelos bairros da Barra, Ondina, Graça, Rio Vermelho, Vasco da Gama, Bonocô, Iguatemi, Brotas, Matatu, até o bairro de Nazaré, Comércio e Centro Histórico. O Subúrbio Ferroviário compõe um dos maiores territórios de pobreza da cidade do Salvador (p.17).	Identificando a área mais organizada e melhor atendida pelos órgãos públicos e os bairros que a compõe.  Identificando o Subúrbio Ferroviário como um dos maiores territórios de pobreza de Salvador.
Nesse processo, a outra face da cidade possui um conjunto de regiões que, em virtude do processo de concentração espacial da renda, passaram a dividir fatias cada vez menores e que, mantidas as atuais tendências, estarão condenadas a dividir menos ainda. Destacam-se, neste conjunto, as regiões de Valéria, São Caetano, Cajazeira, Liberdade, Tancredo Neves e Subúrbio Ferroviário (p.19).	Localizando os bairros menos abastados da cidade;
Não é só o aspecto da divisão da renda municipal, o que mais preocupa: também chama a atenção o fato de que, mantidas as trajetórias regionais dos anos 90, a grande maioria dos chefes de família, com rendimentos superiores a 20 salários mínimos, estará concentrada na RA da Pituba (43,5%), Itapoan e Barra. Por outro lado, outras, como o Subúrbio Ferroviário, Tancredo Neves, Cajazeiras e Valéria, tendem a concentrar juntas, mais da metade dos chefes de família com rendimentos abaixo de dois salários mínimos (p.19).	Identificando as áreas e os bairros da cidade com maiores e menores índices de rendimento por salários mínimos;
[...] 1/3 da população da cidade encontra-se classificada nas categorias de extremamente pobre (8,4%), pobre (7,3%) e vulnerável (17,9%). (p.20).	Caracterizando socialmente Salvador;

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

O processo de codificação aplicado em Spínola (2015) permitiu que Salvador fosse configurada socioeconomicamente, sendo delineadas as áreas mais abastadas e mais carentes da cidade, destacando-se o subúrbio ferroviário como um dos maiores territórios de pobreza do município. Os bairros que apresentam os melhores índices econômicos também são aqueles melhores assistidos pelo poder público.

Quadro 6 - Processo de codificação baseado em Souza (2000)

<b>Processo de codificação baseado em Ângela Gordilho Souza (2000)</b>	
<b>Fragmento do texto</b>	<b>Codificação</b>
[...] Há uma certa predominância de ocupações informais na área do miolo da cidade, ao longo da BR-324 e na orla do Subúrbio Ferroviário, na borda da Baía de Todos os Santos [...] As ocupações formais localizam-se prioritariamente nessa área central, cem como ao longo da Orla Oceânica e da Av. Paralela, na direção do Aeroporto e da Estrada do Coco, zona de expansão turística (SOUZA, 2000, p.80).	Localizando as áreas da cidade com predominância de ocupações informais e formais;
Portanto, a exclusão social manifesta-se no próprio fenômeno da segregação espacial, uma vez que, separando as áreas de moradia da cidade por classes sociais distintas, coloca “de fora” das melhores condições de habitabilidade as populações mais pobres, o que resulta em acessos diferenciados às benfeitorias e ao conforto urbano (SOUZA, 2000, p.80).	Caracterizando a segregação espacial como um item de determinação da exclusão social.

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

Souza (2000) afirma que a segregação espacial comprovada em Salvador é um fator determinante para a exclusão social. A autora localiza e descreve as áreas da cidade que abarcam majoritariamente as ocupações formais e informais, favorecendo uma interpretação da capital baiana como uma cidade pobre, desigual e segregada.

Desta forma, o processo de codificação aplicado em pesquisas anteriores sobre a capital baiana foi suficiente para responder ao questionamento proposto e subsidiaram uma categoria e um conceito. O miolo, o subúrbio ferroviário e a região nordeste de Salvador são as que apresentam os piores índices criminais, sociais e econômicos.

#### **4.2.3 Identificação Temporal dos homicídios: quando ocorreram?**

Uma questão que aflorou como fundamental para os objetivos delineados para a presente pesquisa deriva da caracterização temporal dos homicídios, emergindo a necessidade de se identificar os horários, os dias da semana e os meses do ano com maior incidência, no processo de codificação focalizada.

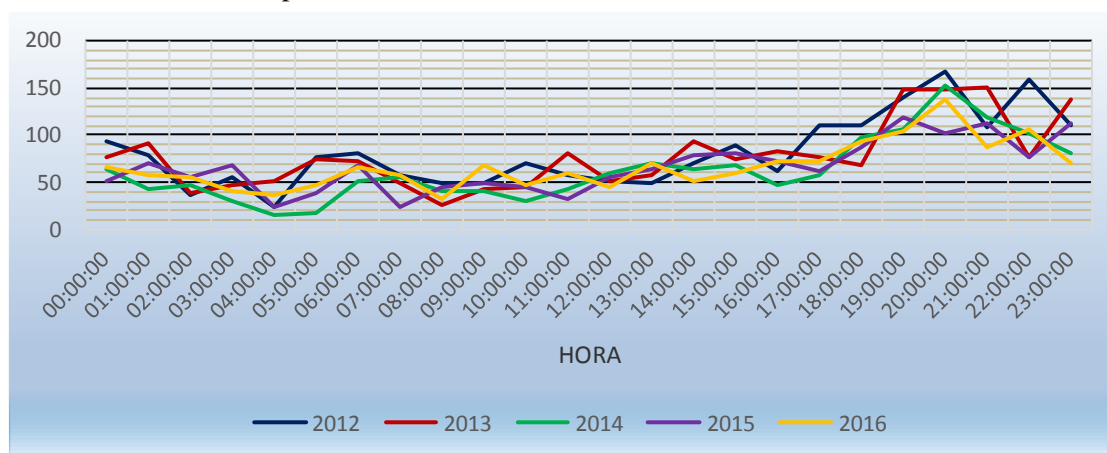
Quadro 7 - Memorando sobre a categoria “identificando quando ocorreram os homicídios em Salvador”

<b>Memorando sobre a categoria “identificando quando ocorreram os homicídios em Salvador”</b>	
Codificação inicial	Quando ocorreram os homicídios na cidade de Salvador?
Codificação focalizada	Identificando os horários, os dias da semana, os meses e os dias do mês com maiores índices criminais;
Conceito elaborado	Os homicídios registrados em Salvador ocorrem em sua maioria entre às 19h e às 23h, nos finais de semana, com destaque para os meses de janeiro, fevereiro e março e para os dias 01, 02, 03, 08, 16, 17, 22 e 24, que apresentaram 234 casos ou mais por data;
Categoria emersa	Identificando quando ocorreram os homicídios em Salvador

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

Para a consecução da categoria emersa foram elaborados os seguintes gráficos, lastreados nos dados coletados:

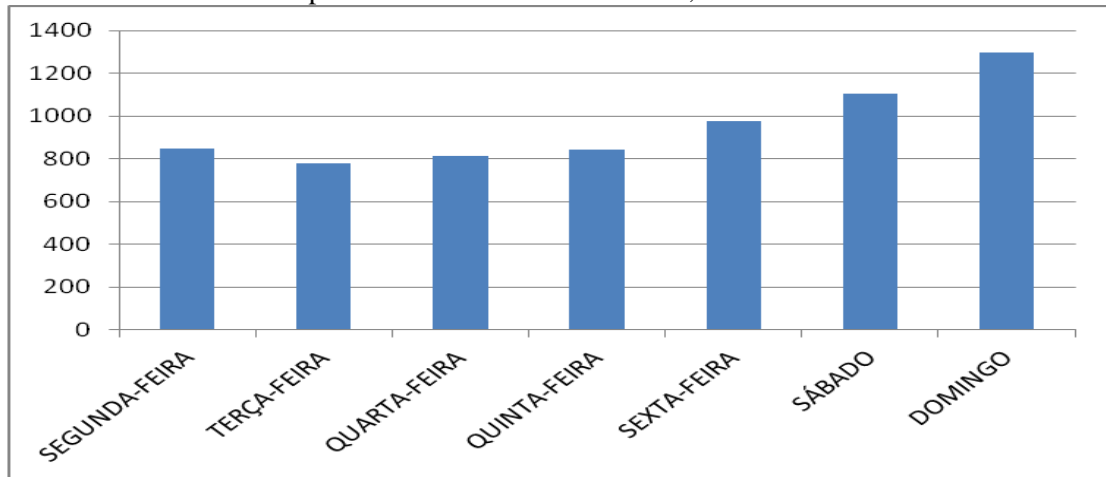
Gráfico 9 - Homicídios por hora em Salvador, entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Os homicídios registrados em Salvador apresentaram um padrão similar entre os anos de 2012 e 2016. O maior quantitativo de casos ocorreu à noite, entre às 19h e às 23h. Destaca-se ainda o quantitativo que ocorreu entre 17h e 18h, entre 00h e 02h e entre 14h e às 16h.

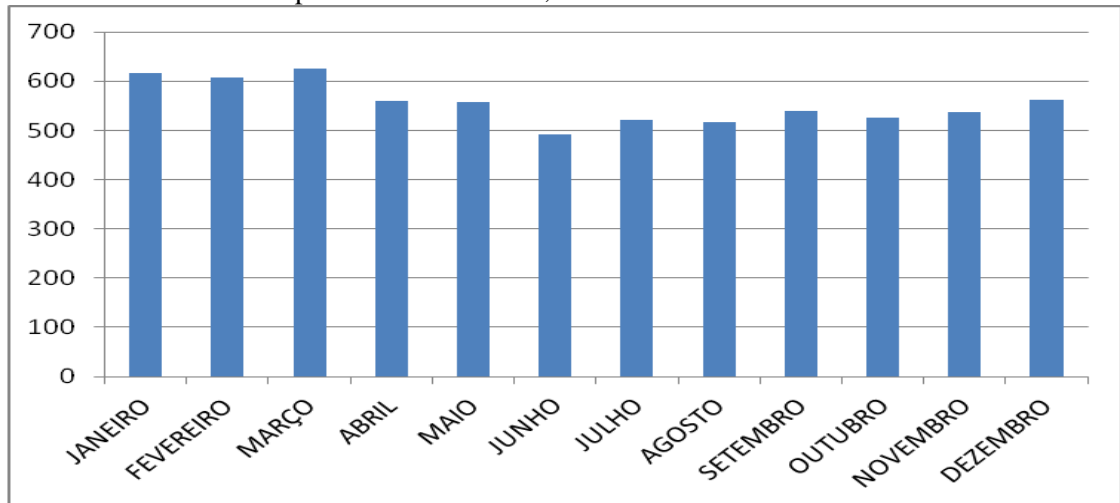
Gráfico 10 - homicídios por dias da semana em Salvador, entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Os homicídios registrados em Salvador, entre 2012 e 2016, ocorreram majoritariamente aos finais de semana, nas sexta-feiras, sábados e domingos. O dia de domingo apresentou o maior quantitativo de casos neste lapso temporal.

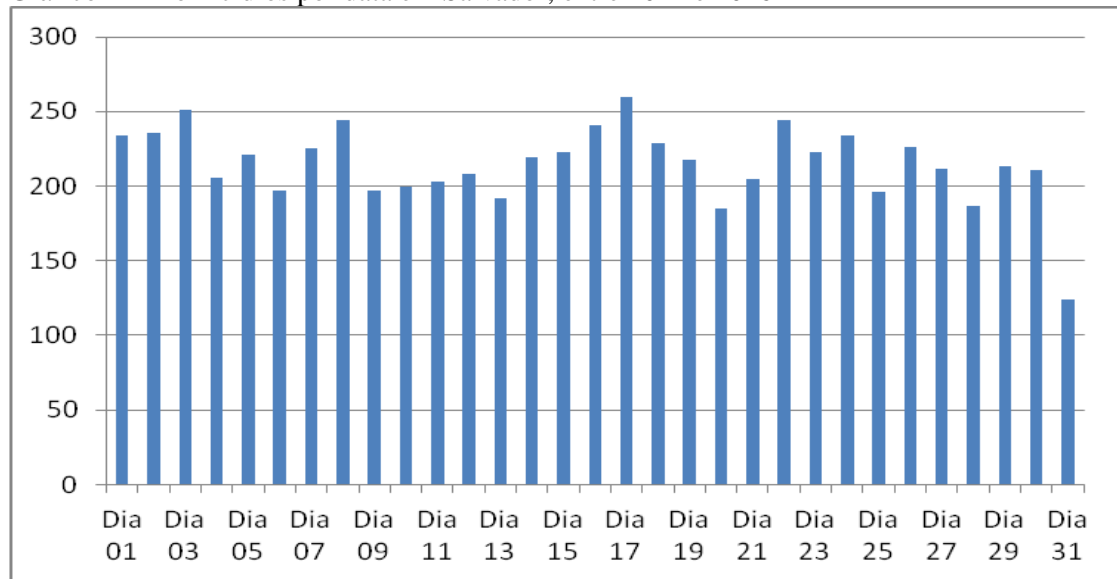
Gráfico 11 - homicídios por mês em Salvador, entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

Os meses de março, janeiro e fevereiro, respectivamente, apresentaram os maiores quantitativos de homicídios entre os anos de 2012 e 2016. Contudo, a diferença de distribuição dos crimes ao longo dos meses, no citado lapso temporal, não foi significativa e não possibilita a formulação de sazonalidades.

Gráfico 12 - homicídios por data em Salvador, entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

A análise dos homicídios por data, entre os anos de 2012 e 2016, em Salvador, demonstra um destaque para os dias 01, 02, 03, 16, 17, 22 e 24, que apresentaram 234 casos ou mais. O dia 17 foi o que englobou o maior número, superando a marca de 250 registros.

Os dados quantitativos elencados não permitiram a elucidação sobre as aferições desta categoria, pois não ofereciam subsídio para responder aos questionamentos que dela derivaram. Por que os homicídios ocorrem majoritariamente à noite, nos finais de semana (principalmente aos domingos)? Há alguma explicação para que ocorram em maior número em determinados dias ou datas? Essas respostas foram delineadas na segunda fase da pesquisa, a qualitativa, decorrente das entrevistas semiestruturadas.

#### 4.2.4 Quem são as vítimas?

Emergiu dos dados a necessidade de se caracterizar as vítimas de homicídios em Salvador, lastreando a ACE. O processo de codificação questionou o sexo e a idade dessas vítimas.

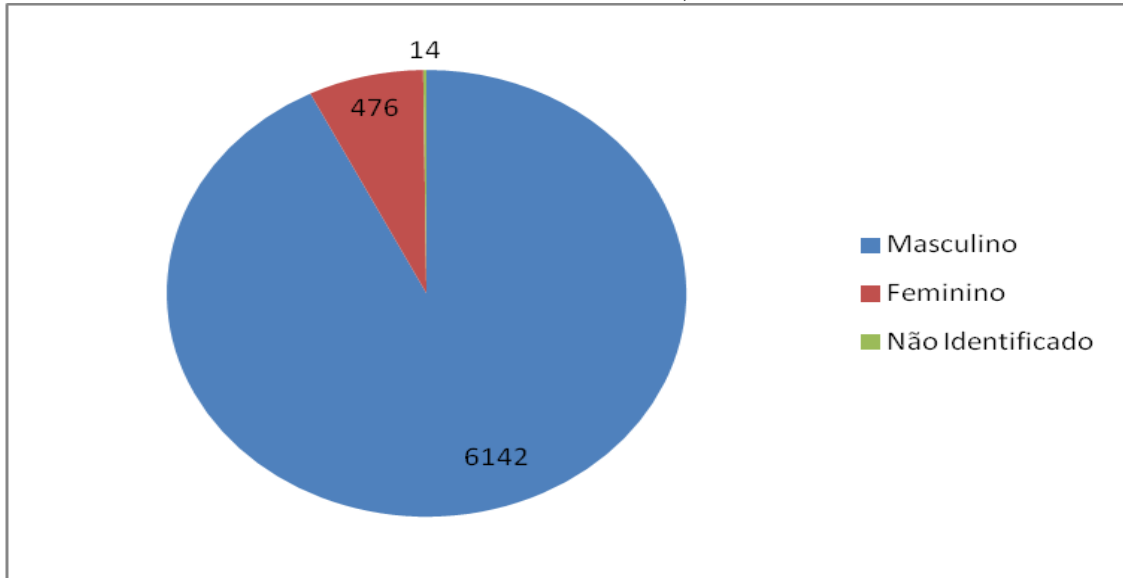
Quadro 8 - Memorando sobre a categoria “caracterizando as vítimas dos homicídios em Salvador”

<b>Memorando sobre a categoria “caracterizando as vítimas dos homicídios em Salvador.”</b>	
Codificação inicial	Quem são as vítimas dos homicídios registrados na cidade de Salvador?
Codificação focalizada	Identificando o sexo das vítimas de homicídios em Salvador; Identificando a idade das vítimas de homicídios em Salvador;
Conceito elaborado	As vítimas de homicídios em Salvador são, em sua maioria, homens, com destaque para a faixa etária entre 17 e 26 anos de idade;
Categoria emersa	Caracterizando as vítimas dos homicídios em Salvador.

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

Para a consecução da categoria emersa foram elaborados os seguintes gráficos, lastreados nos dados coletados:

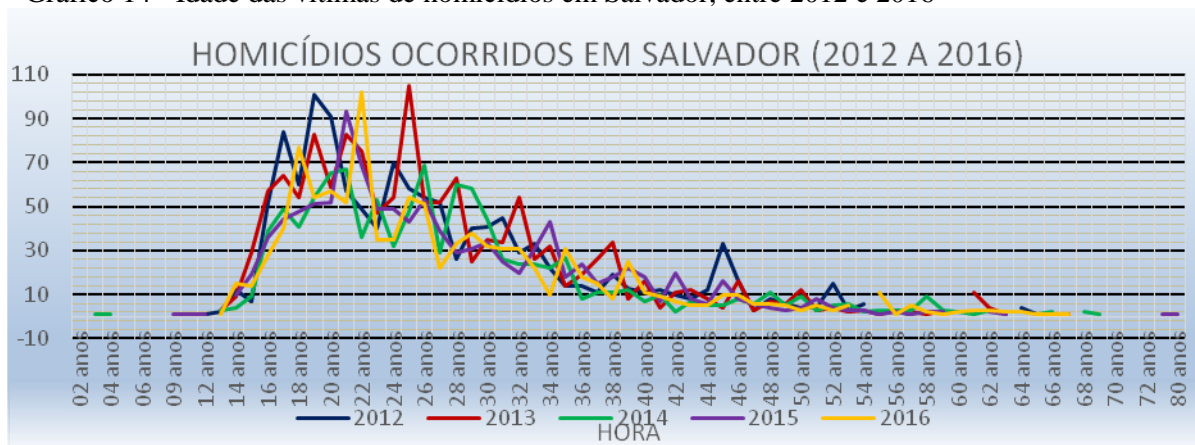
Gráfico 13 - Sexo das vítimas de homicídios em Salvador, entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

O gráfico demonstra que as vítimas de homicídios em Salvador são, em sua maioria, homens. Os anos de 2012, 2013, 2016, 2015 e 2014, respectivamente, englobaram o maior número de vítimas do sexo masculino.

Gráfico 14 - Idade das vítimas de homicídios em Salvador, entre 2012 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017).

O gráfico demonstra que há um destaque para a faixa etária entre 17 e 26 anos de idade para as vítimas de homicídios no lapso temporal desta pesquisa. Ressalta-se ainda o significativo número de casos que não tiveram a idade registrada.

Os dados em questão permitiram conclusões sobre as vítimas dos homicídios em Salvador: homens jovens. Mas não permitiram aferições sobre os autores dos crimes. Quem são os homicidas? Qual o perfil majoritário? Qual a motivação criminal mais comum? O processo de codificação das entrevistas semiestruturadas permitiram conclusões mais abrangentes, decorrentes da saturação teórica.

#### 4.2.5 Qual a principal causa para a ocorrência desses homicídios?

Os dados disponibilizados pela SSP BA e utilizados nesta pesquisa como principal fonte para a aplicação da ACE mediante o emprego da TFD não englobam elementos para a construção de respostas a este questionamento. Foram então pesquisadas obras que discorressem sobre tal problema e realizadas entrevistas semiestruturadas, sendo possível, pelo processo de codificação, categorizar uma resposta fundamentada.



Quadro 9 - Memorando sobre a categoria: “qual a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador?”

<b>Memorando sobre a categoria “qual a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador?”</b>	
Codificação inicial	Qual a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador?
Codificação focalizada	Identificando a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador.
Conceito elaborado	O tráfico de entorpecentes e as disputas territoriais entre as gangues de rua são a principal causa dos crimes de homicídios em Salvador, representando uma centralidade para o entendimento da manifestação criminal na cidade.
Categoria emersa	Identificando o narcotráfico como a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador.

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2018).

Para a codificação em questão, inicialmente, foram coletados e analisados trechos de pesquisas e divulgações de jornais de grande circulação na cidade. Numa segunda etapa, foi elaborado um memorando sobre a participação deste pesquisador numa audiência pública sobre violência numa região da cidade que abrange um considerável quantitativo de homicídios, os bairros das Cajazeiras, além de entrevistas realizadas com representantes de diferentes setores da cidade.

Quadro 10 - Codificação baseada em referências bibliográficas

<b>REFERÊNCIA</b>	<b>TRECHO</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
Mayo (2015)	<p>“De acordo com as estatísticas levantadas na DAI – Delegacia para o Adolescente Infrator de Salvador, tem havido um aumento do envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas, e em consequência desse envolvimento tem se verificado também o aumento da mortalidade de crianças e adolescentes por crime de homicídio, principalmente com a utilização de arma de fogo, fato que ocorre com maior incidência nos bairros pobres de Salvador, conforme dados que estão colocados no presente trabalho. (p.46).</p> <p>Uma reportagem feita pelo grupo UN Notícias, os repórteres Uderson Freizer e Aline Oliveira, reportagem de Willian Ferraz, Hugo Bross e Kaio Diniz (2012), apresenta um levantamento em todos os estados brasileiros sobre as ocorrências dos crimes com envolvimento no tráfico de drogas e de acordo com a reportagem, as regiões Sudeste e Centro Oeste, o narcotráfico</p>	<p>Identificando o aumento do envolvimento de adolescentes no tráfico de drogas como causa do crescimento da mortalidade de crianças e adolescentes por crime de homicídio, principalmente com a utilização de arma de fogo em bairros pobres de Salvador;</p> <p>Identificando a relação do tráfico de drogas com a maioria dos homicídios registrados no Brasil, vitimando principalmente jovens</p>

REFERÊNCIA	TRECHO	CODIFICAÇÃO
	<p>é responsável por 60% de todas as ocorrências envolvendo roubos e homicídios. De acordo com esta reportagem 56,12% dos homicídios no Brasil possui ligação direta com o tráfico de drogas, com vítimas na faixa etária entre 15 e 25 anos, a maioria jovem pobres, com maior número de ocorrências nas periferias e a maioria das vítimas não concluiu o ensino médio.” (p.45).</p>	<p>pobres nas periferias das cidades;</p>
<p>Lourenço e Almeida (2013)</p>	<p>A propósito, durante toda a década de 2000, quando essas gangues passam a operar e comandar mais efetivamente o tráfico de drogas no estado, dispara o número de homicídios nos territórios em disputa. Em 2000, a Bahia tinha uma taxa de homicídio de 9,6 mortes por 100 mil habitantes e estava entre os quatro estados menos violentos do país. De 2000 para 2009, a taxa de homicídios cresceu 264,58% e o estado passou a ser o quinto mais violento.” (p.51).</p> <p>Há um grande número de trabalhos que apontam as gangues prisionais como potencialmente causadoras de distúrbios, violências e práticas ilícitas dentro e fora das prisões (p.53).</p>	<p>Correlacionando o aumento do número de homicídios na Bahia entre 2000 e 2009 com a efetividade nas operações das gangues ligadas ao tráfico de drogas no Estado.</p> <p>Identificando a atuação das gangues prisionais como causadora de crimes cometidos dentro e fora das prisões.</p>
<p>Apolinário Silva (2015)</p>	<p>“[...] enquanto a tendência do tráfico de drogas é mais regular e apresenta uma ascensão durante a década de noventa... Associou-se a esse advento o aumento dos crimes letais a fim de assegurar as demarcações de pontos de distribuição. Entretanto o fato mais importante foi a adesão da sociedade, principalmente da camada mais pobre da população, ao consumo das drogas”. (p.176).</p>	<p>Inferindo a tendência regular de aumento do tráfico de drogas em Salvador;</p> <p>Associando o aumento do tráfico de drogas ao crescimento dos crimes letais;</p> <p>Identificando como fato mais importante a adesão social ao consumo de drogas.</p>
<p>Jornal Correio da Bahia</p>	<p>“69% dos homicídios são ligados ao tráfico de drogas em Salvador, diz Polícia Civil. Número considera somente os homicídios que já têm motivação conhecida. O estudo foi elaborado pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) a partir dos inquéritos instaurados para investigar os homicídios. Em nota, a Polícia Civil diz que o ‘estudo confirma a estreita relação entre tráfico e assassinato’. Ainda é dito que operações conjuntas entre o DHPP e o Departamento de Narcóticos (Denarc) buscam prevenir este tipo de crime.”</p>	<p>Identificando a relação entre homicídios e o tráfico de drogas em Salvador.</p>
<p>Marx et al. (2016)</p>	<p>“A maioria dos homicídios registrados nos últimos anos na Mata Escura tem uma relação direta com o tráfico de drogas e decorrem das disputas entre as gangues de rua.” (p.1063).</p>	<p>Identificando a relação entre o tráfico de drogas e os homicídios ocorridos em bairro de</p>

REFERÊNCIA	TRECHO	CODIFICAÇÃO
	<p>“Aferiu-se na pesquisa realizada, em suas dimensões quantitativa e qualitativa, que o bairro da Mata Escura representa uma centralidade de violência e criminalidade, sobretudo do tráfico de drogas, para a cidade de Salvador, por abranger o principal Complexo Penitenciário do Estado. Lá se concentra o poder e o domínio de lideranças do crime que continuam exercendo influência direta nas ações ilícitas dentro e fora do cárcere.” (p.1037).</p>	<p>Salvador; Aferindo a centralidade do bairro da Mata Escura para a criminalidade de Salvador por abranger o principal Complexo Penitenciário do Estado; Reconhecendo a influência e o poder das lideranças do crime presas em ações ilícitas no presídio e em Salvador.</p>

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

Em seguida foi elaborado o memorando sobre a participação deste pesquisador na audiência pública intitulada “Cajazeiras superando as violências”, ocorrida no dia 30 de outubro de 2017, no Ginásio Poliesportivo de Cajazeiras. Participaram representantes do poder público estadual e municipal, além de representantes de diversas camadas da comunidade dos bairros que abrangem as Cajazeiras. O tema da audiência foi “o que sua instituição pode fazer para superar as violências”?

A audiência foi precedida de reuniões com grupos de trabalho que formularam denúncias e propostas por subtemas, sendo eles: violência contra idosos; violência contra a mulher; violência do racismo, intolerância religiosa, de gênero e *bulling*; violência e educação; violência e saúde; violência e esporte, cultura e lazer; violência na moradia e mobilidade urbana; violência contra crianças e adolescentes e violência contra os jovens e segurança pública.

Quadro 11 - Memorando sobre a audiência pública “Cajazeiras superando as violências”

<b>Memorando sobre a audiência pública “Cajazeiras superando as violências”.</b>	
Metodologia da audiência	A audiência ocorreu pela tarde, durante cerca de três horas e foi presidida por uma Vereadora da cidade. As falas se revezaram entre dois manifestantes da comunidade, que estavam sentados em uma das arquibancadas do ginásio, e um representante do poder público, que compunha uma mesa de trabalhos. As falas dos manifestantes seguiram a ordem dos subtemas de trabalho e praticamente se resumiu a uma leitura das denúncias e das propostas elaboradas em reuniões prévias. Alguns manifestantes ampliaram a sua fala, evidenciando experiências traumáticas vividas. Destacou-se uma mulher que relatou a morte por acidente de trânsito de seu marido, uma cidadã que abordou experiências que evidenciavam ações de racismo e um jovem que relatou casos de violência policial e a quantidade de homicídios que vitimam jovens pobres da região. Alguns dos manifestantes foram jovens estudantes que, de forma insegura e nervosa, apenas leram as denúncias e propostas de um subtema.
Aferições do pesquisador	O público da audiência foi composto, em sua maioria, por estudantes de escolas locais e por alguns representantes da comunidade. Embora as reuniões prévias tenham favorecido a elaboração de uma pauta com denúncias e propostas, a forma de explanação destas não permitiu que o tema violência fosse discutido em profundidade. Foram relatados números preocupantes sobre a quantidade de homicídios na localidade, que, segundo jornais da cidade, posicionavam os bairros das Cajazeiras como os mais violentos do município no ano de 2017, mas não foram discutidas as possíveis causas ou os padrões de violência identificados. A percepção é que uma audiência que deveria servir para apontar soluções para a temática da violência na localidade e para cobrar resultados das instituições representadas resumiu-se a um ato de cunho político, em que a mesa de trabalhos, composta por representantes do poder público em diversos segmentos - incluindo uma Vereadora, um assessor do Prefeito Municipal, um subprefeito, um representante da força policial, uma deputada estadual, entre outros -, dominou as discussões, numa clara dominação do discurso que culminou como uma oportunidade de propagar possíveis ações positivas do poder público. Foi acordado que as propostas apresentadas seriam apreciadas pelo poder positivado, não sendo, contudo, relatado prazos ou quais propostas seriam acatadas.

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

A busca pela resposta ao questionamento sobre a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador, entre 2012 e 2016, não foi saturada pelo levantamento e pelas análises quantitativas. Elementos importantes foram codificados e o narcotráfico aflorou como um fator de centralidade, mas emergiu a necessidade de uma contextualização mais pormenorizada, de uma investigação das nuances e de que forma se manifestava a violência na cidade.

O delineamento metodológico defendido por Glaser (2008), em que uma TFD poderia emergir de uma fase inicial especificamente quantitativa, complementada por uma derradeira fase qualitativa, atendeu a necessidade supramencionada. Destarte, foi elaborado um roteiro de entrevistas semiestruturadas (LAVILLE; DIONNE, 1999) e escolhidas pessoas de diferentes representações sociais. Evitou-se a escolha exclusiva de representantes do aparato de defesa social positivado, temendo-se que o processo de codificação fosse enviesado por falas que permeassem uma defesa política do poder vigente.

Desta forma foi escolhido um Oficial da Polícia Militar com mais de quinze anos de experiência no trabalho de inteligência, tendo laborado em quatro Unidades Operacionais de Salvador, um líder comunitário com cerca de cinquenta anos de atuação em bairros da cidade, um presidente de um sindicato estadual sediado na capital baiana, um cidadão que reside a mais de trinta e cinco anos no Subúrbio e um Delegado da Polícia Civil com reconhecida experiência em investigação de homicídios.

O roteiro das entrevistas foi utilizado como parâmetro inicial, mas a depender do contexto das respostas dos entrevistados perguntas foram adicionadas, suprimidas ou interligadas. O entrevistador objetivou evitar interromper ou direcionar as falas dos entrevistados, buscando conter o entendimento prévio sobre o tema e, por conseguinte, influenciar as falas.

Terminadas as entrevistas, este pesquisador ouviu novamente as gravações e, posteriormente, transcreveu as partes mais significantes para o tema em questão. Em seguida foi iniciado o processo de codificação defendido por Charmaz (2000), que o divide em codificação inicial e codificação focalizada. Finalizando o processo foram identificadas a categoria central e as categorias vinculadas que emergiram, sendo respondida a questão sobre a causa principal dos homicídios em Salvador e substanciada a teoria substantiva resultante desta pesquisa.

Quadro 12 - Entrevista 01

<b>Entrevista com um Oficial da Polícia Militar da Bahia que trabalhou em quatro unidades operacionais diferentes da capital baiana, denominado Entrevistado 01.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 01</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
<p>Minha visão é de um oficial que trabalhou em quatro unidades diferentes em Salvador, mas que percebeu que a violência, as mortes letais nessas regiões da capital, ela vem crescendo exponencialmente. Os fatores são conhecidos, a falta de emprego, afastamento das escolas, afastamento da orientação do lar, pois os pais muitas vezes precisam trabalhar dobrado [...]</p>	<p>Reconhecendo a experiência profissional;</p> <p>Identificando o crescimento da violência em Salvador pelo indicador “mortes violentas”;</p> <p>Identificando causas da violência;</p>
<p>O que fez ela passar tão mal foi saber que os filhos dela teriam assinado um acordo com a morte a partir do momento deles terem se envolvido com a droga, tudo que ela sempre tentou evitar na vida, ao trabalhar dobrado e ainda estudar [...]</p>	<p>Correlacionando o envolvimento de jovens com as drogas e os homicídios;</p>
<p>Não faltava o <i>danone</i> do filho no período que ele tomava o <i>danone</i>, não faltava o leite, não faltava nada, mas a presença dela realmente ela não poderia dar [...]</p> <p>E ele na droga... Toda essa conjunção do mundo através de mídias e redes sociais, aí os jovens hoje querem ter tudo que o mundo oferece, mesmo que para isso ele precise se prostituir, ele precise roubar e traficar [...]</p>	<p>Reconhecendo a provisão oferecida pela mãe ao filho, excetuando-se a presença;</p> <p>Identificando o consumismo difundido pela mídia como fator de causa da inserção dos jovens nas atividades criminosas;</p>
<p>O tráfico de drogas... ele é muito estimulante (aspecto financeiro) [...]</p> <p>O entendimento do por que a criminalidade acontece pelo tráfico de drogas em sua maior parte...</p> <p>Eu arrisco dizer 99,99% de todas as mortes acontecidas hoje na capital baiana e na maioria de seus interiores, salvo algumas raras exceções de crimes “de mando” por disputas de terras, ou “agiotagem” [...] o restante todo dos crimes é do tráfico de drogas, sem dúvida nenhuma. [...]</p>	<p>Aferindo um fator financeiro estimulante ao tráfico de entorpecentes;</p> <p>Identificando o tráfico de drogas como principal causa para as mortes violentas em Salvador;</p> <p>Reconhecendo algumas raras exceções de crimes desvinculados ao narcotráfico;</p>
<p>Eu não tenho dúvida, gostaria de tê-las pra buscar um outro remédio, mas não tenho, e por que? Porque esse remédio envolve toda uma estrutura governamental[...] Há um envolvimento muito grande da sociedade hoje com o tráfico de drogas, ela não tem, ela não tem raça, ela não tem ideologia e muito menos ela não tem a influência direta tão somente do poder econômico, ou seja, estão todos envolvidos [...]</p>	<p>Explicando que possíveis soluções para a criminalidade perpassariam por uma ação governamental multidimensional;</p> <p>Englobando todos os setores da sociedade com o tráfico de drogas;</p>
<p>Antigamente, nessas escadarias, agente via... eu</p>	<p>Apontando uma modificação do</p>

<b>Entrevista com um Oficial da Polícia Militar da Bahia que trabalhou em quatro unidades operacionais diferentes da capital baiana, denominado Entrevistado 01.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 01</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
descia as escadarias e via: vende-se geladinho... picolé, abafabanca [...] e hoje continua, mas são senhores, senhoras que vendem droga... em vez de ser geladinho, são drogas [...] vendem drogas para se sustentar ou para alimentar um ego de consumismo, para comprar um tênis de marca, frequentar bons lugares[...]	comércio informal nos bairros vulneráveis da cidade, sendo a venda de drogas a substituta de outros produtos;  Admitindo a venda de entorpecentes como sustento ou para alimentar o consumismo;
E a nossa justiça, com a criação do instituto da audiência de custódia[...] que é tão somente para esvaziar os presídios, mas não está resolvendo o problema, muito pelo contrário, o que é que fizeram... estimulou esse cidadão a cometer delitos, porque ele sabe que vai ser solto [...] nós prendemos hoje pessoas com quantidade de droga absurda, 1 kilo, 500g, com dinheiro que mostra que é do tráfico, com várias outras entradas anteriores pelo mesmo delito, mesmo crime, outros por homicídios, com armas raspadas, armas de uso restrito, que cidadão nenhum poderia adquirir de forma legal, e são soltos 24 horas depois do cometimento do delito [...] o crime está estimulado, a droga, ela realmente faz dinheiro, e rápido, e como não o homicídio ser parte, ou ser diretamente influenciado pelo tráfico? Ora é um comércio, esse comércio precisa que tenha um consumidor e um vendedor, e pra isso tem que ter um pagamento, o não pagamento da droga não pode ser reclamado de forma legal, ou seja, o cara não pode prestar queixa em Delegacia, pra cobrar pela dívida, não pode ir pra justiça... então como é que um criminoso, um traficante, como é que ele mantém o seu negócio rentável e lucrativo? Matando, irmão... Perdeu-se o direito ao bem máximo, a vida, porque nós abrimos mão disso, os legisladores abriram mão disso... então hoje a vida não vale mais nada, é tão simples matar como nascer, e o direito de matar foi estendido a tomo mundo, se é que alguém tem esse direito [...]	Identificando as audiências de custódia como um incentivo ao cometimento de delitos pela sensação de impunidade causada;  Demonstrando um sentimento de injustiça decorrente de liberações de pessoas presas com drogas, armas e dinheiro relacionado ao tráfico nas audiências de custódia;  Identificando a sensação de impunidade decorrente das audiências de custódia como estímulo ao cometimento de crimes;  Classificando o narcotráfico como um comércio;  Relacionando as dívidas não quitadas do narcotráfico com homicídios;  Reconhecendo a desvalorização da vida e a disseminação do “direito de matar”.
Quando nós apreendemos a droga do traficante, e essa droga é uma quantidade específica... Ele não tem dinheiro, aí ele vai para arrombamento de caixas eletrônicos, explosões de caixas eletrônicos, assaltos a carro forte, a bancos, a instituições e assaltos de forma geral, a carros, a veículos[...]	Relacionando a contenção do narcotráfico como causa de outros crimes;
Existe uma carência de área de lazer em nossa capital [...] Nós temos praia... Ai vem os paredões, e o que são os paredões? São carros comuns totalmente	Identificando os “paredões” no subúrbio e nos bairros vulneráveis de Salvador como locais de comércio de

<b>Entrevista com um Oficial da Polícia Militar da Bahia que trabalhou em quatro unidades operacionais diferentes da capital baiana, denominado Entrevistado 01.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 01</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
adaptados, com sons pesados [...] E que se juntam em vários bairros a partir da sexta-feira à noite, sábado e domingo. Um inferno. Em todo o subúrbio da capital baiana, como em todos os bairros periféricos [...] são shows mecânicos produzidos por esses carros [...] Mas por que as mortes? Não é a bebida, a bebida é o que maqueia [...] mas na verdade tá todo mundo consumindo droga. Ali é onde está a venda pesada de drogas nos finais de semana em todos os bairros populares da capital baiana [...]	drogas nos finais de semana;
O tráfico lá (bairros nobres) também acontece, mas de forma calma, nos banheiros dos restaurantes de luxo. Mas não há crime, porque ali é um consumo mais elitizado, as pessoas estão em suas boates, em seus restaurantes de luxo. Já nos paredões existem as rixas, existem as dívidas, e tudo é cobrado ali mesmo, ali é um balcão de negócios, mas também um balcão de execução.	Explicando as diferenças do tráfico de drogas entre os bairros nobres e periféricos;  Apontando os “paredões” como local de narcotráfico e de mortes violentas.
Acontece (os homicídios) principalmente às sextas à noite, sábados e domingos [...] a maioria dos profissionais de segurança pública, Delegacias e serviço de inteligência, têm uma atividade administrativa, que funciona de segunda a sexta [...] e já extrapola a carga horária [...] no final de semana seria extra, mas o estado está quebrado, não tem como ele pagar pra ter o mesmo efetivo ordinário da semana no final de semana [...] esse é o grande fator, a diminuição da fiscalização em todos os órgãos, a justiça para no final de semana, o fórum não abre [...] só tem uma central de flagrantes, e ela não tem como atender [...]	Relacionando a diminuição da fiscalização das instituições estatais como causa dos homicídios nos finais de semana.
Infelizmente cada vez mais jovens [...] o estímulo social [...] todas essas propagandas de luxo, de facilitação [...] ele não quer aguardar o tempo para ter as coisas [...]	Identificando o consumismo propagado pela imprensa como estímulo para que o jovem seja inserido em atividades criminosas.
O que me preocupa é saber que o problema não está em Salvador, não está no nordeste, muito menos em um estado isoladamente, nem no Brasil, a questão da droga hoje domina o planeta terra [...]	Contextualizando o narcotráfico como um problema global.
Eu tenho três filhos... eu me preocupo muito, muito com a questão de como é que será o mundo para meus filhos... então não é cinco anos que me preocupa... até porque em cinco anos não vai haver melhora nenhuma, isso eu tenho certeza, eu só me	Demonstrando um prognóstico de preocupação com o cenário da criminalidade em Salvador num futuro próximo.



<b>Entrevista com um Oficial da Polícia Militar da Bahia que trabalhou em quatro unidades operacionais diferentes da capital baiana, denominado Entrevistado 01.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 01</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
preocupado que não piore [...] nós não temos mundo nenhum para deixar, nós temos violência [...]	

Fonte: Elaboração do autor desta dissertação (2017).

O processo de codificação decorrente da análise da fala do Entrevistado 01 possibilita a conclusão de que há um crescimento da violência em Salvador percebida pelo indicador “mortes violentas”. A principal causa dos homicídios na capital baiana decorre do narcotráfico, que também está relacionado com o cometimento de outros crimes, como os roubos. Assim, as dívidas originadas do comércio ilegal das drogas, e não quitadas, são respondidas com homicídios. Ademais, uma contenção do tráfico de entorpecentes por uma ação policial conduz o traficante a praticar roubos para amenizar as perdas financeiras, podendo-se concluir que o narcotráfico é uma centralidade para o entendimento da criminalidade em Salvador.

O que explica a inserção de jovens no narcotráfico e, por conseguinte, como principais vítimas dos homicídios é a sensibilização decorrente da propagação do consumismo pela imprensa, que estimula a aquisição de bens e serviços inalcançáveis para camadas menos favorecidas da sociedade e a ausência do acompanhamento familiar, ausência explicada pela necessidade de longas jornadas de trabalho e estudo pelos responsáveis pela criação desses jovens. Somam-se a este contexto as configurações familiares incapazes de propiciar a devida orientação aos filhos, como famílias que não dispõem da presença paterna cotidiana, por exemplo.

Os ganhos financeiros significativos e rápidos provenientes do narcotráfico foram mencionados como um estímulo à inserção nesta atividade criminoso. Soma-se, neste cenário, uma sensação de impunidade que se origina de liberações de pessoas presas com materiais ligados ao tráfico vinte e quatro horas após a sua prisão, nas audiências de custódia. Essas audiências apresentam os fatos inerentes à prisão a um Juiz que avalia as circunstâncias em questão e delibera pela liberação ou manutenção do preso. A fala do entrevistado permite aferir que há um número significativo de liberações.

O número expressivo de homicídios contextualiza e explica uma desvalorização da vida, ceifada pelas mais diversas razões decorrentes do narcotráfico, proporcionando uma sensação de que haveria um “direito de matar”. Os jovens são as principais vítimas.

O entrevistado 01 explicou que também há o tráfico de entorpecentes nos bairros nobres de Salvador, relatando, contudo, diferenças no que se refere à forma e aos locais de venda em relação aos bairros vulneráveis da cidade, denotando um *status* decorrente do consumo de drogas.

Acrescenta que a explicação para que a maior parte dos homicídios ocorra nos finais de semana pauta-se na diminuição da fiscalização das instituições estatais nesses dias, pois parte significativa de seus efetivos labora de segunda à sexta, pelo dia. O trabalho nos finais de semana dependeria de investimentos em horas extras, que no atual cenário de crise econômica não vem ocorrendo. Finalizando a entrevista, foi demonstrando um prognóstico de preocupação com o cenário da criminalidade em Salvador num futuro próximo.

Quadro 13 - Entrevista 02

<b>Entrevista com um líder comunitário de um bairro que apresenta índices consideráveis de violência, denominado Entrevistado 02. O entrevistado figura como líder comunitário de bairros de Salvador há 50 anos.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 02</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
Há uma deficiência muito grande de atenção às pessoas carentes das periferias [...] no momento em que se direcionar a atenção a essas pessoas, com atividades culturais, com educação, eu tenho certeza que vai melhorar a criminalidade.	Reconhecendo a mitigada atenção do poder público para as periferias da cidade.  Associando a ineficácia de políticas públicas às áreas carentes e a criminalidade.
A causa principal (para os homicídios) é a droga, e a droga, se os governantes quiserem, pode não acabar, mas diminui bastante a criminalidade [...]  E o desemprego (segunda causa) [...]	Identificando o tráfico de entorpecentes como a principal causa dos homicídios na cidade;  Atribuindo responsabilidade aos poderes públicos para os índices criminais.
A criminalidade não é só aqui em Salvador, é em todo o Brasil [...]	Identificando a criminalidade como uma preocupação em todo o país.
Porque cresceram vários pontos de drogas, e aí começa a disputa, um quer vender mais, outros querem trazer mais as pessoas desempregadas para o seu lado... aquelas pessoas que aprenderam a fumar e não tem dinheiro para pagar eles vão lá e mandam matar, aqueles que vendem também e não devolvem o dinheiro eles mandam matar, e fica uma briga entre facções [...]	Estabelecendo uma relação de causa e efeito entre o tráfico de entorpecentes e os homicídios em Salvador.
Eu acredito que através do tráfico de drogas vêm muitas outras coisas, vêm os assaltos a banco, vêm	Estabelecendo uma relação de causa e efeito entre o tráfico de entorpecentes e

<b>Entrevista com um líder comunitário de um bairro que apresenta índices consideráveis de violência, denominado Entrevistado 02. O entrevistado figura como líder comunitário de bairros de Salvador há 50 anos.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 02</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
os assaltos à mão armada, aos veículos, assaltos nas casas lotéricas [...] é no banco, é nas pessoas, é no ônibus, enfim, tudo isso é provocado pelo próprio tráfico porque eles não tem o dinheiro, quando eles não conseguem vender os produtos eles começam a usar o assalto [...]	outros crimes, principalmente roubos, em Salvador.
Porque acabar é difícil (o tráfico de drogas), já está tão entranhado dentro da sociedade que acabar é difícil, mas não é impossível [...]	Reconhecendo o estabelecimento do tráfico de entorpecentes em toda a sociedade.
[...] É a falta do emprego, é a falta de atenção maior dos poderes públicos nessas áreas, nas baixadas, nas periferias, porque ali o pai de família sai desempregado à procura do emprego e, quando chega não encontra o emprego e acha uma pessoa que tem influência no tráfico e convida para ele conviver naquele meio e daí começa, aquela pessoa que poderia ser um pai de família honesto, um homem de bem, ele passa a ser um traficante, um assassino, um criminoso.	Relacionando carências socioeconômicas com a inserção no tráfico de drogas.
À noite e nos finais de semana porque (ocorrência da maior parte dos homicídios) as atividades culturais, que eu chamo de festas, o paredão [...] uma facção junta com a outra para aproveitar o momento que tem pessoas presentes para poder passar, vender, a sua droga, e aí começa a desavença, e aí vem a troca de tiro e termina na morte de algumas [...]	Identificando a ocorrência de festas, principalmente “paredões”, como causa da maior parte dos homicídios ocorrer à noite e nos finais de semana.
Porque esses jovens já cresceram ali nessa situação difícil, nem o pai nem a mãe tiveram condições para oferecer [...] no momento em que ele encontra aquelas pessoas com influência no tráfico, na droga, eles vão pra lá, começam a ter algumas vantagens, coisas melhores [...] avança no que não pode e termina na morte.	Relacionando carências socioeconômicas com a inserção de jovens no tráfico de drogas.
[...] Não é no meio da droga, não é meio do tráfico que ele vai vencer na vida, que ele vai ser um homem de bem [...]	Desqualificando o narcotráfico como forma de consolidação social.

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

A fala do entrevistado 02 sinaliza o tráfico de entorpecentes como a principal causa dos homicídios em Salvador, além de representar uma relação de causa com a ocorrência de outros crimes, principalmente roubos. Foi associada à ineficácia dos poderes públicos aos

índices criminais preocupantes em áreas caracterizadas por carências socioeconômicas da cidade.

O Entrevistado 02 reconheceu o estabelecimento do narcotráfico em toda a sociedade, além de ter posicionado a criminalidade como uma preocupação nacional. A ocorrência de festas, sobretudo “paredões”, explicariam os motivos para o maior quantitativo de homicídios serem registrados aos finais de semana, principalmente à noite, porque nesses eventos ocorre o comércio dos entorpecentes e se manifestam disputas, cobranças de dívidas e a concorrência pelo território. Associa a inserção dos jovens em atividades criminosas às dificuldades de aquisição de bens e serviços estimulados pelo consumismo vigente e aos incentivos financeiros oferecidos pelo tráfico, que prometem uma ascensão social. Finaliza desqualificando o narcotráfico como uma forma de consolidação social.

Quadro 14 - Entrevista 03

<b>Entrevista com um presidente de um sindicato que representa trabalhadores em todo o estado da Bahia e que está sediado em Salvador. O entrevistado tem três anos nesta função e foi denominado Entrevistado 03.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 03</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
[...] Agente percebe que o motivo principal é o tráfico de drogas, esse com certeza é o fator número um, que tem feito que esses números tenham aumentado e infelizmente parece que vai aumentar muito mais.	Identificando o narcotráfico como principal causa para os homicídios de Salvador;  Reconhecendo o aumento dos índices criminais e a tendência de piora do cenário.
[...] Devido o número excessivo de drogas, do jovem não ter muitas atividades, infelizmente em nosso país os nossos governantes não dão a devida atenção aos jovens [...] o uso da droga que é feito de forma aleatória nos bairros mais periféricos [...] a tendência é, de fato, o jovem usar as drogas, estarem sujeitos a várias situações de perigo [...] agente não sabe onde vai parar o nosso país, porque não é só o estado da Bahia, é o nosso país.	Associando a ação governamental com a inserção de jovens no tráfico de entorpecentes nos bairros carentes;  Reconhecendo que os jovens participantes do tráfico de drogas estão sujeitos a situações de perigo;  Ampliando a preocupação com a segurança para todo o país.
A droga, quando aquele consumidor não tem com que pagar [...] ele diretamente impulsiona aquele consumidor pra ir roubar [...] a droga traz essas consequências, não só as mortes, agressões ocorrem no dia a dia, nos ônibus, becos e vielas [...]	Identificando uma relação entre o narcotráfico e a ocorrência de outros crimes.
A legislação brasileira favorece, ela foi praticamente criada para defender mais a bandidagem, a criminalidade do que a sociedade em si, porque agente vê a sociedade refém das políticas que	Identificando a legislação brasileira como fator gerador da sensação de impunidade.

<b>Entrevista com um presidente de um sindicato que representa trabalhadores em todo o estado da Bahia e que está sediado em Salvador. O entrevistado tem três anos nesta função e foi denominado Entrevistado 03.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 03</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
totalmente trazem a impunidade [...]	
[...] A vida hoje não tem valor, a verdade é essa [...]	Reconhecendo a perda do valor da vida decorrente dos significantes índices de homicídios.
[...] A topografia do nosso estado é complicada, muitos becos e vielas [...]	Identificando a topografia de áreas específicas do estado como fator dificultador da fiscalização policial.
[...] Muitos são conduzidos ao crime pela condição socioeconômica [...]	Relacionando carências socioeconômicas com a inserção em atividades criminosas.
[...] Hoje a violência é do jovem contra o jovem, você pode observar que hoje é o jovem que mata outro jovem. Primeiro, uma coisa que falta aí é a família, você percebe que a família hoje é uma estrutura falida [...]	Identificando o jovem como principal autor e vítima da violência na cidade; Qualificando a família, atualmente, como uma instituição ineficaz para proteger os jovens da inserção na criminalidade.
Um colega, em menos de três meses, ele foi abordado pelo traficante, que alegava que a polícia tinha usado essa farda (o uniforme da empresa num suposto trabalho disfarçado) [...] dizendo que ia matar, fazendo aquela tortura psicológica [...] quando acontece isso agente suspende toda atividade daquele local [...]	Identificando o domínio territorial de traficantes em áreas específicas da cidade.
[...] O tráfico queria saber quem foi, provavelmente para dar um corretivo nele [...] todo mundo sabe que o tráfico não quer a polícia próximo, quer a polícia bem longe [...]	Identificando ações violentas do narcotráfico como forma de consolidação de intenções; Reconhecendo ações específicas do tráfico de drogas para tentar não chamar a atenção da polícia.
[...] Hoje os trabalhadores estão sujeitos à violência, ao tráfico de drogas.	Estabelecendo uma vulnerabilidade dos trabalhadores às ações do narcotráfico.
Rapaz, a criminalidade está de assustar, hoje agente sai e não sabe se vai voltar, literalmente mesmo [...] aumentou muito a violência e, pela forma que vai ainda vai aumentar muito mais [...] está aumentando assustadoramente	Demonstrando um temor ao cenário da insegurança na cidade; Elaborando um prognóstico de tendência de aumento dos índices criminais.

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

O Entrevistado 03 identificou o narcotráfico como a principal causa para a ocorrência dos homicídios em Salvador, além de ser a explicação para o cometimento de outros crimes na cidade. Identificou uma sensação de piora do cenário de insegurança, estabelecendo uma tendência de agravamento do quadro. Estabeleceu ainda uma relação de domínio de áreas específicas da cidade pelo narcotráfico, sendo inclusive, em determinadas circunstâncias, suspensas atividades rotineiras pela determinação de seus líderes.

Associou a ineficiência governamental como fator incentivador para a inserção de jovens nas atividades criminosas nos bairros carentes de Salvador. Chama a atenção para o reconhecimento de que os jovens envolvidos com o narcotráfico estão sujeitos a perigos, sendo estes jovens os autores e as vítimas da violência no cenário atual. A família, neste contexto, é qualificada como uma instituição ineficaz para proteger os jovens das investidas do tráfico de drogas.

Finaliza a entrevista ampliando a preocupação com a segurança para todo o país, demonstrando um temor ao cenário de insegurança na cidade de Salvador e elaborando um prognóstico de piora do citado contexto, pessimista no que se refere aos índices criminais.

Quadro 15 - Entrevista 04

<b>Entrevista com um morador de Peripei a mais de 35 anos, um dos bairros do Subúrbio de Salvador. Foi denominado Entrevistado 04.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 04</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
Eu acredito que (razão para o aumento dos homicídios em Salvador) pelo numero de traficantes ter aumentado, antes eram poucos, agora dividiu bastante... mas outras e outras facções estão sempre tentando tomar esse poder dele, então é uma situação muito difícil para o poder público poder resolver, é uma questão de segurança pública e poder público [...]	Associando a pulverização do número de traficantes de drogas e a consequente disputa por mercado e territórios aos homicídios registrados em Salvador.
(disputas entre gangues de rua)... Isso aí já é um fato normal no Subúrbio, as pessoas andam aterrorizadas. Ontem a minha mãe saiu para caminhar, e ela nem tem esse hábito, e ontem, já que a minha tia está sempre caminhando, chamou ela para caminhar, e aí, nesse momento, porque não tem horário para isso acontecer, por volta das seis horas da manhã, o pessoal da facção apareceu lá dando tiro pra cima, dizendo que eles que mandavam, quer dizer, um corre-corre, então minha mãe teve que correr, a minha tia teve que correr também, quer dizer, até	Identificando as disputas por território e mercado das gangues de rua como uma situação comum no Subúrbio de Salvador;  Reconhecendo um clima de insegurança pública, independente de horário;  Identificando um controle de uma gangue de rua sobre um dado território.

<b>Entrevista com um morador de Peripei a mais de 35 anos, um dos bairros do Subúrbio de Salvador. Foi denominado Entrevistado 04.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 04</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
uma pessoa buscando ter qualidade de vida melhor [...] uma insegurança independente do horário.	
As festas de finais de semana [...] <i>agente</i> pode observar que aumenta a quantidade de homicídios, eles (gângues de rua) numa busca desenfreada para buscar recursos para poder comprar as drogas, o que é que acontece, aumenta a quantidade de assaltos, aumenta a quantidade de homicídios [...] ele pode estar roubando um policial, ele pode estar roubando uma pessoa armada, aí pode haver o revide [...]	Associando o aumento de homicídios nos finais de semana à realização de festas;  Relacionando a busca por recursos para a compra de entorpecentes à ocorrência de roubos e ao aumento de homicídios.
Muitas vezes eles (os jovens) são absorvidos pelo tráfico, essa ostentação que eu acredito que até a imprensa mesmo, as músicas, influenciam isso <i>né</i> [...] eles são muito seduzidos por essa ostentação que criaram aí.	Associando a inserção dos jovens no narcotráfico ao consumismo fomentado pela imprensa e pelas manifestações musicais.
Tudo devido à droga, tudo devido à droga [...] essa quantidade de drogas que aumenta no final de semana, a quantidade de festas, de pessoas, de paredões [...] então isso aí influencia bastante e aumenta a quantidade (de homicídios) nos finais de semana.	Identificando o narcotráfico como principal motivo para a ocorrência de homicídios, e as festas nos finais de semana - principalmente “paredões” - como fomento ao tráfico de drogas.
[...] Eles são sempre seduzidos por esse prazer, por essa ostentação de uso de drogas. Eu já tive colegas que trabalharam a semana toda como pedreiro pra receber duzentos reais, trezentos reais no final da semana e gastar tudo isso de cocaína. Eles acham bonito isso, eu acho que nem é pelo fato de querer usar, mas porque ele acha bonito porque o barão, o pessoal da Pituba, de tal bairro, eles usam também, então eles admiram isso [...] eles acham que isso é uma questão de poder [...]	Apontando o uso de entorpecentes como busca de ostentação e poder.
Então hoje é bem mais fácil ele tá roubando ali, tentar a sorte do roubo, porque se pegarem ele ali, se ele der sorte e ele não trocar tiro e for preso, ele sabe que amanhã ele está solto, então isso favorece bastante essa criminalidade.	Associando a ação criminosa com a sensação de impunidade;  Identificando a ação repressiva da polícia como único temor de um criminoso.
É difícil imaginar ela (Salvador) diferente, é muito difícil imaginar ela diferente, mas nesse contexto que se encontra hoje com certeza, com certeza daqui a cinco anos vai estar bem pior. Hoje já está difícil sair de casa [...] imagine daqui a cinco anos [...] essa juventude de hoje é uma juventude que pensa diferente, ela não pensa, ela quer ter renda, ela quer	Projetando um cenário de tendência de aumento da criminalidade para Salvador;  Identificando a busca do jovem por renda e ostentação como fatores motivadores para a sua inserção no

<b>Entrevista com um morador de Peripei a mais de 35 anos, um dos bairros do Subúrbio de Salvador. Foi denominado Entrevistado 04.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 04</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
ter poder de compra, não importa como for [...] o jovem hoje quer ostentar [...] então a tendência é de piorar.	crime.

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2017).

O processo de codificação da fala do Entrevistado 04 permite a aferição de que há a posse de territórios por parte de gangues de rua e que são comuns, no Subúrbio de Salvador, as disputas por territórios e mercados de consumo de entorpecentes. Esse cenário explica a razão dos homicídios e gera uma sensação de insegurança pública.

As festas, principalmente os “paredões”, são ocasiões em que o narcotráfico ocorre, consubstanciando-se numa oportunidade de compra e venda de entorpecentes, sendo fatores propulsores de violência e, por conseguinte, de homicídios. O Entrevistado 04 ainda associou o tráfico de entorpecentes à ocorrência de outros crimes, principalmente roubos.

A inserção dos jovens no narcotráfico foi associada ao consumismo fomentado pela imprensa e por determinadas manifestações musicais, que buscam incentivar o uso de entorpecentes. Dessa forma, o uso de drogas, também comum entre pessoas mais abastadas da cidade, suplanta uma busca por prazer, ela se manifesta como uma forma de ostentação e demonstração de poder.

A sensação de impunidade decorrente do sistema penal vigente se configura como um fator motivador para a ação criminosa, sendo a atuação policial repressiva e a atuação violenta de outras gangues - em busca de domínio de mercado e território - as formas de contenção da violência. Por fim, a projeção do Entrevistado 04 é de aumento da criminalidade na cidade.



Quadro 16 - Entrevista 05

<b>Entrevista com um Delegado da Polícia Civil com reconhecida experiência em investigação de homicídios em Salvador. Foi denominado Entrevistado 05.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 05</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
<p>[...] Salvador é praticamente a terceira cidade do país, uma cidade com mais de três milhões de habitantes, que contém mais de cento e sessenta bairros. Em muitos desses bairros a população é bem superior que a maioria das cidades que nós temos no estado, são bairros bem populosos, com uma incrível densidade demográfica [...] Há uma diferença muito latente das motivações, da vocação criminal que cada um desses bairros ou regiões se apresenta em Salvador [...]</p>	<p>Caracterizando o porte de Salvador em relação à população da cidade e a densidade demográfica de alguns bairros;</p> <p>Expondo as diferenças de perfis criminais dos bairros de Salvador;</p>
<p>Mas o interessante é que dos cento e sessenta enormes bairros de Salvador, em muitos deles, praticamente metade dos bairros, agente passa o ano todo sem um crime violento e derivado do tráfico de drogas. Há uma concentração em poucos bairros, numa quantidade inferior de bairros onde está presente uma quantidade maior de mortes violentas.</p>	<p>Enfatizando a concentração de crimes em poucos bairros da cidade;</p>
<p>O número é expressivo, realmente (de homicídios), mas é porque a cidade é muito populosa e com diferenças sociais também muito características.</p>	<p>Reconhecendo o número de homicídios expressivo da cidade e correlacionando este fato à considerável população e às diferenças sociais de Salvador;</p>
<p>Nessa Análise Criminal é importante, nessa modalidade criminosa, analisar o que levam esses autores a praticarem esses crimes, quais seriam essas motivações [...] agente vê um número muito grande da variável tráfico de drogas presente. O crime de homicídio hoje passou a ser um crime meio que é arquitetado por organizações criminosas, quadrilhas, organizadas ou desorganizadas, mas que para levarem a cabo as suas intenções criminosas acabam praticando crimes. Eles adquiriram essa <i>expertise</i> de impor o terror, o medo nas comunidades, exploram as suas atividades [...] e também agente verifica, muitas vezes, rivalidade, de fato, de organizações criminosas que se fazem presentes aqui na capital.</p>	<p>Enfatizando a importância da análise das motivações criminais em Salvador;</p> <p>Relacionando o crime de homicídio com o narcotráfico e o posicionando como um meio arquitetado pelas organizações criminosas para atingir os seus objetivos.</p> <p>Caracterizando as práticas de imposição do medo das gangues de rua nas comunidades;</p> <p>Reconhecendo a rivalidade entre gangues de rua em Salvador.</p>
<p>A dinâmica nesse período se alterou um pouco. Em 2012 já tinha a presença de uma organização criminosa, que é mais antiga, basicamente agente via duas organizações criminosas mais organizadas. Nesse período surgiram outras duas, a organização mais antiga é a Comissão da Paz, a CP, nos idos de 2012 tínhamos a Caveira, ao longo do tempo veio aparecer uma terceira organização denominada Katiara, essa originária do interior e que veio</p>	<p>Caracterizando as principais gangues de rua identificadas em Salvador;</p>

<b>Entrevista com um Delegado da Polícia Civil com reconhecida experiência em investigação de homicídios em Salvador. Foi denominado Entrevistado 05.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 05</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
expandir as suas atividades aqui na capital, e mais recente uma outra organização, inicialmente com ações muito violentas, e na tentativa de tomada de territórios para expansão dos negócios, que foi o Bonde do Maluco, o BDM.	
Geralmente essas vítimas (de homicídios) já tem de certa forma alguma passagem criminal, ou já foram presas ou conduzidas ou são objetos de investigação.	Caracterizando a maioria das vítimas de homicídios em Salvador como pessoas com passagem no crime;
Existem também outras motivações (para os homicídios), circunstâncias passionais, desagregação familiar, brigas ocorridas aos finais de semana. Nos finais de semana em Salvador realmente há uma movimentação muito grande, com as pessoas em busca de lazer, acabam abusando da ingestão de bebida alcoólica ou de outras substâncias, que vêm ocasionar reflexos nos índices criminais.	Identificando outras motivações para a prática de homicídios;  Identificando motivos para o cometimento de homicídios em maior quantidade nos finais de semana;
Então hoje agente vê quadrilhas cuja atividade principal é o tráfico de drogas, mas que também não se limitam a pratica dessa modalidade, mas também praticam roubos, crimes contra o patrimônio, alguns deles contra instituições financeiras [...]	Identificando outras práticas criminais para as organizações envolvidas com o narcotráfico;
Eles agem de forma violenta até mesmo contra os próprios integrantes, para servir de exemplo, para que haja disciplina dentro daquela organização [...]	Identificando o emprego da violência como forma de imposição de poder e obediência entre os integrantes das gangues de rua;
Agente verifica que, com as prisões, com as devidas responsabilizações, elucidações e esclarecimentos dos fatos, que ao levarmos autores de crimes violentos à justiça, e quando esses são condenados e passam a cumprir a pena agente percebe uma redução de índices de violência nessas localidades [...] As próprias organizações criminosas que operam nesses bairros, quando verificam que realmente existe uma repressão [...] eles passam a ordenar para que não mais se tire a vida [...] antigamente a pessoa que devia a droga pagava com a vida, hoje em dia não, a quadrilha ao invés de matar na comunidade e chamar a atenção das organizações policiais, o que viria a comprometer as atividades criminosas, eles passam a cortar o crédito daquela pessoa, e aquela pessoa não pode mais adquirir droga [...]	Associando a redução criminal em localidades de Salvador às condenações judiciais;  Identificando uma modificação de atuação das gangues de rua em que o crime de homicídio como punição vem sendo substituído por outras punições, intencionando não chamar a atenção das organizações criminais;  Associando a atividade repressiva da polícia com a modificação da atuação das gangues de rua;
Um tema polêmico [...] que vem causando discórdias, são as audiências de custódia. Então hoje	Associando as audiências de custódias com a potencialização da sensação de

<b>Entrevista com um Delegado da Polícia Civil com reconhecida experiência em investigação de homicídios em Salvador. Foi denominado Entrevistado 05.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 05</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
em dia, principalmente nos crimes tidos como não tão graves, sobretudo naqueles crimes patrimoniais [...] estão sendo postas em liberdade [...] Isso implica num aumento da criminalidade [...]	impunidade, ocasionando no aumento da criminalidade;
É preciso realmente um aprimoramento, uma modernização da nossa legislação, principalmente a legislação processual penal, para que as ações penais também possam se desenvolver e serem concluídas de uma forma bem mais célere [...] Por ano as instituições policiais elucidam centenas de crimes [...] mas o número de julgamentos não acompanham [...]	Identificando a legislação processual penal brasileira como desatualizada e a associando à lentidão da justiça;  Identificando uma distorção entre o número de crimes elucidados e o número de julgamentos por ano;
Existem também em muitos bairros, bairros com vulnerabilidades socioeconômicas, que os jovens também acabam cooptados pelo crime, agente percebe cada vez mais jovens, crianças e adolescentes, envolvidas no mundo do crime [...] ele (jovem) sofre esse assédio muito cedo, se não tiver uma estrutura familiar muito sólida, com colégio, atividades de lazer [...] e esses bairros são mais propícios a isso, quanto mais afastados do aparelhamento estatal, onde há uma concentração cada vez maior de jovens ociosos, sem ocupação com a educação, e onde há uma desestruturação familiar mais presente [...] é um público que fica vulnerável [...]	Aferindo a presença crescente de jovens no crime;  Identificando a desestruturação familiar, as dificuldades de acesso à educação formal e ao lazer, e a vida em bairros mais afastados do aparelhamento estatal como causas da inserção de jovens em atividades criminosas;
Cada vez mais o indivíduo envolvido com o crime é mais jovem. É muito difícil hoje agente visualizar um criminoso com trinta, trinta e cinco anos de idade. Um criminoso com vinte e cinco anos de idade já é um veterano no crime.	Caracterizando o indivíduo envolvido em práticas criminosas como cada vez mais jovem;
Além da questão penal, que passa a punir de forma mais severa quem tem mais de dezoito anos de idade, então já tem uma procura natural das quadrilhas para recrutar pessoas mais jovens. As pessoas que tem mais idade estão em funções nas quadrilhas de uma importância maior, de uma gestão, de uma gerência [...] E as pessoas que eles recrutam para trabalharem no varejo são jovens [...] jovens de doze, treze anos com submetralhadora na mão, assaltando ou na entrada de um bairro fazendo a contenção [...]	Relacionando a questão penal à cooptação de jovens à atividade criminosa;  Identificando as funções nas quadrilhas em função da idade dos criminosos;
Tanto as vítimas como os autores desses crimes de homicídios são muito jovens. A maioria do sexo masculino, mas também não se pode dizer que exista uma quadrilha, uma organização que não tenha	Caracterizando como homens jovens a maioria das vítimas e dos autores dos crimes de homicídios;

<b>Entrevista com um Delegado da Polícia Civil com reconhecida experiência em investigação de homicídios em Salvador. Foi denominado Entrevistado 05.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 05</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
<p>mulheres. Já trabalhei em diversas investigações policiais [...] e em todas elas tinha a participação de mulheres. Agente também percebe que a polícia nunca prendeu tanto [...] muitas pessoas do sexo masculino vem sendo presas [...] na minha unidade houve de 2012 prá cá um salto anual de cento e poucas prisões para 834 em 2017 [...] vinculadas com homicídios [...] geralmente homens. Uma vez eles retirados de circulação, presos, acaba se utilizando da esposa, da companheira, da irmã ou da mãe [...] para dar continuidade e tentar se perpetuar a sua atividade criminosa [...] quando elas já não eram inseridas [...]</p>	<p>Identificando a participação de mulheres no narcotráfico;</p> <p>Reconhecendo o aumento das prisões de homens, em sua maioria, realizadas pela polícia e relacionadas ao narcotráfico;</p>
<p>Nem todos os crimes, também, tem como pano de fundo a questão do tráfico de drogas. Agente percebe também muitos crimes por motivação passional, outros crimes também em razão de circunstâncias de excesso de bebida alcoólica, desentendimento por conta disso, em áreas em que a concentração de pessoas é muito grande [...] Tudo isso acontece de uma forma mais intensa nos finais de semana [...] Em 2017, numa análise ao longo da semana, agente percebe que essa dinâmica se alterou muito [...] com uma incidência maior de crimes nos dias da semana, de segunda a sexta-feira, bem superior aos sábados e domingos [...] A análise da mancha criminal e as motivações do final de semana, as organizações de segurança pública já vem estudando, providências foram tomadas, intensificações e medidas preventivas e repressivas foram adotadas aos finais de semana [...] e acredito que por conta disso houve uma queda na incidência de crimes violentos nos finais de semana.</p>	<p>Identificando motivações para os homicídios diferentes do narcotráfico;</p> <p>Indicando que as motivações para os homicídios diferentes do narcotráfico ocorrem majoritariamente nos finais de semana;</p> <p>Associando a mudança da mancha criminal para dias de semana à intensificação da atividade policial aos finais de semana;</p>
<p>Agente percebe em muitos casos a desagregação familiar ou a falta de acompanhamento dos pais desses jovens, muitas vezes os pais são obrigados a trabalhar e a passar o dia inteiro fora. Isso compromete realmente na orientação desses jovens, quando também a família já vive numa ambiência, num meio desagregado, agente percebe muitos jovens que abandonam de forma precoce os estudos, muitos o grau de escolaridade não corresponde a sua idade [...] um dinamismo das organizações criminosas de convocarem os jovens justamente por conta do benefício legal, já que criminalmente eles só são responsabilizados a partir dos dezoito anos [...] a falta de opções de lazer em muitos bairros, a falta [...] eles passam a ter como referência aquelas</p>	<p>Identificando as causas da inserção dos jovens na atividade criminosa;</p> <p>Reconhecendo a referência dos criminosos para os jovens desprovidos</p>

<b>Entrevista com um Delegado da Polícia Civil com reconhecida experiência em investigação de homicídios em Salvador. Foi denominado Entrevistado 05.</b>	
<b>FALA DO ENTREVISTADO 05</b>	<b>CODIFICAÇÃO</b>
<p>peessoas que do ponto de vista deles passam a ser assediados, são pessoas que tem o respeito no bairro, em muitos bairros são os criminosos que têm o respeito, que tem o dinheiro, que tem o poder de fazer a aquisição de algum bem e acaba sendo atrativo para muitos desses que não têm realmente uma base familiar muito sólida e acabam se envolvendo com o mundo criminoso.</p>	<p>de uma base familiar e residentes em bairros com carências estruturais;</p>
<p>Que realmente agente tem que prestar atenção e olhar para o futuro é com relação ao sistema prisional [...] agente percebe hoje que o sistema prisional não consegue ressocializar [...] ainda que presos, muitos conseguem continuar a perpetuar e a emanar as suas ordens ao mundo externo, então o fato dele estar preso ou recolhido em cárcere não o limita de ser violento, quando não até agrava [...] particularmente eu já verifiquei muitas pessoas que passaram a ser muito mais violentas depois de recolhidas ao cárcere, depois de entrarem no sistema prisional do que quando fora, muitos não fazem nem questão mais de serem postos em liberdade, tamanha a liberdade que eles conseguem ter [...] não conseguem privá-lo da comunicação com o mundo externo, hoje em dia boa parte desses crimes que agente observa em Salvador [...] mas dizer aqui, a pesquisa apontou 6.664 mortes em Salvador entre 2012 e 2016, não tenha dúvida que grande parte desses crimes as ordens emanaram de pessoas que estavam recolhidas ao cárcere, de pessoas que já estavam presas [...]</p>	<p>Reconhecendo o insucesso do sistema prisional em ressocializar;</p> <p>Identificando que muitos presos conseguem emanar ordens ao mundo externo;</p> <p>Percebendo a intensificação da violência em pessoas presas;</p> <p>Admitindo que muitos presos não aspiram a liberdade em decorrência dos benefícios percebidos na prisão;</p> <p>Associando o mando de grande parte dos homicídios cometidos entre 2012 e 2016 a ordens emanadas por pessoas presas.</p>

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2018).

A codificação da fala do entrevistado de número 05 possibilitou aferir que Salvador é uma cidade extremamente populosa, com um alto índice de densidade demográfica em seus bairros. A manifestação criminal na cidade difere em conformidade com as suas regiões, sendo que em muitos bairros não são registrados homicídios em longos lapsos de tempo, sendo os crimes letais concentrados em um número reduzido de bairros, influenciados pelo narcotráfico e com latentes carências de infraestrutura. Bairros mais nobres sofrem um maior quantitativo de crimes contra o patrimônio, como roubos, por deterem os bens mais valiosos e chamativos da cidade.

O número de homicídios em Salvador, por ano, é elevado e relacionado principalmente à dinâmica das gangues de rua, organizadas ou não, envolvidas com o narcotráfico. Desta

forma, o homicídio é um meio para que essas gangues consigam impor as suas atividades, perpassando pela intenção evidente de instalar o medo e o terror nas comunidades que sofrem a sua atuação.

O entrevistado mapeou as quatro principais gangues de rua da cidade, sendo as duas mais antigas a “Comissão da Paz” e a “Caveira”; numa sequência cronológica surgiu a “Katiara” e, posteriormente, o “Bonde do Maluco”, caracterizada por ações de extrema violência. Identificou ainda que majoritariamente as vítimas de homicídios são pessoas que já sofriam investigação criminal ou que já haviam sido presas, ou seja, com forte envolvimento com o crime, sobretudo o narcotráfico.

O narcotráfico é a principal razão para a ocorrência dos homicídios em Salvador, mas foram identificadas outras importantes motivações para este crime, como razões passionais entre pessoas conhecidas, desentendimentos familiares e brigas nos finais de semana. Nestes, em Salvador, há uma importante busca por lazer que abarca a ingestão de bebidas alcoólicas, o uso de entorpecentes e a promoção de festas e “paredões”, que compõem um cenário propício para manifestações de violência.

Contudo, no ano de 2017 percebeu-se uma alteração desse cenário. O entrevistado enfatiza que tem se reduzido os índices de homicídios nos finais de semana e tem aumentado o quantitativo desses crimes ao longo da semana. As razões para esta redistribuição criminal decorreriam de uma intensificação policial nos dias e horários reconhecidamente com índices mais chamativos, derivando-se de uma análise do aparato estatal da mancha criminal.

Fica evidente, no processo de codificação, que integrar uma gangue de rua vinculada ao narcotráfico ou consumir entorpecentes é uma razão de *status* social na cidade. Nos bairros mais nobres o consumo de drogas é realizado de forma discreta e mais refinada, mas ocorre. O fato dos traficantes serem os mais abastados economicamente nos bairros pobres de Salvador e aqueles que detêm o poder, inclusive de determinar quem vai matar e quem vai morrer, ou se outros crimes devem ou não acontecer, desperta o desejo e a admiração de jovens oriundos de famílias pobres e desajustadas. Ademais, adolescente no Brasil, conforme prevê o ECA, não comete crime, e sim ato infracional. Este é um fator decisivo para a cooptação de jovens ao crime, para que estes assumam a posse de drogas e de armas diante de uma ação policial.

Outros fatores foram elencados para justificar a inserção de jovens na criminalidade, como famílias desajustadas, carência de lazer e ociosidade decorrente do êxodo escolar. Foi

evidenciado como perfil familiar desses jovens envolvidos com o crime a ausência de orientação dos responsáveis em bairros afastados do aparelhamento estatal, carentes. Seja pela ausência paterna, seja pela necessidade dos responsáveis terem que trabalhar durante o dia, esses jovens não recebem o acompanhamento necessário. Por vezes são famílias desajustadas, com latentes carências de toda ordem.

Desta forma, tanto as vítimas como os algozes dos homicídios são cada vez mais jovens. Um criminoso, segundo o entrevistado 05, com vinte e cinco anos de idade já é um veterano do crime. Outrossim, os criminosos mais experientes, com maior idade, normalmente assumem funções de liderança, de gerência nessas gangues, sendo responsáveis pela cooptação de jovens para as atividades criminais difusas.

As próprias manifestações culturais em bairros populares da cidade, como “paredões” e festas de largo, o tipo de música adotada, a exposição dos líderes das gangues de rua nestes eventos, com vestimentas características e demonstração de joias e mulheres, o comércio de drogas delineado e a violência manifestada caracterizam um cenário que posiciona a atividade criminosa como um *status* social e um desejo de conquista dos mais jovens, num ambiente que demonstra uma clara mudança dos valores éticos e morais.

A atuação das gangues de rua não se limita ao narcotráfico. Atuam também em roubos a instituições financeiras, a veículos e a pessoas, entre outros crimes. O emprego da violência também é adotado entre os próprios integrantes da gangue, como imposição de poder e garantia de obediência.

A atuação criminal nos bairros que sofrem influência das gangues de rua é controlada de forma parcial e difusa por estas. Se há uma atuação policial repressiva numa localidade que detém um número expressivo de crimes, as gangues podem determinar a mitigação desses crimes para não chamar a atenção da polícia e prejudicar a comercialização das drogas. Contudo, além da atuação das gangues mais conhecidas e organizadas, existe a atuação de grupos menores e desorganizados que visam se estruturar na criminalidade, influenciados e cooptados pela poder exercido e *status* demonstrado pelas gangues mais conhecidas. Estas podem cometer crimes como forma de tentar impor um poder ou conquistar um território já dominado por outra gangue.

Corroborar-se a argumentação supra pela mudança de atuação das gangues de rua em casos específicos para não chamar a atenção do aparato estatal de segurança pública. Desta forma, se uma dívida proveniente das drogas era punida com um homicídio outrora, já se

percebe o delineamento de outras punições, como o corte de crédito para a aquisição dos entorpecentes.

O entrevistado 05 enfatiza a sensação de impunidade existente argumentando os efeitos das audiências de custódia - que têm resultado na liberação de presos de crimes menos graves, sobretudo contra o patrimônio – e a necessidade de modernização do código de processo penal brasileiro, justificando a lentidão atual dos processos, que não acompanham o número de elucidações da polícia judiciária.

A maioria dos autores e das vítimas de homicídios são homens jovens, cada vez mais jovens. Contudo, foi evidenciada a participação crescente de mulheres na criminalidade, sobretudo no narcotráfico. O entrevistado cita que em suas investigações normalmente há a participação de mulheres nas gangues, ainda que diminuta. Ademais, após as prisões de homens líderes dessas gangues, em alguns casos suas companheiras, esposas, irmãs ou até mesmo mães assumem as atividades criminais.

Outro fator primordial elencado na entrevista foi à liderança exercida nas gangues de rua por criminosos cumprindo pena restritiva de liberdade. Não há efetividade na ressocialização e muitas das ordens que resultaram em homicídios no lapso temporal desta pesquisa emanaram dos presídios. O fato de estar preso, via de regra, potencializa a violência desses indivíduos, que continuam a se comunicar com o mundo externo e a gerir as ações criminais. Muitos já não fazem questão de serem postos em liberdade em face das possibilidades de atuação perpetrada no crime.

A codificação focalizada das entrevistas realizadas aflora o narcotráfico como a principal causa dos homicídios registrados em Salvador. A cobrança por dívidas de drogas e as disputas por mercado e território desencadeiam um processo de violência e mortes. Diante de um cenário de insucesso do tráfico ou de uma ação policial repressiva a modalidade criminosa migra para o cometimento de outros crimes, sobretudo os roubos a pessoas, veículos e instituições financeiras.

A atuação das gangues de rua se caracteriza pela posse de territórios, que são áreas da cidade. Há constantes disputas por esses territórios e por mercados consumidores de entorpecentes.

Há uma distorção social decorrente da criminalidade evidente em Salvador. A mesma sociedade que reclama da sensação de insegurança é a que consome os entorpecentes que movimentam a dinâmica das gangues de rua, que alimentam o crime organizado e o difuso,



ocasionando na intensificação dos atos violentos. As manifestações culturais da cidade, sobretudo os “paredões” e as festas de largo, denotam a sedução provocada pelo narcotráfico, com efeitos principalmente nos jovens.

Um dito consumismo propagado pela sociedade em geral e o incentivo ao consumo de drogas por determinadas músicas são fatores que explicam a inserção dos jovens em ações criminosas das gangues de rua, além da promessa de ganhos fáceis e da ineficácia de acompanhamento da família, seja por sua desestruturação, seja pelas longas jornadas de estudo e de trabalho dos responsáveis pela criação desses jovens. A sensação de impunidade decorrente da legislação penal positivada só é mitigada pelo temor desses criminosos a uma atuação policial repressiva ou a violência perpetrada por outras gangues de rua.

Destaca-se que o ECA, principal lei positivada no país para os jovens, afirma que adolescente (pessoas entre doze anos completos e dezoito incompletos) não cometem crime, mas as suas condutas que coincidem com tipos penais são classificadas como atos infracionais. Assim, não podem ser apenadas. As suas punições são classificadas como medidas sócio-educativas, sendo a pior punição o internamento, acompanhado de ações educacionais, por três anos. As crianças (pessoas com até doze anos incompletos) nem ato infracional cometem. Possíveis ações que coincidam com tipos penais são encaminhadas para o Conselho Tutelar, que adotará ações educativas.

Não se objetiva, neste trabalho, analisar a supramencionada legislação ou aferir se ela é eficaz ou inapropriada para a realidade brasileira. A constatação citada visa contextualizar a relação dos jovens em Salvador com o narcotráfico e os efeitos da lei nesse cenário.

O narcotráfico, conhecedor desse contexto, tem cooptado jovens (crianças e adolescentes) para a atividade criminosa, sobretudo para que estes assumam a posse de drogas e armas diante de uma ação policial. Este fator, somado ao consumismo propagado socialmente e ao *status* e poder associados ao tráfico de drogas têm posicionado esses jovens em diversas funções das gangues de rua. São jovens comercializando drogas para outros jovens e, pelas disputas por territórios, busca de ascensão hierárquica nas gangues e ineficácia do estado e da família na sua formação cidadã, são jovens matando jovens.

A vida humana não é valorada, nesse cenário, como um bem fundamental, ela está desvalorizada em face da quantidade de homicídios e pelas manifestações da violência. Uma simples dívida oriunda do narcotráfico já justificaria uma morte violenta.

Os bairros nobres de Salvador também abarcam o narcotráfico, mas o comércio, nesses locais, é mais refinado, mais apurado, destinado ao consumo e não às manifestações violentas. Esses bairros mais abastados são vitimados pelo roubo em suas diversas modalidades. O uso de entorpecentes se manifesta como uma forma de ostentação e demonstração de poder.

A redução do poder de fiscalização das instituições estatais nos finais de semana, principalmente os órgãos componentes da defesa social, e a ocorrência de festas – sobretudo “paredões” – impulsionam as ações de comércio e violência do narcotráfico, explicando uma maior concentração de homicídios nesses dias. Os “paredões” são festas realizadas com o emprego de carros providos de sons potentes. Com a presença de muitas pessoas, o uso de bebidas alcoólicas e as danças disfarçam o comércio de drogas e as suas derivações, como busca por mercados e cobranças de dívidas, ocasionando as mortes violentas.

A percepção da criminalidade em Salvador é de um cenário repleto de violência e de uma sensação de insegurança pública. O prognóstico para um futuro próximo é de intensificação desse quadro, causando importante preocupação entre os entrevistados.

Assim, o processo de codificação das entrevistas demonstrou claramente uma saturação teórica, pois integrantes de diferentes setores da sociedade explicaram um cenário similar de violência e homicídios na cidade, sendo o narcotráfico a categoria central para explicar esse contexto. O consumismo, a sensação de impunidade, o uso do entorpecente como uma forma de manifestação de ostentação e poder, a perda do valor da vida e uma atual sensação de insegurança afloraram como categorias vinculadas à categoria central.

Fundamentando o conceito construído neste processo de codificação, Lourenço e Almeida (2013) explicam que a formação das gangues de rua na Bahia tem por origem a prisão. Os excessos e os atos violentos cometidos nas prisões baianas na década de 1990 e o aumento da taxa de encarceramento, que nos primeiros anos de 2000 era de 31,8 presos por 100 mil habitantes e no final de 2011 o índice passou para 98,9 presos por 100 mil habitantes - um crescimento de 311% em doze anos - propiciou o surgimento de lideranças representativas dos presos, que buscavam uma negociação com a administração carcerária sobre melhores condições para o cumprimento da pena.

Os próprios funcionários que atuavam nos presídios denominaram esses presos de “Comissão da Paz”. Eles conseguiram exercer uma liderança perante os demais encarcerados, promoveram certa estabilidade à prisão e desoneraram a administração das Unidades de diversas tarefas. Houve uma contenção das ações realizadas e o ganho de poder dessas

lideranças. Essa Comissão da Paz, posteriormente, tornou-se a gangue de rua “Comando da Paz (CP)”.

Lourenço e Almeida (2013) constroem uma crítica as denominações facção ou comando, largamente empregadas em senso comum em referência às gangues de rua, ligadas ao narcotráfico e aos grupos organizados de internos nas prisões. Tal crítica se fundamenta por não representarem, em português, um coletivo de presos. Os autores denominam esses grupos de “gangues de rua”. Além disso, facção já é um conceito consagrado em ciência política, designado para sistemas políticos e não está alinhado com o conceito internacional destinado a organizações similares, dificultando a relação das pesquisas no país com estudos realizados em outros países.

Posteriormente, discordâncias sobre o emprego de métodos violentos dividiu o Comando da Paz, surgindo o “Grupo de Perna”, cujo nome remete a uma liderança desses atos violentos. Ao presenciar esse quadro de perda da estabilidade dos presos, a administração das Unidades exerceu como medidas de controle as transferências de internos para unidades localizadas no interior do estado e remanejamentos de presos para espaços com maiores restrições das Unidades. O efeito desses atos é que a transferência de presos líderes para o interior serviram para alargar a atuação das gangues nos territórios do estado, promovendo as ações e os ganhos dessas facções e fortalecendo o narcotráfico.

Ao longo dos anos observou-se que o controle das gangues nos presídios era exercido na distribuição dos presos em conformidade com o grupo que dominava uma determinada área ou ala do presídio e nas atividades remuneratórias criadas por essas lideranças, que passaram a cobrar para permitir o atendimento a determinados direitos, como atendimentos médicos, visitas e acesso a determinadas celas.

Os desdobramentos deste contexto histórico, segundo Lourenço e Almeida (2013), ocorreram na segunda metade da década passada, quando foi percebida a clara atuação na distribuição das drogas fora do complexo pelas gangues de rua, com a formação de vínculos com gangues de outros estados, como PCC (Primeiro Comando da Capital) paulista. A operação das gangues tinha evidente relação com os crimes violentos, ocasionando o aumento dos homicídios. Frisa-se, em 2007, a chacina de Mussurunga que teve sete mortos, a maior do país naquele ano, a sequência de homicídios e chacinas em 2008 na cidade e, em 2009, o CP empreendeu uma série de ataques a postos policiais e a ônibus coletivos em represália a transferência de um líder para um presídio federal.

Evidencia-se a atuação das gangues de rua no narcotráfico como a principal causa dos homicídios na cidade. O perfil das vítimas, em sua maioria jovem, o local de ocorrência - bairros caracterizados por carências de infraestrutura e que abarcam as principais gangues da cidade, a confluência de aumento dos homicídios a partir da consolidação das gangues, a forma escolhida para o cometimento do crime - principalmente pelo uso de armas de fogo - fundamentam essa relação causal. Os efeitos do quadro exposto levaram ao surgimento de outras gangues de rua, de disputas por controle, poder e territórios e a acentuação do cenário de violência em Salvador.

#### 4.2.6 Qual a tendência?

Baseado nos dados coletados referentes a uma longa série em análise emergiu a necessidade de se projetar a tendência desses homicídios, buscando subsidiar a ACE e a gestão da segurança pública. Para uma previsão mais confiável foi considerado o quantitativo de homicídios em Salvador entre os anos de 1971 e 2016, excetuando-se os anos de 2010 e 2011 – não localizados, tendo como referência os dados disponibilizados pela SSP e em pesquisas anteriores sobre a criminalidade na capital baiana, principalmente em Silva (2015).

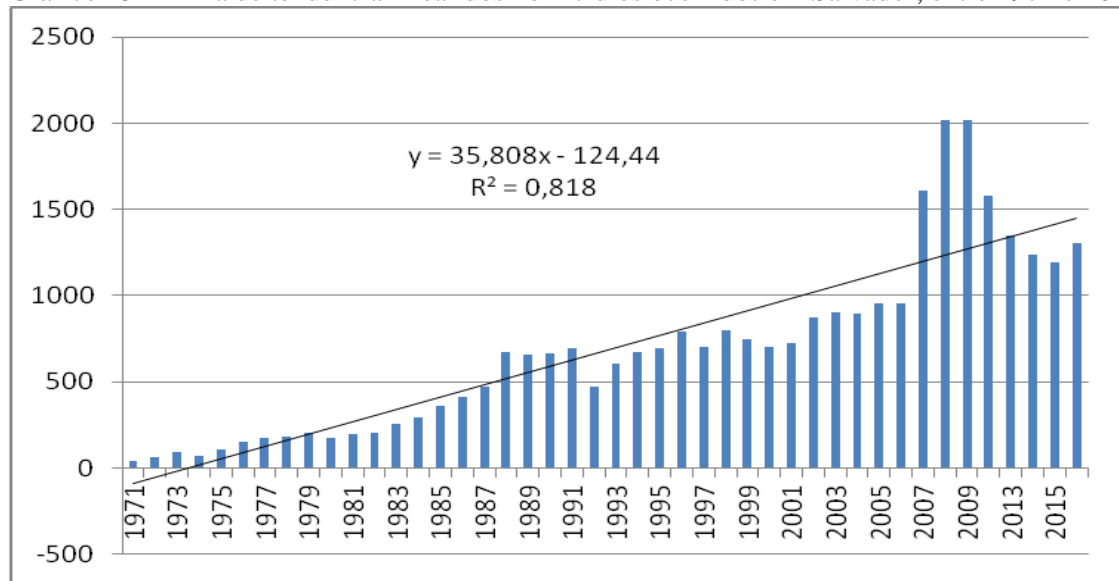
Quadro 17 - Memorando sobre a categoria “identificando a tendência dos homicídios em Salvador”

<b>Memorando sobre a categoria “identificando a tendência dos homicídios em Salvador.”</b>	
Codificação inicial	Identificando a tendência dos homicídios em Salvador;
Codificação focalizada	Identificando a tendência dos homicídios em Salvador;
Conceito elaborado	Há uma tendência de previsão linear de acréscimo dos homicídios em Salvador;
Categoria emersa	Identificando a tendência dos homicídios em Salvador

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2018).

Para a consecução da categoria emersa foi elaborado o seguinte gráfico, lastreado nos dados coletados:

Gráfico 15 - Linha de tendência linear dos homicídios ocorridos em Salvador, entre 1971 e 2016



Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2018) lastreada nos dados extraídos do sítio eletrônico da SSP BA (2017) e de Silva (2015).

Nota: não foram registrados os homicídios ocorridos em 2010 e 2011.

Para uma conclusão mais confiável o gráfico englobou os registros de homicídios entre 1971 e 2016, excetuando-se os anos de 2010 e 2011, que não foram contabilizados. A linha de tendência linear demonstra uma previsão de crescimento constante dos homicídios em Salvador. Os lapsos temporais entre 1980 e 1987, entre 1992 e 2006 e entre 2014 e 2016 tiveram registros abaixo da previsão estipulada e os períodos entre 1988 e 1991 e entre 2007 e 2012 destacaram-se com registros acima da previsão.

#### 4.2.7 A teoria substantiva construída

Após a saturação teórica, a finalização do processo de codificação e a elaboração das categorias, tornou-se evidente que a categoria que se vincula e fundamenta as demais mediante a aplicação da TFD para o problema em questão deriva das atividades criminosas do narcotráfico e das disputas territoriais entre as gangues de rua.

Após a coleta e a análise dos dados, o processo de codificação fez emergir dez categorias, todas ligadas e derivadas da categoria central, que abrangia a análise polissêmica dos homicídios em Salvador. Elas se formaram de dados quantitativos e qualitativos, destacando-se que a caracterização dos bairros com maiores e menores índices criminais desenvolveu-se de um levantamento bibliográfico, seguido do devido processo de

codificação, e que a parte qualitativa da pesquisa foi subsidiada por entrevistas semiestruturadas.

Ressalta-se que a categoria que espacializava os homicídios na cidade e a que configurava estes bairros atendeu aos objetivos propostos, mas não devem servir de fundamento para se inferir que os residentes das áreas mais carentes de Salvador estão mais propensos ao cometimento de um crime, ou que o desenvolvimento socioeconômico dessas áreas seria, exclusivamente, o fator de redução criminal. Tal abordagem seria irreal e reducionista.

Tais codificações foram necessárias para que, na aplicação da ACE, fosse possível destacar onde ocorreram os maiores e os menores índices de homicídios em Salvador. O entendimento das possíveis causas deve abranger todos os fatores necessários para uma análise criminal, perpassar pela teoria substantiva aqui formulada e dialogar com as teorias formais já consagradas academicamente sobre a violência e a criminalidade.

Para a construção da teoria substantiva também foram codificados a temporalidade dos homicídios e a caracterização das vítimas. Foi possível destacar em que horário, em que meses do ano e em que dias da semana os índices de homicídios são mais críticos, além da idade e o sexo das vítimas, num contexto que fazia interagir a coleta e a análise dos dados, num processo de abdução e de indução, evidenciando-se a atuação das gangues de rua e o decorrente narcotráfico como uma centralidade para explicar as causas dos homicídios em Salvador. Por fim, ampliando a abordagem para os índices da década de 1970 até o ano de 2016, foi possível estabelecer uma tendência desse tipo penal, aflorando-se uma previsão linear de evidente crescimento, num conjunto de casos absolutamente volumoso.

Delineados os processos de coleta de dados quantitativos e qualitativos, de análise e codificação que fundamentaram esta pesquisa, que aplicou a TFD para subsidiar a aplicação da ACE em Salvador, foi possível aferir um contexto criminógeno na cidade que tem o narcotráfico como centralidade.

A principal motivação para o cometimento de homicídios em Salvador decorre das manifestações do tráfico de drogas. Disputas territoriais, concorrência pelo comércio, punições a integrantes de gangues rivais e a componentes da própria gangue geram as mortes violentas. Num segundo plano, destacam-se as motivações passionais – crimes decorrentes de uma manifestação emocional exacerbada, como os ciúmes de um marido traído ou que não aceita a separação da parceira, por exemplo – desentendimentos entre familiares que

compõem um núcleo desajustado ou brigas em ambientes específicos, como as detectadas em “paredões” ou em festas de largo.

Essas manifestações culturais em bairros carentes da cidade, especialmente os “paredões” – que são festas promovidas por pessoas ligadas ao narcotráfico que utilizam som mecânico em carros específicos – além das festas de largo, simbolizam a dinâmica do crime na cidade. Nesses eventos se camufla o comércio de entorpecentes, disfarçando-o em meio à venda de bebidas alcoólicas e comidas. A confluência de pessoas ligadas ao crime por vezes gera, nessas festas ou em situações que dela derivam, cobranças de dívidas, punições ou disputas por *status* e poder, gerando a violência.

A presença de jovens nas gangues de rua é uma realidade explicada pela cooptação dos líderes do narcotráfico, motivados pela diferenciação de punição do ECA em relação aos adolescentes, e às famílias desajustadas desses jovens, que não têm a devida orientação e acompanhamento. O consumismo exacerbado propagado na sociedade ocasiona, nesses jovens, a sensação de que a conquista desses bens e serviços difundidos são impossíveis de serem alcançados. Ademais, as possibilidades de migração social são reduzidas numa cidade com tantas desigualdades socioeconômicas.

A realidade cotidiana, potencializada nas manifestações culturais (festas e “paredões”), denota que, nos bairros mais carentes e mais violentos de Salvador, os criminosos ligados ao narcotráfico são os que possuem as melhores condições financeiras, além de gozarem de prestígio e poder. Andam portando armas de fogo, na companhia de mulheres, com carros chamativos e determinam as punições a serem aplicadas, inclusive quem deve matar e quem deve morrer, pelos mais diversos motivos, inclusive aqueles torpes ou fúteis.

Esse cenário proporciona uma sedução nos demais jovens dessas localidades, geralmente pobres, carentes, provenientes de famílias desajustadas e sem acesso aos bens e serviços difundidos socialmente. Soma-se a esse contexto que o próprio estado da Bahia, na tentativa de identificar e prender criminosos perigosos, desde 2011 tem divulgado fotos e informações desses indivíduos, num sistema denominado baralho do crime, vinculado ao disque denúncia da SSP, uma ferramenta de comunicação para recepcionar informações sobre a criminalidade. Embora dezenas de prisões já tenham sido realizadas em decorrência dessa iniciativa, a ampla divulgação dessas lideranças reveste-se de uma vertente de ratificação do *status* criminoso.

Ressalta-se que tal contextualização não delinea uma relação de causa e efeito ou um determinismo de comportamento. Certamente há jovens com as mesmas características descritas, mas que laboram honestamente e conseguiram uma migração social. O que se busca nesta problemática é explicar as motivações decorrentes do processo de codificação deste trabalho, que posicionam jovens matando jovens em função do tráfico de drogas em Salvador, num cenário de ressignificação de valores morais e éticos.

Aferiu-se também que reduções de crimes violentos em uma determinada localidade, num bairro, por exemplo, pode ter como origem uma ordem emanada por uma gangue de rua para não chamar a atenção do aparato de defesa social, visando preservar o comércio de drogas. Normalmente os bairros que se destacam no quantitativo de homicídios recebem uma quantidade maior de operações policiais, afetando o narcotráfico. Têm sido comuns outras punições, como o corte de crédito para compra de entorpecentes, substituindo-se as punições violentas.

Embora o perfil homicida e das vítimas de homicídios, em Salvador, seja de homens jovens, tem se observado uma participação crescente de mulheres nas atividades criminosas, principalmente para substituir entes que estejam presos. Para estes encarcerados, o fato de estar num presídio não interrompe o seu poder e o seu controle sobre o narcotráfico. Muitas das mortes violentas da cidade têm como mandante um preso e como um executor um jovem componente daquela gangue de rua.

Embora estejam ocorrendo crescentes prisões, constantes operações policiais nos bairros mais violentos da cidade e tenha havido uma redução de crimes violentos entre os anos de 2013 e 2015 ainda há um número significativo de homicídios por ano em Salvador, os presos continuam a gerenciar as gangues de rua de dentro dos presídios e o narcotráfico é uma centralidade para explicar as mortes violentas e outros crimes na cidade. Quando não há sucesso no comércio de entorpecentes ou quando há uma eficaz ação repressiva da polícia os narcotraficantes migram para outras ações criminais, como roubos a pessoas, a veículos e a instituições financeiras, buscando compensar as perdas.

O sucesso de uma gestão policial numa dada área da cidade pode representar um controle localizado, específico das ações criminais, mas não propriamente a solução daquele problema. Embora as principais gangues de rua de Salvador já tenham diversos componentes presos, substitutos são posicionados e, diante da saturação policial em uma área, há a



migração das ações criminosas para outros bairros, gerando novos conflitos por poder, mercado consumidor e controle.

Além das disputas entre as gangues mais conhecidas, existe a dinâmica de atuação de gangues menores, de grupos em busca de organização e de grupos não organizados. Essa confluência de fatores gera disputa por mercado consumidor e territórios, sendo a violência à forma de imposição de poder. Nesta dimensão não há um controle sobre o crime por uma determinada gangue de rua. Pode haver, de forma difusa e específica, a obediência a uma ordem de não matar para não chamar a atenção da polícia ou de matar por uma dívida, por exemplo, mas este controle é parcial, tênue e impreciso.

A história de formação dos vetores de povoamento de Salvador permite conclusões sobre o contexto criminal dos bairros mais violentos da cidade, aqueles que detêm os piores índices socioeconômicos. No vetor mais abastado da capital baiana predominam os crimes contra o patrimônio e um consumo refinado e disfarçado de entorpecentes. Este fator gera o desejo de imitação dos residentes dos demais vetores de ocupação (miolo e subúrbio). O consumismo difundido na cidade inclui o uso de entorpecentes.

Desta forma, os homicídios em Salvador se constituem como crime meio para os fins decorrentes do narcotráfico. Mas, a realidade exposta é comum a muitas das cidades brasileiras. Embora tenha sido construída tal problemática a partir da TFD, existem achados científicos que permitem tais aferições. Em virtude da área de análise desta pesquisa ser a cidade de Salvador, em meio à dinâmica exposta da criminalidade, vale questionar: afinal, o que emerge como específico em Salvador no que se refere ao crime, ao narcotráfico? O que caracteriza a cidade no cenário criminal?

As respostas a estas questões confluem os achados desta pesquisa à teoria substantiva construída, que perpassa pela centralidade detectada do narcotráfico para a dinâmica criminal na cidade, posicionando jovens como algozes e vítimas, componentes de famílias desajustadas, num contexto de sensação de impunidade, consumismo exacerbado e perda do valor da vida.

Destarte, após um longo percurso que englobou a identificação do problema, a escolha da metodologia, a coleta e a análise de dados quantitativos, de um extenso levantamento bibliográfico, da realização de entrevistas semiestruturadas e de um processo de codificação, decorrente da TFD, emergiu-se a teoria substantiva referente aos homicídios registrados em

Salvador entre 2012 e 2016, possibilitando a aplicação da ACE como forma de subsidiar a gestão da segurança pública.

Assim, a teoria substantiva construída denomina-se teoria do *status* criminógeno: integrar uma gangue de rua vinculada ao narcotráfico ou consumir entorpecentes em bairros carentes da cidade de Salvador simboliza *status* social num paradigma que configura a violência como instrumento de imposição de poder. Há o desejo de jovens em ingressar no narcotráfico, independente de uma reduzida expectativa de vida. As manifestações culturais da cidade evidenciam esse desejo e propagam o prestígio dos líderes do tráfico de entorpecentes. A violência é a forma para que se consubstancie uma ordem não estatal específica, que reposiciona valores e condutas, e caracteriza as punições.

Desta forma, emerge-se o seguinte diagrama, sintetizando os achados desta pesquisa:

Quadro 18 - Diagrama referente à aplicação da TFD na ACE dos homicídios registrados em Salvador entre 2012 e 2016

<b>COLETA E ANÁLISE DOS DADOS:</b>	Registro de homicídios da SSP	<b>PROCESSO DE CODIFICAÇÃO:</b>	Inicial	Construção de memorandos	Emersão dos conceitos e categorias	Saturação Teórica
	Levantamento bibliográfico		Focalizada			
	Entrevistas semi-estruturadas					
<b>EMERSÃO DAS CATEGORIAS:</b>						
Espacialização dos homicídios			Caracterização das vítimas de homicídios			
Caracterização espacial		<b>CATEGORIA CENTRAL:</b> O narcotráfico e as disputas territoriais entre as gangues de rua			Identificação temporal dos homicídios	
O consumismo	Sensação de impunidade	O uso do entorpecente como uma forma de manifestação de ostentação e poder	Perda do valor da vida	Sensação de insegurança	Evidenciando a tendência dos homicídios	
<b>TEORIA SUBSTANTIVA:</b>	Teoria do <i>status</i> criminógeno: integrar uma gangue de rua vinculada ao narcotráfico ou consumir entorpecentes em bairros carentes da cidade de Salvador simboliza <i>status</i> social num paradigma que configura a violência como instrumento de imposição de poder.					
<b>COMPARAÇÃO COM TEORIAS FORMAIS CONSAGRADAS:</b>	Teoria da desorganização social; Teoria da associação diferencial; Teoria do padrão criminal; Teoria da frustração; Teoria das atividades rotineiras;					

Fonte: Elaboração própria do autor desta dissertação (2018).

#### 4.2.8 A relação da teoria formulada com as teorias existentes

Após o delineamento da teoria substantiva elaborada neste trabalho é necessário analisar as relações desta com algumas das principais teorias formais sobre o crime. Afinal, os achados deste trabalho poderiam ser explicados por uma teoria já existente? A teoria substantiva emersa demonstrou-se específica, completa para o problema proposto? Por que as teorias formais existentes não explicam a dinâmica do crime em Salvador? As exposições desta sessão buscarão responder esses questionamentos.

Na perspectiva de Kuhn (1991) a análise cronológica da ciência não representa necessariamente uma evolução das teorias apresentadas, mas sim os paradigmas que norteavam o conhecimento de cada época, que respondiam às inquietações formuladas, sem haver a intenção de compará-los numa concepção de superioridades entre períodos. Assim, paradigmas seriam rendimentos científicos que se delineiam em modelos de soluções aos problemas elencados, num dado período, pela comunidade científica. Para os tradicionalistas, a ciência avança pelo melhoramento das teorias, resultado da refutação e de novas construções, ainda que este processo não seja ininterrupto e constante. Seja na concepção dos paradigmas de Kuhn, seja na visão tradicionalista, o fato é que a concepção de crime e os seus efeitos sofreram modificações durante a história.

A Universidade de Chicago, criada em 1892, promoveu decididamente o método científico, criando o primeiro Departamento de Sociologia dos Estados Unidos, desenvolvendo significativamente a Criminologia e empregando as abordagens qualitativas e quantitativas, com destaque para as primeiras mediante a observação participante – que engloba a participação do pesquisador com o grupo analisado, e as histórias de vida – a narração por escrito das vivências dos delinquentes, seguidas pelo aprofundamento de determinados pontos.

Numa incessante busca pela melhoria das condições sociais e sem desconsiderar outros ramos do conhecimento a Escola de Chicago priorizou os aspectos sociológicos e foi influenciada pelo pragmatismo americano, uma corrente filosófica heterogênea com forte orientação empírica, majoritariamente destinada a analisar os resultados produzidos por uma doutrina, seja ela qual for.

O delineamento dos principais fatos históricos que configuraram a Criminologia culminou na estruturação de importantes teorias sobre o crime. A Teoria da Desorganização Social, elaborada por Shaw e Mackay (1969), afirma que os criminosos não se distribuem de

maneira uniforme pelas cidades, mas que se localizam nas zonas adjacentes ao centro industrial e de negócios, em áreas caracterizadas por um baixo *status* socioeconômico, por um alto grau de deterioração física, por uma significativa mobilidade populacional e pela concentração de grupos pertencente às minorias. Segundo a teoria, ainda que os moradores migrem para outras áreas, um elevado número de criminosos permanece ao longo do tempo nos mencionados lugares.

As possíveis causas não estavam na caracterização das pessoas, mas no lugar, na área que ocupavam. O desejo de migrar para outros pontos das cidades desmotivavam os residentes a apoiar as instituições locais, enfraquecendo o controle social. Os autores apontavam a reorganização social dessas áreas, perpassando pelo reforço às instituições sociais locais, como um mecanismo de prevenção ao crime.

Esta teoria demonstra uma significativa relação com a presente pesquisa, sobretudo por ter sido demonstrada a coincidência dos bairros com maiores índices de homicídios estarem posicionadas nas áreas mais carentes e desprovidas de equipamentos públicos e infraestrutura da cidade de Salvador, numa relação inversa com os bairros mais abastados, que também possuíam menores registros criminais.

Ocorre que esta teoria não se apropria da caracterização específica do crime em Salvador. Embora a espacialização dos homicídios guarde relação com a construção delineada, os fatores motivadores dos homicídios, a centralidade do narcotráfico para a explicação da dinâmica criminal, o perfil jovem dos homicidas e das vítimas de mortes violentas e, sobretudo, o *status* social proveniente do tráfico de entorpecentes nos bairros mais carentes não são alcançados pela teoria. O fato de bairros mais carentes de Salvador englobarem morros e baixadas, por exemplo, é um fator que motiva a instalação das gangues de rua, pois a topografia dessas áreas dificulta o trabalho preventivo e repressivo da polícia (MARX et al., 2016).

Felson e Clarke (1998) fundamentaram a teoria das atividades rotineiras, explicando que a ocorrência de um crime requer a convergência, no tempo e no espaço, de um infrator motivado, de uma vítima – configurada como um alvo adequado – e pela ausência de um guardião, que pode ser um policial, um vigilante ou um aparato de segurança, tornando o ambiente propício para um ilícito. Acrescentam que o alvo pode ser um produto, um local ou uma pessoa que contemple as condições ou os meios para despertar a atenção do criminoso,

como uma pessoa que detenha objetos de valor em uma rua deserta e pouco movimentada, por exemplo.

A teoria do padrão criminal, em sua essência, guarda forte relação com a Análise Criminal, pois confluentemente elas buscam a definição de padrões nos crimes registrados, evidenciando o tipo da infração, os procedimentos utilizados pelos infratores, os locais, horários, dias da semana e do mês mais comuns, a caracterização das vítimas, o período do ano, eventos que expliquem modificações no ambiente, enfim, um pequeno número de causas ou violadores dos direitos humanos (SILVA, 2015) que resultam num considerável volume de resultados, pois o crime está concentrado em lugares, pessoas, alvos e horários determinados. Tais aspectos estavam presentes nas categorias resultantes da TFD desta pesquisa, e subsidiaram a teoria substantiva delineada.

A teoria substantiva emersa nesta pesquisa guarda relação com a teoria das atividades rotineiras e com a teoria do padrão criminal, pois houve uma caracterização dos bairros em que ocorreram os maiores índices de homicídios e uma descrição de características importantes das vítimas desse crime em Salvador, além da sinalização de uma relação do tráfico de entorpecentes com os infratores em questão, informações que podem subsidiar a gestão da segurança pública. Ocorre que as citadas teorias não abrangem as interligações entre vítima, infrator e guardião numa série longa de crimes, nem contempla o contexto criminal em voga, não sendo capazes, desta forma, de configurarem as especificidades criminológicas da área em estudo, demonstrando-se incompletas para uma Análise Criminal Estratégica. Elas não explicam as motivações para a inserção criminal nem as causas para a qualificação do perfil do infrator, por exemplo.

A Teoria da Associação Diferencial, decisivamente influenciada por Sutherland (apud NÓBREGA JÚNIOR, 2014), afirma que uma pessoa não se torna um criminoso profissional apenas por vontade própria, mas precisa ser treinada por criminosos mais experientes, em associação. Os delinquentes juvenis relacionam-se com outros delinquentes, atuando juntos. Desconstrói qualquer ideia de uma criminalidade hereditária, visto que qualquer um pode aprender sobre os motivos e as racionalizações para o cometimento de crimes, pois as suas técnicas são muito simples. As agências impessoais assumem uma secundária influência para a inserção criminal, que passa a ser concebível num quadro que contemple um excesso de explicações favoráveis a infração, denominado de Princípio da Associação Diferencial.

A Teoria da Frustração, estruturada por A. Cohen (apud NÓBREGA JÚNIOR, 2014), afirma que cada sociedade é composta por vários subgrupos, estratificados em classes sociais, e cada um deles possui formas de pensar e atuar próprias. Entre os jovens há uma clara busca por *status*, porém estes são definidos em conformidade com os valores da classe média. Por não alcançá-los, esses jovens sentem-se excluídos, passando a criar novos critérios de *status* entre si, como uma espécie de solução de grupo. Esse prestígio representa condutas que eles podem realizar e que afrontam o *status* imposto pela classe média, impossível de ser alcançado. Por fim, a delinquência juvenil, segundo esta teoria, é caracterizada como não utilitária, por não ser motivada por um sentido de ganho; maliciosa, na medida em que a infração das normas proporciona certo prazer; e negativa, pois a conduta buscada é justamente a classificada como incorreta para a maioria.

A Teoria da Associação Diferencial e a Teoria da Frustração podem ser relacionadas com os achados desta dissertação. As gangues de rua exercem decisiva coerção em jovens residentes em seu território de atuação, configurado por bairros carentes de infraestrutura e geralmente caracterizados por uma topografia de difícil acesso e baixa urbanização. São prometidos ganhos financeiros fáceis e rápidos, proteção perante outras gangues e um reconhecimento daquele grupo, reforçado por sinais identificadores, como tipos e marcas de roupas e tatuagens.

Percebe-se que a Teoria da Associação diferencial não descreve as motivações específicas para o sucesso na cooptação de novos criminosos, abrangendo de uma forma geral o convencimento. Nesta pesquisa registra-se uma determinada sensação de impunidade decorrente do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que prevê que adolescentes no Brasil (jovens entre doze anos completos e dezoito anos incompletos) não cometem crime, mas sim ato infracional e que, portanto, não são passíveis de serem apenados, podendo sofrer no máximo uma medida socioeducativa de três anos de internamento, fator que promove a inserção juvenil nas gangues de rua. Certamente outras regiões ou cidades podem apresentar contextos diferentes para fundamentar a associação de novos criminosos, podendo inclusive variar o perfil desses integrantes.

A Teoria da Frustração guarda forte relação com os achados desta pesquisa, aproximando-se da teoria substantiva delineada. Ocorre que o *status* proveniente do crime em Salvador, as suas motivações e as suas manifestações em festas de largo e “paredões” denotam decisiva relação com as gangues de rua, tendo estas a sua atuação decorrente do narcotráfico, havendo um sentido de organização da dinâmica do crime. A busca por poder e

*status* não abrange o crime apenas como um fato social (DURKHEIM, 1999), é específica, perpassa pela busca por um poder não estatal conferido pela gangue de rua e reconhecido na localidade, manifestado culturalmente. Este *status* é almejado por jovens pertencentes a famílias desajustadas, residentes em bairros carentes e decorre da participação em uma gangue de rua e não ao crime de uma forma generalista.

As citadas manifestações de poder e *status* nessas festas de largo e “paredões” reforçam a identificação das lideranças do tráfico de drogas, o que chama a atenção das pessoas residentes naquela localidade, mas também do aparato de defesa social. Desta forma, a busca por *status* e reconhecimento suplanta a preocupação em disfarçar a atividade criminosa, assumindo um teor de centralidade nesta problemática.

Por abranger o fulcro em ganhos financeiros derivados do comércio ilegal de drogas esta construção desqualifica o aspecto não utilitarista da Teoria da Frustração. O próprio consumo refinado em bairros mais abastados de Salvador potencializa a sedução pelo consumo de entorpecentes. Certamente é a teoria formal que mais se aproxima da teoria substantiva elaborada neste trabalho, mas não consegue explicar as especificidades do crime em Salvador.

Cornish e Clarke (1986), em seus achados sobre a criminologia, produziram uma versão contemporânea da Teoria Clássica, que denominaram de Teoria da Escolha Racional. A Teoria Clássica evidenciava a escolha do sujeito em cometer ou não o crime pelo cálculo dos riscos e recompensas daquele ato. Na versão produzida pelos citados autores esta teoria sofre algumas modificações, pois eles defendem que nem todas as pessoas agem racionalmente em todos os instantes. Ademais, o conceito dos custos para o ato criminoso é ampliado, suplantando as punições legais (privação de liberdade, indenizações, prestação de serviços comunitários...) e incluindo as sanções informais, como a perda do emprego ou a vergonha de seus amigos e familiares por ser descoberto. Por fim, Cornish e Clarke (1986) explicam que as pessoas, por serem e pensarem de maneira diferente, vão calcular de forma desigual os riscos e recompensas para o cometimento de uma violação ou de um delito.

A relação da Teoria da Escolha Racional com a teoria substantiva construída neste trabalho é percebida pela hipótese de que uma sensação de impunidade do infrator seja a motivação para o cometimento de um crime ainda que haja um aparato de segurança conhecedor de seu perfil, dos horários e locais mais propícios e das supostas vítimas. Assim, uma prevenção bem delineada pode ser ineficiente diante da despreocupação do violador em

ser capturado, por predominar a ideia de que não haverá uma punição ou de que esta será branda.

A predominância do perfil jovem nos homicidas de Salvador perpassa pela explicada sensação de impunidade decorrente da legislação brasileira positivada, sobretudo o ECA, fundamentando a teoria. Soma-se a constatação de que os líderes das gangues de rua presos conseguem emanar ordens para ações violentas e gerir o tráfico de entorpecentes nas ruas da cidade, desafiando a eficácia do aparato penal positivado. Contudo, esta teoria explica uma vertente da teoria substantiva elaborada nesta pesquisa, a sensação de impunidade entre os infratores de Salvador, um dos fatores que motivaria o ato criminoso, mas não consegue explicar os diversos aspectos do contexto criminal estudado, abrangidos pela teoria substantiva emersa.

Por fim, a construção delineada demonstrou que algumas das principais teorias formais sobre o crime, consagradas na academia, guardam alguma relação com o contexto criminal evidenciado em Salvador, mas não conseguem explicar a dinâmica do crime na cidade em todas as suas vertentes, dimensões e especificidades. A teoria substantiva emersa dos dados, decorrente da aplicação da TFD pela ACE, conseguiu responder ao problema de pesquisa e elaborou uma problemática sobre a criminalidade capaz de subsidiar a gestão da segurança pública. Novas análises poderão ser construídas, seja sobre a aplicação da teoria do *status* criminógeno em outras áreas de análise, seja pela formação de novas teorias substantivas sobre tópicos similares ou outros tipos penais na capital baiana.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa surgiu do atual e preocupante contexto de violência e insegurança pública que caracteriza a capital baiana, buscando delinear subsídios para a gestão do policiamento e trajetórias acadêmicas para mitigar este quadro. Neste cenário foi escolhido o tipo penal homicídio como categoria de análise, sendo estabelecido o lapso temporal entre 2012 e 2016 para os crimes registrados em Salvador. Para a aproximação do fenômeno estudado foi adotada a Teoria Fundamentada nos Dados, sendo estabelecido um processo de codificação e de conceituação, aflorando-se uma teoria substantiva capaz de propiciar a aplicação da Análise Criminal Estratégica.

A pesquisa foi norteadada pelo paradigma funcionalista, numa concepção pós-positivista, possibilitando assim o alcance de uma sistematização dos dados coletados durante as análises e a produção de conhecimento direcionado a fundamentar o processo de gestão, assumindo as dimensões realista e utilitarista.

A coleta dos dados foi um processo repleto de dificuldades, sendo adotado o sítio eletrônico da Secretaria de Segurança Pública como fonte principal, coletando-se dia a dia, desde 01 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2016, os registros de homicídios em Salvador e em sua região metropolitana. Após esta coleta foram subtraídos os crimes registrados na RMS para a aplicação da TFD na capital baiana.

Antes da aplicação do proposto, sem a intenção de esgotar as discussões que demarcam uma revisão da literatura, mas apenas para construir conceitos e caracterizar contextos necessários para o entendimento do planejado para o trabalho, demonstrou-se que a cidade de Salvador é caracterizada por profundas desigualdades socioeconômicas e que o seu processo histórico de povoamento culminou numa especulação imobiliária capaz de formatar regiões profundamente desiguais na cidade, com destaque para as carências infraestruturais em seu miolo e em seu subúrbio ferroviário, sendo essas as áreas que abrangem os bairros com piores índices criminais. A expressão do crime, a partir das últimas décadas, configurou a modificação de bairros, ruas, residências e pontos comerciais, em que grades, aparatos de segurança e condomínios fechados simbolizavam o medo e a insegurança da população.

Foi esmiuçado o histórico, a caracterização, a conceituação e a atual tipologia da Análise Criminal, classificada por Boba (2017), sendo a estratégica a modalidade escolhida para este trabalho, por possibilitar a sistematização e a análise de crimes em longa escala num determinado território. Os conceitos de espaço, paisagem, região e lugar precederam o

estabelecimento da relação entre desenvolvimento e segurança, evidenciando a importância da pesquisa para um programa *stricto sensu* destinado ao desenvolvimento regional.

Este quadro teórico delimitou o início da pesquisa pela estruturação do seguinte problema norteador: como avaliar padrões, tendências e sazonalidades referentes aos homicídios em Salvador a partir da aplicação da Análise Criminal entre 2012 e 2016?

Para elucidar a esta questão a aplicação da TFD, baseada inicialmente em dados quantitativos, complementada por uma fase qualitativa – subsidiada pela análise de entrevistas semiestruturadas - demonstrou-se um caminho possível e eficiente, desmistificando a interpretação de aplicadores da TFD que esta seria uma metodologia eminentemente lastreada em coletas qualitativas. O posicionamento de Glaser (1992) fundamentou esta escolha.

Registra-se ainda que a associação desta metodologia com a Análise Criminal permitiu o desenvolvimento da pesquisa e a construção de respostas provenientes de uma saturação teórica dos dados estudados, sendo um caminho para subsidiar outras tantas pesquisas em segurança pública que se originem de dados quantitativos e qualitativos.

Os questionamentos que não foram respondidos, em virtude das limitações dos dados coletados, puderam ser estruturados por pesquisas anteriores sobre a caracterização da cidade de Salvador, incluindo as manifestações da criminalidade, sendo tais obras interpretadas pela TFD mediante os processos de codificação - inicial e focalizada - estruturando-se conceitos e categorias, finalizados quando ocorria a devida saturação teórica.

Os objetivos específicos da pesquisa foram atendidos durante o processo de formação das categorias de análise, sendo identificados padrões, tendências e sazonalidades criminais em Salvador a partir do emprego da Teoria Fundamentada nos Dados, explicada a relação dos homicídios em Salvador com os bairros da cidade e formulada uma teoria substantiva criminal sobre a capital baiana.

- a) O processo de codificação, mediante a elaboração de memorandos, evidenciou os seguintes conceitos:
- b) Os homicídios ocorreram preponderantemente em bairros com carências socioeconômicas, com destaque para os localizados no miolo, no subúrbio e na região nordeste da cidade, especialmente os bairros de Lobato, Liberdade, Periperi e São Cristóvão com mais de 200 (duzentos) homicídios registrados e Paripe, Valéria, Fazenda Grande do Retiro, Itinga e Brotas com registros

variando entre 151 (cento e cinquenta e um) e 200 (duzentos) crimes de homicídios;

- c) Os bairros que registraram maiores índices de homicídios apresentam significativas carências socioeconômicas, com destaque para os localizados no miolo, no subúrbio e na região nordeste da cidade;
- d) Os homicídios registrados em Salvador ocorrem em sua maioria entre às 19h e às 23h, nos finais de semana, com destaque para os meses de janeiro, fevereiro e março e para os dias 01, 02, 03, 16, 17, 22 e 24, que apresentaram 234 casos ou mais por data;
- e) As vítimas de homicídios em Salvador são, em sua maioria, homens, com destaque para a faixa etária entre 17 e 26 anos de idade;
- f) O tráfico de entorpecentes e as disputas territoriais entre as gangues de rua são a principal causa dos crimes de homicídios em Salvador, representando uma centralidade para o entendimento da manifestação criminal na cidade.
- g) Há uma tendência de previsão linear de acréscimo dos homicídios em Salvador.

Evidenciou-se que a problemática da criminalidade em Salvador abrange uma série de vertentes e dimensões. Há uma sensação de impunidade afluída por audiências de custódia que trazem à liberdade algumas das pessoas presas poucas horas após a situação de flagrância que motivou o ato coercitivo, uma diferenciação punitiva referente a adolescentes em virtude do positivado no ECA e, sobretudo, há uma gestão do crime nas ruas da cidade realizada por lideranças de gangues de rua que se encontram cumprindo penas restritivas de liberdade em presídios, incluindo ordens para a ocorrência de homicídios.

As motivações para os crimes de homicídio na capital baiana denotam uma ressignificação de valores morais e éticos, em que a violência se constitui numa forma de imposição de poder. A banalidade das razões que ocasionam as mortes violentas fundamenta a perda do valor da vida humana e promovem uma evidente sensação de insegurança na sociedade.

Os jovens são, em sua maioria, os autores de homicídios em Salvador. O seu perfil denota a composição de um núcleo familiar desajustado e incapaz de oferecer o devido acompanhamento, a residência em bairros carentes de infraestrutura e de equipamentos públicos e a existência de líderes de gangues de rua vinculados ao narcotráfico que ostentam

poder e prestígio nessas localidades, sendo aqueles que detêm uma melhor condição financeira e que promovem festas de largo e “paredões” para demonstrar esse *status*.

Evidenciado este contexto criminógeno, o que se constitui como específico para Salvador e como um elemento que deriva da dinâmica do narcotráfico na cidade é o *status*, a ostentação de poder das lideranças das gangues de rua. As frustrações decorrentes de uma família desajustada em bairros carentes, diante de uma inalcançável possibilidade de aquisição de bens e serviços difundidos por um consumismo exacerbado motivam a demonstração de prestígio em manifestações culturais específicas, seduzindo outros jovens oriundos de contextos similares a integrar uma gangue de rua.

Esta construção, contudo, não assume um caráter universal e determinista, apenas abrange os principais fatores que emergiram da aplicação da TFD nesta dissertação. Ademais, trata-se de um constructo inerente às áreas mais carentes da cidade. Esse *status* criminógeno não abrange os bairros mais abastados, compostos por pessoas que já desfrutam de uma posição social de destaque.

Desta forma, o cerne da pesquisa, o principal achado de uma TFD e o lastro teórico necessário para a aplicação de uma ACE foi delineado na seguinte teoria substantiva, denominada teoria do *status* criminógeno: integrar uma gangue de rua vinculada ao narcotráfico ou consumir entorpecentes em bairros carentes da cidade de Salvador simboliza *status* social num paradigma que configura a violência como instrumento de imposição de poder.

Após a aplicação da TFD foi realizado um retorno à literatura, sendo estabelecida uma análise comparativa entre a teoria substantiva aflorada e as teorias criminais já consagradas na academia, possibilitando a ampliação da análise da criminalidade em Salvador. Evidenciaram-se relações entre as teorias da desorganização social, da associação diferencial, do padrão criminal, das atividades rotineiras e da frustração com a teoria do *status* criminógeno, sendo fundamentado que aquelas teorias formais não eram suficientes para explicar a dinâmica do crime em Salvador. A teoria da frustração foi a que mais se aproximou, mas não foi capaz de abordar as especificidades criminais na cidade, pois a busca por *status* na capital baiana não decorre da prática criminosa generalista, deriva da participação em uma gangue de rua vinculada ao narcotráfico, num sentido de busca por ganhos financeiros e prestígio em bairros repletos de carências socioeconômicas.

Assim, há uma fundamentada relação causal do narcotráfico e das disputas territoriais das gangues de rua - originadas nos próprios presídios baianos e com relações estabelecidas com gangues de outros estados - com a manifestação da violência em Salvador, sobretudo dos crimes de homicídios. A aplicação da ACE focalizada em reduzir tais índices criminais perpassa, certamente, pelo processo de análise da atuação dessas gangues.

A aplicação da Análise Criminal para a gestão da segurança pública e privada aflorou como um marco teórico imprescindível e capaz de sistematizar dados, evidenciar problemas e apontar soluções. Sua singular importância fomenta a reestruturação da formação policial para associar a *práxis* em segurança ao paradigma que se consolida, que posiciona o planejamento das ações preventivas e repressivas como uma construção decorrente de análises constantes, numa concepção holística, com a potencialidade de contextualizar os focos de violência e criminalidade de uma sociedade.

Finaliza-se esta pesquisa ratificando as possibilidades de aplicação da TFD lastreada em dados quantitativos, em levantamento bibliográfico de pesquisas anteriores e em entrevistas semiestruturadas, além da viabilidade de associação da Análise Criminal com esta metodologia, possibilitando a construção de categorias, a associação dos achados e o delineamento de teorias substantivas capazes de fundamentar o planejamento da segurança pública.

Numa abordagem multidisciplinar e de flagrante relevância social e acadêmica, indica-se esta trajetória para a elaboração de inúmeros trabalhos similares com aplicação plausível para outras delimitações territoriais, para outros tipos penais ou para a análise de crimes associados a contextos socioeconômicos, sendo, por fim, um caminho pertinente para mitigar o atual contexto de insegurança pública que preocupa e amedronta a sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. **Uma teoria substantiva da adaptação estratégica a ambientes turbulentos e com forte influência governamental: o caso das pequenas construtoras de edificações**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina. 2002.

BASTOS, Flávia M. **A interação do usuário com catálogos bibliográficos on-line: investigação a partir da Teoria Fundamentada**. 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. 2013.

BASTOS NETO, Osvaldo. **Introdução à segurança pública como segurança social: uma hermenêutica do crime**. Salvador: Dinâmica, 2006.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. Parte geral.1. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2007. v.1

BOBA, Rachel. **Crime analysis and crime mapping**. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, INC, 2005.

BOBA, Rachel S. **COPS**. Disponível em: <<http://www.policefoundation.org/sites/g/files/g798246/f/Boba%20%282001%29%20%20INTRODUCTORY%20GUIDE%20TO%20CRIME%20ANALYSIS%20AND%20MAPPING.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

BOBA, Rachel S. **Crime analysis with crime mapping**. Califórnia: Sage, 2017.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848,07 de dezembro de 1940. Código Penal**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del2848compilado.htm)> Acesso em: 20 abr. 2016.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann, 1979.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BRASIL. **Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRUCE, Christopher. **Exploring crime analysis: readings on essential skills**. Overland Park, KS, USA: International Association of Crime Analysis – IACA, 2012.

BUENAS PRÁCTICAS PARA EL ANÁLISIS DELICTUAL EM AMÉRICA LATINA, 2016, Santiago, Anais. **Fundación Paz Ciudadana**. 2016. Disponível em: <[http://www.pazciudadana.cl/wp-content/uploads/2016/07/Buenas\\_Practicas\\_2016\\_19-7\\_FINAL.pdf](http://www.pazciudadana.cl/wp-content/uploads/2016/07/Buenas_Practicas_2016_19-7_FINAL.pdf)> Acesso em: 20 abr. 2017.

BUZAI, Gustavo D. Geografía y tecnologías digitales del siglo XXI: una aproximación a las nuevas visiones del mundo y sus impactos científico-tecnológicos. **Scripta Nova**, v.8, n. 170, ago. 2004.

CALDAS, A. dos S.; NUNES, E. J. F.; SANTOS, W. **Odu, Eghé Dudu: caminhos da Mata Escura**. Salvador: UNIFACS, 2007.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de; ALMEIDA, Paulo Henrique de ; AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Dinâmica metropolitana e estrutura social em Salvador. **Tempo Social** v.13, n.2, p. 89-114, nov. 2001.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papirus, 1998.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP, 2017. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=30253](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30253)> Acesso em: 1 nov. 2017.

CERQUEIRA, D. ; LOBÃO W. **Criminalidade: social versus polícia**. Rio de Janeiro: IPEA, jun. 2003. (Texto para discussão, n. 958).

CHARMAZ, K. Constructivist and objectivist grounded theory. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2000. p. 509-535.

CHARMAZ, K. **Constructing grounded theory: a practical guide through qualitative analysis**. London: Sage Publications, 2006.

CHARMAZ, K. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Trad. de Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CLARKE, R. ; ECK, J. **Crime analysis for problem solvers in 60 small steps**. [S.l.]: Center for problem oriented policing – U.S. Department of Justice, 2003.

CORNISH, D. ; CLARKE, R. Situational prevention, displacement of crime and rational choice theory. In : HEAL, K. ; LAYCOCK, G. (Ed.). **Situational Crime Prevention from Theory to Practice**. London : HMSO.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 2003.

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. **Revista GEOMAI. Geografia, meio ambiente e ensino**, v. 1, n.2, 2.sem.2010.

COSTA, Lúcio. **Retratos de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

DANTAS, George Felipe de Lima ; SOUZA, Nelson Gonçalves de. **As bases introdutórias da análise criminal na inteligência policial**. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), 2004. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/services/DocumentManagement/FileDownload.EZTSvc.asp?DocumentID={92963B5E-A2EA-4986-BA75-DF2F5458A58E}&ServiceInstUID={B78EA6CB-3FB8-4814AEF6-31787003C745}>> Acesso em: 21 maio 2016.

DANTAS, Cláudia de C. et al. Teoria fundamentada nos dados – aspectos conceituais e operacionais: metodologia possível de ser aplicada na pesquisa em enfermagem. **Revista Latino-Am Enfermagem**, jul.-ago. 2009.

DIAS, Isabel Correia. Exclusão social e violência doméstica. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA ECONÔMICA, 1., 1998, Lisboa. **Anais...** 1998.

DREHER, Marialva Tomio; BORNHOFEN, Paulo Roberto. Desenvolvimento regional do turismo de eventos e segurança pública. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 5., 2008, Caxias do Sul. **Anais...** 27-28 jun. 2008.

DUFFIELD, M. The liberal way of development and the development-security impasse: exploring the global life-chance divide. **Security Dialogue**, v. 41, n. 1, p. 53-76, 2010.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução: Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. **Manual Básico. Assuntos Específicos**. Rio de Janeiro, 2009. v. 2. Disponível em: <<http://adesgsalvador.org/CEPE2012/mbv1.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

FELSON, M. **Crime and everyday life**. 2. ed. Thousand oaks. CA: Pine Forge Press., 1998.

FELSON, M.; CLARKE, R.V. Opportunity makes the thief: practical theory for crime prevention. **Police Research Series Paper 98**. Londres: Home Office, 1998.

FERREIRA, Marcus. **Lesões corporais: análise descritiva e longitudinal do atendimento da Polícia Militar**. 2004. Monografia. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2006.

FURTADO, Celso **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso. Reflexões sobre a crise brasileira. **Revista de Economia Política**, v.20, n.4, p.23-7, out./dez. 2000.

GASQUE, K.C.G.D. **O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica**. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília – UNB, 2008.



GLASER, B.; STRAUSS, A. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldene de Gruyter, 1967. 271p.

GLASER, B. G. **Doing quantitative grounded theory**. Mill Valley, CA: Sociology Press, 2008.

GLASER, B. **Basics of Grounded Theory analysis**. Mill Valley, CA: Sociology Press, 1992.

GOMES, Carlos Alberto da Costa (Org.). **Segurança e Educação: uma abordagem para construção de um sistema de medidas pró-ativas; preventivas e repressivas coerentes com a realidade da juventude**. Salvador: UNIFACS, 2008.

GOMES, Carlos Alberto da Costa. O desafio da Segurança Pública para a Bahia. Como Vai a Criminalidade? In: SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE DADOS E DISCUSSÃO SOBRE A CRIMINALIDADE, 2010. Salvador. **Anais...** 2010.

GONDIM, Larissa; VAREJÃO, Marcela. Comunitarismo e controle do crime no contexto Anglo-Saxão. **Revista da Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB**, ed. 2007.1.

GOTTLIEB, S.; ARENBERG, S.; SINGH, R. **Crime analysis from first report to final arrest**. Montclair, CA: Alpha Publishing, 1998.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOISEL, Beto. **Anais de um simpósio imaginário: entretenimento para cientistas**. São Paulo: Palas Athena, 1998.

INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2000**. – Características Gerais da População. Resultados da Amostra. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default\\_populacao.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/default_populacao.shtm)> Acesso em: 20 mar. 2016.

INSTITUTO BRAS DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>> Acesso em: 2 abr. 2016.

KEEN, David. Incentives and disincentives for violence. In: BERDAL, Mats; MALONE, David (Ed.). **Greed and grievance: economic agendas in civil wars**. Ottawa: Rieener Liener, 2000.

KERLIN, R. **Breaking the silence: toward a theory of women's doctoral persistence**. 1997. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1997.

KONVALINA-SIMAS, T. **Profiling criminal**. 1. ed. [S.l.]: Rei dos Livros, 2012.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Trad. Lana Mara Siman. [S.l.]: Artes Médicas; UFMG, 1999.

LEITE, Francisco. Raciocínio e procedimentos da Grounded Theory Construtivista. *Questões Transversais*. **Revista de Epistemologias da Comunicação**, v. 3, n.6, jul.-dez. 2015

LOBO, Luiz F. FERNANDEZ, José C. A criminalidade na Região Metropolitana de Salvador. **Revista Análise Econômica**, v. 23, n. 44. Rio Grande do Sul, 2005.

LOURENÇO, Luiz C. ALMEIDA, Odilza L. **Quem mantém a ordem, quem cria desordem: gangues prisionais na Bahia**. Junho, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/03.pdf> > Acesso em: 5 ago. 2017.

LUHMANN, N. O conceito de sociedade. In: NEVES, C. B. ; SAMIOS, E. M. B. (Org.). **Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

MARTINS, Evandro D. ; SILVA, Wolney F. Analista de Estado como carreira de Estado. **Conjuntura Econômica Goiana**, n.27, dez.2013. Disponível em: <[http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj27/artigo\\_09.pdf](http://www.imb.go.gov.br/pub/conj/conj27/artigo_09.pdf)> Acesso em: 20 jan. 2017.

MARX, Carlos A. A. et al. Crime e planejamento urbano de bairros: o caso da Mata Escura na metrópole baiana. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Salvador, v. 3, n. 35, p. 1010-1039, dez. 2016.

MATHIAS, Suzeley K. Aspectos da relação entre desenvolvimento, segurança e cooperação. **Relaciones Internacionales**, Madrid, n. 50, p. 81-100, nov. 2015.

MEAD, G. H. **Espiritu, persona y sociedad**. Barcelona: Paidós, 1982.

MELLO, Ana Lúcia S. F. de. **Promovendo o cuidado à saúde bucal do idoso: revelando contradições no processo de cuidar e incorporando melhores práticas a partir do contexto da instituição de longa permanência**. 2005. Tese (Doutorado)- Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.

MINAYO, Maria Cecília de S. A violência social sob a perspectiva da Saúde Pública. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.10, supl. 1, p.07-18, 1994.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. –19. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MIRANDA, Ana Paula M. de. Informação, política de segurança e sentimento de insegurança. In: CONGRESSO LUSO-AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7., 2004, Coimbra. **Anais...** 2004.

MAYO, Claudenice T. C. **O adolescente pobre e o envolvimento com o tráfico de drogas em Salvador-BA**. 2015. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2015.

NEWMAN, Oscar. **Defensible space: crime prevention through urban design**. New York: Collier, 1976.

NÓBREGA JÚNIOR, José M. P. da. Teorias do crime e da violência: uma revisão da literatura. **BIB**, São Paulo, n. 77, p. 69-89, dez. 2015. Disponível em <<http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-77/9984-teorias-do-crime-e-da-violencia-uma-revisao-da-literatura/file>> Acesso em: 4 set. 2017.

OEA. CES/DEC. 1/03 rev. 1 corr. 1. Declaração sobre Segurança nas Américas. In: CONFERÊNCIA ESPECIAL SOBRE SEGURANÇA, 2003, México. **Anais...** 2003. p. 37-48. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/CES/documentos/CE00352P01.doc>> Acesso em: 25 maio 2015.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**, v.5, n.2, p. 37-48, maio-ago. 2002.

ONU. **Doc. A/40/553. Los conceptos de seguridad.** Nova York: Departamento Asuntos y Desarme, 1986.

PAGLIARI, G. C. Brasil e a cooperação regional nos temas de defesa e segurança. In: ANPUH SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 26., 2011. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação Nacional de História – ANPUH, 2011.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **Salvador no século XXI: transformações demográficas, sociais, urbanas e metropolitanas. Cenários e desafios.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013.** A ascensão do Sul: progresso humano num mundo diversificado. Nova York: ONU, 2013. Disponível em <[www.pnud.org.br](http://www.pnud.org.br)> Acesso em: 16 set. 2015.

POPPER, K. R. **A lógica da pesquisa científica.** trad. Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.

QUEIROZ, Julia Mello de. Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.143-170, jul.-dez. 2011.

REIS, Luciano Carvalho. **Mapeamento das percepções dos atores do ecossistema de melhoria de processos utilizando a grounded theory.** 2013. Dissertação (Mestrado)-Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2013.

ROBINSON, Jeffrey. **A globalização do crime.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. 485 p.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

ROTHSCHILD, E. What is Security? **Daedalus**, v.124, n.3, p. 53-98, summer, 1995. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20027310>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SANTAELLA, L. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SANTOS, José L. G. dos et al. Perspectivas metodológicas para o uso da teoria fundamentada nos dados na pesquisa em enfermagem e saúde. **Esc Anna Nery**, v.20, n.3, jul.-set. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v20n3/1414-8145-ean-20-03-20160056.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2017.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica de geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **Debates Territori y movimientos sociales**, ano VI, n. 16, ene.-abr. 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

SCHRÖEDER, Christine da Silva. **Educação à distância e mudança organizacional na escola de administração da UFRGS**: uma teoria substantiva. 2009. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2009.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA. **Estatística de principais delitos por município**. Disponível em: <[http://www.ssp.ba.gov.br/wp-content/estatistica/2015/01\\_ESTADO\\_MUNICIPIO\\_2015.pdf](http://www.ssp.ba.gov.br/wp-content/estatistica/2015/01_ESTADO_MUNICIPIO_2015.pdf)>. Acesso em: 1 set. 2015.

SHAW, C. ; MCKAY, H. **Juvenile delinquency and urban areas**. Chicago: University of Chicago, 1942.

SIEDENBERG, D. R. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, n. 1, p. 45-71, jan./jun. 2003.

SILVA, João Apolinário da. **Criminalidade nas Cidades Centrais da Bahia**. 2010. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano)– Universidade Salvador – UNIFACS. Salvador, 2010.

SILVA, João Apolinário da. **Transformações urbana, socioeconômica e da criminalidade em Salvador (1980 – 2000)**. 2004. Dissertação (Mestrado)- Universidade Salvador – UNIFACS. Salvador, 2010.

SILVA, João Apolinário da. **Análise criminal, teoria e prática**. São Paulo: ABACRIM, 2015

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policamento comunitário**: questões e práticas através do mundo. Tradução de Ana Luisa Amêdola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2002.

SOARES, Antônio Mateus de C. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. **Geografias Artigos Científicos**, Belo Horizonte, p.83-96, jan.-jun. 2009.

SOUZA, Angela Gordilho. **Limites do habitar**. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFBA, 2000.

SOUZA, Nali de Jesus de. Economia Regional: conceito e fundamentos teóricos. **Revista "Perspectiva Econômica"**, ano XVI, v. 11, n. 32, p. 67 – 102, 1981.

SPINOLA, Noélio D. A Cidade do Salvador e sua Centralidade. In: ERSÁ CONGRESS, 5., 2015, Lisbon, Portugal. **Anais...** 2015.

SPINOLA, Noelio Dantasle; SPINOLA, Carolina de Andrade. Mitos e controvérsias na teoria do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 15., 2013, Recife. **Anais ...** Recife, 2013. p. 01-20. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4323/4193>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. 2008. **Pesquisa qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Trad. de Luciane de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre, Artmed.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**, n. 93, 15 jul. 2001.

SUTHERLAND, Edwin H. Uma teoria de Criminologia. In: PRINCÍPIOS de Criminologia. Trad. Asdrubal M. Gonçalves. São Paulo: Livraria Martins, [1924]. p.9-18.

TAROZZI, M. **O que é grounded theory?** Metodologia de pesquisa e de teori fundamentada nos dados. Trad. de Carmen Lussi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: EDUFBA; UNESP, 2008.

TURVEY, B.E. **Criminal profiling**: an introduction to behavioral evidence analysis. San Diego: Academic Press., 2012.

VASCONCELOS, P. A. Questões metodológicas na Geografia urbana histórica. In: VASCONCELOS, P. ; SILVA, S. (Org.). **Novos estudos de Geografia urbana brasileira**. Salvador: EDUFBA, 1999. p. 191-201.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2012**: os novos padrões da violência homicida no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_ba.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_ba.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2017.

WEISBURD, David et al. **The criminology of place:** street segments and our understanding of the crime problem. [S.l.]: Oxford University Press, 2012.

69% DOS HOMICÍDIOS são ligados ao tráfico de drogas em Salvador, diz Polícia Civil.

**Jornal Correio da Bahia**, Salvador, 8 jul. 2013. Disponível em

<<http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/69-dos-homicidios-sao-ligados-ao-traffic-de-drogas-em-salvador-diz-policia-civil/>>. Acesso em: 16 nov.2016.

**APÊNDICE A - RELAÇÃO DOS BAIRROS DE SALVADOR COM A POPULAÇÃO  
CORRESPONDENTE**

<b>Nº</b>	<b>BAIRROS DE SALVADOR</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
1	Lapinha	4951
2	Nazaré	12790
3	Centro	15688
4	Tororó	4718
5	Barris	6969
6	Garcia	12653
7	Macaúbas	7625
8	Barbalho	9637
9	Saúde	5745
10	Centro Histórico	2573
11	Santo Antônio	3791
12	Comércio	2006
13	Vitória	5638
14	Ondina	20004
15	Canela	5556
16	Alto das Pombas	3793
17	Barra	20377
18	Graça	17889
19	Amaralina	6778
20	Nordeste de Amaralina	24041
21	Vale das Pedrinhas	3115
22	Chapada do Rio Vermelho	24574
23	Santa Cruz	25674
24	Pituba	49342
25	Costa Azul	16123
26	Itaigara	12316
27	Caminho das Árvores	10065
28	STIEP	11875
29	Pituaçu	10912
30	Patamares	4021
31	Piatã	11069
32	Boca do Rio	39430
33	Jardim Armação	3982
34	Imbuí	22331
35	Alto do Coqueirinho	9076
36	Bairro da Paz	17438
37	Itapuã	53706
38	Stella Maris	10057
39	Mussurunga	30213

<b>Nº</b>	<b>BAIRROS DE SALVADOR</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
40	São Cristóvão	33893
41	Itinga	7276
42	Nova Esperança	4728
43	Vale dos Lagos	13138
44	Aeroporto	1729
45	Jardim das Margaridas	5383
46	Areia Branca	4742
47	Cassange	4906
48	Trobogy	5341
49	Nova Brasília	12830
50	Canabrava	12047
51	Jardim Nova Esperança	8079
52	Novo Marotinho	3104
53	Sete de Abril	15307
54	Castelo Branco	30351
55	Vila Canária	7492
56	Jardim Cajazeiras	8601
57	Pau da Lima	23616
58	Fazenda Grande II	10995
59	São Marcos	25317
60	São Rafael	23795
61	Baixa de Quintas	2738
62	Caixa D'Água	23803
63	Liberdade	43457
64	Pero Vaz	26557
65	Curuzu	17239
66	Dom Avelar	9854
67	Porto Seco Pirajá	1550
68	Santa Mônica	6206
69	Cidade Nova	17822
70	Pau Miúdo	21071
71	IAPI	22025
72	Retiro	1298
73	Centro Administrativo da Bahia	1575
74	Novo Horizonte	6520
75	Nova Sussuarana	11015
76	Sussuarana	23423
77	Granjas Rurais Presidente Vargas	947
78	Calabetão	10161
79	Jardim Santo Inácio	6046
80	Mata Escura	23694
81	Arraial do Retiro	7400
82	Barreiras	18305



<b>Nº</b>	<b>BAIRROS DE SALVADOR</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
83	Engomadeira	10841
84	Beiru/Tancredo Neves	45279
85	Arenoso	11976
86	Cabula VI	7180
87	Calabar	2943
88	Rio Vermelho	20761
89	Lobato	29966
90	Ribeira	19565
91	Massaranduba	18575
92	Santa Luzia	6821
93	Bonfim	9401
94	Mangueira	9986
95	Brotas	63439
96	Campinas de Pirajá	10376
97	Marechal Rondon	19262
98	Alto do Cabrito	15997
99	Capelinha	17215
100	Boa Vista de São Caetano	14630
101	São Caetano	43811
102	Fazenda Grande do Retiro	57752
103	Bom Juá	9408
104	Federação	38151
105	Engenho Velho da Federação	23846
106	Cabula	23096
107	Pernambués	58542
108	São Gonçalo	17434
109	Resgate	6861
110	Saramandaia	10267
111	Narandiba	13757
112	Saboeiro	6054
113	Doron	6008
114	Moradas da Lagoa	4381
115	Periperi	40380
116	Pirajá	32899
117	Valéria	27688
118	Palestina	6168
119	Vila Laura	10236
120	Luiz Anselmo	10486
121	Matatu	11520
122	Santo Agostinho	4682
123	Engenho Velho de Brotas	25963
124	Acupe	11304
125	Praia Grande	4998

<b>Nº</b>	<b>BAIRROS DE SALVADOR</b>	<b>POPULAÇÃO</b>
126	Cosme de Farias	37266
127	Candeal	12182
128	Boa Vista de Brotas	3317
129	Águas Claras	31805
130	Cajazeiras II	1339
131	Cajazeiras VII	4455
132	Cajazeiras VI	6745
133	Cajazeiras IV	3150
134	Cajazeiras V	4700
135	Cajazeiras XI	10093
136	Fazenda Grande I	10580
137	Cajazeiras X	7690
138	Cajazeiras VIII	11425
139	Jaguaripe I	4816
140	Fazenda Grande IV	7514
141	Fazenda Grande III	6982
142	Boca da Mata	6887
143	São João do Cabrito	22761
144	Calçada	5114
145	Mares	1813
146	Roma	3617
147	Boa Viagem	3328
148	Uruguai	33384
149	Vila Ruy Barbosa/Jadim Cruzeiro	18467
150	Caminho de Areia	11396
151	Monte Serrat	8100
152	Plataforma	28286
153	Itacaranha	15096
154	Alto da Terezinha	15812
155	Rio Sena	11999
156	São Tomé	9954
157	Paripe	46619
158	Fazenda Coutos	23059
159	Coutos	27395
160	Nova Constituinte	11250
161	Ilha dos Frades	900
162	Ilha de Maré	4175
163	Ilha de Bom Jesus dos Passos	5000
164	Ilha de Bom Jesus dos Passos	180
165	Ilha dos Frades	0
166	Ilha dos Frades	105
167	Ilha dos Frades	0

**APÊNDICE B - RELAÇÃO DOS ENDEREÇOS QUE NÃO CORRESPONDIAM A  
UM BAIRRO DA MALHA ADOTADA COM O BAIRRO SELECIONADO**

<b>BAIRRO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>BAIRRO CORRESPONDENTE</b>
SAN MARTIN	47	LIBERDADE
BAIXA DO FISCAL	42	COMERCIO
ESTRADA VELHA DO AEROPORTO	40	AEROPORTO
BONOCO	36	BROTAS
LARGO DO TANQUE	36	LIBERDADE
BEIRU	35	BEIRU/TANCREDO NEVES
VASCO DA GAMA	34	BROTAS
CAJAZEIRAS	33	CAJAZEIRAS X
PARALELA	31	CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA
BARROS REIS	27	CAIXA DAGUA
BARROQUINHA	20	CENTRO HISTORICO
OGUNJÁ	18	ENGENHO VELHO DE BROTAS
PELOURINHO	18	CENTRO HISTORICO
ESTRADA DAS BARREIRAS	17	CABULA
SETE PORTAS	15	BARBALHO
VISTA ALEGRE	15	COUTOS
AVENIDA GAL COSTA	14	PAU DA LIMA
BAIXA DOS SAPATEIROS	13	CENTRO HISTORICO
CAJAZEIRA IV	10	CAJAZEIRAS IV
IGUATEMI	9	CAMINHO DAS ARVORES
VIA REGIONAL	9	AGUAS CLARAS
ALTO DO PERU	8	FAZENDA GRANDE DO RETIRO
ESCADA	8	ITACARANHA
SÃO BARTOLOMEU	8	PIRAJA
AGUA DE MENINOS	7	CALCADA
LAPA	7	BARRIS
AVENIDA ACM	6	PITUBA
SUBURBANA	6	PERIPERI
GARIBALDI	5	FEDERACAO
JAQUEIRA DO CARNEIRO	5	FAZENDA GRANDE DO RETIRO
VALE DO MATATU	5	MATATU
AQUIDABA	4	NAZARE
CAMPO GRANDE	4	CENTRO
MOURARIA	4	CENTRO
PARQUE SÃO BARTOLOMEU	4	PIRAJA

<b>BAIRRO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>BAIRRO CORRESPONDENTE</b>
PIEIDADE	4	CENTRO
VALE DO OGUNJÁ	4	ENGENHO VELHO DE BROTAS
VIA PARAFUSO	4	SAO CRISTOVAO
AGUAS DE MENINOS	3	CALCADA
BR 324 / BRASILGÁS	3	CAMPINAS DE PRAJA
DOIS DE JULHO	3	CENTRO
DOIS LEÕES	3	BAIXA DE QUINTAS
ESTAÇÃO PIRAJA	3	GRANJAS RURAIS PRESIDENTE VARGAS
ESTRADA DO DERBA	3	PARIPE
ESTRADA VELHA DE CAMPINAS DE PIRAJA	3	CAMPINAS DE PRAJA
GAMBOA	3	CENTRO HISTORICO
PLACAFOR	3	PIATA
PRAIAS DO FLAMENGO	3	STELLA MARIS
SAO JOAQUIM	3	COMERCIO
ARATU	2	SAO TOME
ARMACAO	2	JARDIM ARMACAO
AV. ALIOMAR BALEEIRO	2	SAO CRISTOVAO
AV. CENTENÁRIO	2	BARRA
BAIXINHA DE SANTO ANTONIO	2	SAO GONCALO
BASE NAVAL/ ARATU	2	SAO TOME
BRASILGÁS	2	CAMPINAS DE PRAJA
CABRITO	2	ALTO DO CABRITO
CAJAZEIRAS III	2	CAJAZEIRAS X
CAJAZEIRAS IX	2	CAJAZEIRAS X
CALAFATE	2	FAZENDA GRANDE DO RETIRO
ESTRADA VELHA DO AEROPORTO/NOVA BRASÍLIA	2	AEROPORTO
LARGO DOIS DE JULHO	2	CENTRO
PRAÇA DA SÉ	2	CENTRO
ROTULA DO ABACAXI	2	CIDADE NOVA
SAO CRISTÓVÃO II	2	SAO CRISTOVAO
VALE DO CANELA	2	CANELA
VILAS DO ATLANTICO	2	NÃO - É LAURO DE FREITAS
ALPHA VILLE	1	ITAPUA
ALTO DE SANTA TEREZINHA	1	ALTO DO CABRITO
AREIA BRANCA/BARRO DURO	1	AREIA BRANCA
AV. CARLOS GOMES	1	CENTRO

<b>BAIRRO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>BAIRRO CORRESPONDENTE</b>
AV. JOANA ANGÉLICA	1	NAZARE
AV. SUBURBANA	1	PERIPERI
AVENIDA JORGE AMADO	1	IMBUI
AVENIDA LUIS EDUARDO MAGALHÃES	1	PERNAMBUES
AVENIDA SETE DE SETEMBRO	1	CENTRO
CABULA IV	1	CABULA
CABULA V	1	CABULA
COLINA AZUL	1	PAU DA LIMA
CONJUNTO PIRAJA	1	PIRAJA
ESTRADA VELHA DE PARIPE	1	PARIPE
ESTRADA VELHA DE VALERIA	1	VALERIA
ESTRADA VELHA DO CABRITO	1	PLATAFORMA
HORTO FLORESTAL	1	RIO VERMELHO
HOSPITAL GERAL DO ESTADO	1	BROTAS
JARDIM BRASILIA	1	PERNAMBUES
JARDIM DE ALAH	1	COSTA AZUL
LADEIRA DA AGUA BRUSCA	1	SANTO ANTONIO
LARGO DO TAMARINEIRO	1	CAIXA DAGUA
POLITEAMA	1	CENTRO
RODOVIÁRIA	1	PITUBA
TUBARÃO	1	PARIPE
VALE DAS MURIÇOCAS	1	ENGENHO VELHO DA FEDERACAO

## **APÊNDICE C - CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ASSOCIAR O ENDEREÇO AO BAIRO**

- OBS.1: Associação ao bairro coberto pela mesma AISP;
- OBS.2: Bairro que abarca o ponto médio do local desconhecido. Ex: Suburbana – Periperi;
- OBS.3: Hospital Geral do Estado – bairro de Brotas;
- OBS.4: bairro conhecido em senso comum;
- OBS.5: Avenida Luis Eduardo contempla vários bairros. Foi adotado Pernambués, pois é uma das unidades da PMBA que policia a avenida;
- OBS.6: Avenida San Martin – Liberdade;
- OBS.7: Largo do Tanque – Liberdade;
- OBS.8: Para todas os registros que não especificava em qual Cajazeira ocorreu foi adotada a Cajazeiras X, pela sua localização central.

## APÊNDICE D - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS



### UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Orientadora: Prof. Dr.<sup>a</sup> Carolina de Andrade Spinola

Mestrando: Carlos Augusto Alves Marx

#### ROTEIRO DE ENTREVISTAS:

Este roteiro de entrevistas visa subsidiar a dissertação de Mestrado que tem por título “Análise Criminal: a compreensão da criminalidade em Salvador”. A pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (UNIFACS). O trabalho objetiva avaliar padrões, tendências e sazonalidades referentes aos homicídios ocorridos em Salvador, entre 2012 e 2016, a partir da aplicação da Análise Criminal Estratégica. Foi adotada como metodologia a Teoria Fundamentada nos Dados, numa concepção quali-quantitativa.

#### QUESTÕES:

1. Entre 2012 e 2016 foram registrados 6.664 (seis mil, seiscentos e sessenta e quatro) homicídios em Salvador. Qual(is) a(s) razão(ões) para um número tão expressivo?
2. Há algum padrão ou tendência perceptível em relação às causas dos homicídios ocorridos na capital baiana?
3. Há alguma vinculação entre os homicídios em análise e outros crimes?
4. Há alguma relação entre o narcotráfico e os homicídios registrados em Salvador?
5. Em sua percepção, a legislação penal positivada no país exerce algum tipo de influência para a ocorrência de homicídios em Salvador?

A coleta e a análise dos dados desta pesquisa demonstraram que o maior quantitativo de homicídios registrados em Salvador, entre 2012 e 2016, foi registrado em bairros com carências socioeconômicas, com destaque para os localizados no miolo, no subúrbio e na região nordeste da cidade, entre às 19h e às 23h, nos finais de semana, e vitimaram, principalmente, homens jovens entre 17 e 26 anos de idade.

6. Por que o maior quantitativo de homicídios ocorre em bairros com carências socioeconômicas, com destaque para os localizados no miolo, no subúrbio e na região nordeste de Salvador?
7. Existe alguma causa evidente para que os homicídios ocorram majoritariamente à noite e aos finais de semana?
8. Por que as vítimas são, em sua maioria, homens jovens?
9. Qual a sua percepção sobre a criminalidade em Salvador?